



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Lucas Paz dos Santos

Ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal

Rio de Janeiro

2023

Lucas Paz dos Santos

Ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Maurício Domingues

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

S237

Santos, Lucas Paz dos.

Ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal /
Lucas Paz dos Santos. – 2023.
115 f. : il.

Orientador: José Maurício Domingues.

Dissertação (Mestrado em sociologia) - Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Teoria social – Teses. 2 Estrutura social - Teses. 3. Poder (Ciências
sociais) – Teses. 4. Interação social – Teses. I. Domingues, José Maurício. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e
Políticos. III. Título.

CDU 316.1

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lucas Paz dos Santos

Ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 08 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. José Maurício Domingues (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Prof. Dr. Fernando de Castro Fontainha
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

Dr. Francisco Julião Marins Bedê
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro

2023

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, José Maurício Domingues, com quem aprendi a ser sociólogo, pesquisador e docente. A orientação de Maurício, desde o início, sempre foi cuidadosa, generosa, paciente e prestativa, com disponibilidade para sanar minhas dúvidas e com comentários críticos precisos, sem os quais esta dissertação não existiria. Tive muita sorte em escolhê-lo e serei sempre grato a sua dedicação.

Agradeço aos professores Fernando Fontainha e Francisco Marins Bedê por terem aceitado o convite para a composição da banca. Agradeço também ao professor Victor Rabello Piaia, por ter aceitado participar da banca como suplente.

Sou profundamente grato às agências de fomento, cujo investimento, nesses dois anos de mestrado, tornou esta dissertação possível. Agradeço, portanto, à CAPES, ao CNPQ e à FAPERJ, que me concedeu sua Bolsa Nota 10.

Gostaria de agradecer ao IESP-UERJ, a todos os seus professores, alunos, pesquisadores e funcionários, que fazem do Instituto uma comunidade acolhedora e um ambiente inspirador para a pesquisa. Um agradecimento especial à Louise Veloso, pela disponibilidade e prestatividade para sanar as minhas (muitas) dúvidas. Considero-me privilegiado por fazer parte do Instituto.

Agradeço a meus familiares e amigos. Foram dois anos difíceis, muito pela ausência de tempo e dedicação necessária para manter uma relação saudável. Àqueles que permaneceram, gostaria de agradecer a compreensão e cuidado. Um agradecimento especial a Lucas Pereira Gomes e Otair Senna, aos nossos onze anos de amizade, às nossas conversas mais banais do cotidiano, que me faziam esquecer um pouco do trabalho. Agradeço também meu primo, Guilherme Santos, o mais próximo que tenho de um irmão, mas também o meu amigo mais antigo. Quero agradecer por todas as conversas que tivemos, que, desde novo, despertaram em mim uma curiosidade sobre as “coisas” do mundo, impedindo que minha mente ficasse passiva demais.

Agradeço ao meu pai, Renato Inácio. Apesar das nossas diferenças e dos problemas que a nossa relação se nutriu ao longo do tempo, não poderia deixar de mencioná-lo. Parte considerável do que consegui deve-se ao seu esforço.

Agradeço à minha mãe, Tânia Cristina, a quem, como se não bastasse minha própria vida, me ajudou em cada passo que dei até aqui. Nunca poderei recompensar todos os sacrifícios

que você fez por mim nos momentos mais difíceis, mas esteja certa de que nunca os esquecerei. O meu conhecimento é fruto do seu esforço. Do menino que um dia fui ao homem que sou, não há nada que separe a sua trajetória da minha. Você não poderia ter sido mais cuidadosa, carinhosa e amorosa comigo, sou um homem privilegiado por ser seu filho.

Agradeço à Ana Carolina, minha companheira. Você aceitou morar comigo e juntos vivemos essa experiência árdua, embora recompensadora, de desenvolver uma dissertação. Você ouviu, por tantas e tantas vezes, as minhas novas-velhas ideias, e, mesmo sem experiência em teoria sociológica (ou mesmo nas ciências sociais), a sua vontade de me ouvir e opinar era constante. As poucas novas-velhas ideias que sobraram e viraram esta dissertação foram ouvidas primeiro por você. Esta dissertação estaria incompleta sem o seu nome aqui. Você é certamente uma parte muito importante dela. O seu amor e a sua companhia tornaram esta dissertação mais fácil e os dias a ela dedicados mais leves.

RESUMO

SANTOS, Lucas P. *Ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal*. Orientador: José Maurício Domingues. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A dissertação apresenta uma reflexão situada no campo da teoria social, cujo objeto central é o “ritual de evitação”, mediante o qual respondemos sobre o seguinte problema de pesquisa: o processo de expansão da “esfera ideal” entre subjetividades coletivas. A relação entre o objeto e o problema de pesquisa dá-se a partir de três proposições. A primeira diz respeito à ligação intrínseca entre o ritual (e o ritual de evitação de maneira mais específica) e o poder. A segunda é que tais relações podem reunir não apenas presenças, mas também ausências da situação social na qual ela se apresenta. A terceira é que uma das ausências é a relação entre subjetividades coletivas, fundamental para o processo de expansão da esfera ideal entre coletividades. São três capítulos. No primeiro, abordamos a teoria geral de Erving Goffman e localizamos o conceito de “ritual de evitação”, apresentamos a relação entre ordem da interação e estrutura social (instituições), bem como pensamos possibilidades da análise do poder a partir do autor. No segundo, abordamos a teoria da estruturação de Anthony Giddens e superamos três lacunas destacadas em Goffman, que correspondem a ausência de uma definição mais sistemática sobre os processos da consciência e do poder, bem como a proposta da integração social e sistêmica, cuja dialética da presença e ausência substitui a visão dualista de Goffman sobre a relação entre processos situados e aqueles deslocados no tempo e no espaço. No terceiro, propomos uma recapitulação que aborde os principais pontos até então analisados em consonância à proposta de unir ambos os autores. Uma vez feito isso, trabalhamos o conceito “subjetividades coletivas”, de José Maurício Domingues, para preencher uma lacuna no trabalho de Giddens, a saber, a negação da atuação das coletividades. Por fim, apresentamos uma pequena reflexão sobre a relação entre o objeto e o problema de pesquisa. Concluímos que toda relação entre coletividades em que um dos lados repetidamente recorre ao ritual de evitação resulta no processo de expansão da esfera ideal do outro lado, independentemente da direção vetorial (quem evita ou quem é evitado).

Palavras-chave: teoria social; interação social; poder; Erving Goffman; Anthony Giddens

ABSTRACT

SANTOS, Lucas P. *Avoidance rituals and the process of ideal sphere's collective expansion*. Orientador: José Maurício Domingues. 2023. 115 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The dissertation presents a reflection situated in the field of social theory, whose central object is the “avoidance rituals”, through which we answer the following research problem: the process of expansion of the “ideal sphere” among collective subjectivities. The relationship between the object and the research problem is based on three propositions. The first concerns the intrinsic link between ritual (and the avoidance rituals more specifically) and power. The second is that such relationships can bring together not only presences, but also absences from the social situation in which it is presented. The third is that one of the absences is the relationship between collective subjectivities, which is fundamental to the process of expanding the ideal sphere between collectivities. There are three chapters. In the first, we look at Erving Goffman’s general theory and locate the concept of the “avoidance rituals”, presenting the relationship between the order of interaction and social structure (institutions), as well as considering possibilities for analyzing power based on the author. In the second, we look at Anthony Giddens’ structuration theory and overcome three gaps highlighted in Goffman, which correspond to the absence of a more systematic definition of the processes of consciousness and power, as well as the proposal of social and systemic integration, whose dialectic of presence and absence replaces Goffman’s dualistic view of the relationship between situated processes and those displaced in time and space. In the third section, we propose a recapitulation of the main points analyzed so far, in line with the proposal to unite both authors. Once this has been done, we work on the concept of “collective subjectivities”, by José Maurício Domingues, to fill a gap in Giddens’ work, namely the denial of the role of collectivities. Finally, we present a short reflection on the relationship between the object and the research problem. We conclude that any relationship between collectivities in which one side repeatedly resorts to the avoidance rituals results in the process of expanding the ideal sphere of the other side, regardless of the vectorial direction (who avoids or who is avoided).

Keywords: social theory; social interaction; power; Erving Goffman; Anthony Giddens

RESUMO

	INTRODUÇÃO.....	8
1	ERVIÇÃO G OFFMAN E A DIALÉTICA DA INTERAÇÃO: GERENCIAMENTO, RITUAL E PODER.....	16
1.1	O conceito de “self” na obra de Erving Goffman.....	20
1.1.1	<u>Self e seu gerenciamento: expressividade e impressões.....</u>	20
1.1.2	<u>Self e seu gerenciamento: envolvimento.....</u>	29
1.2	O conceito de “evitação” na obra de Erving Goffman.....	36
1.2.1	<u>Riscos, ritual e ordem da interação.....</u>	36
1.2.2	<u>Poder, evitação e expectativa normativa.....</u>	42
1.3	Conclusão.....	52
2	ANTHONY GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER.....	55
2.1	Agência e integração.....	61
2.2	Dualidade da estrutura e poder.....	73
2.3	Giddens e a “evitação”: possibilidades e limitações.....	84
2.4	Conclusão.....	93
	CONCLUSÃO.....	96
	REFERÊNCIAS.....	113

INTRODUÇÃO

Situada no campo da teoria social, esta dissertação tem por objeto o conceito “ritual de evitação”. A proposta central é que tal conceito consegue responder sobre o seguinte problema de pesquisa: o processo de “expansão” da esfera ideal a partir da relação entre coletividades específicas. O objetivo desta dissertação é analisar sistematicamente o conceito de evitação e, a partir dele, responder sobre esse problema de pesquisa. A relação entre o objeto e o problema de pesquisa se dá por três afirmativas: (a) a evitação está intrinsecamente ligada ao poder; (b) essas relações de poder ao qual a evitação está ligada coaduna presenças e ausências da situação social na qual ela se apresenta; (c) uma das ausências é a relação entre coletividades, que incide sobre a evitação como um processo de “expansão” da esfera ideal. A relação entre “evitação” e “esfera ideal”, conceito simmeliano que diz respeito ao direito de reserva que as pessoas têm na ordem pública, está diretamente ligada à sua definição (Burns, 1992, p. 39; Joseph, 32-33). Trata-se da distância mantida por um indivíduo ao outro para não violar a sua ou a própria esfera ideal, caso seja visto como impuro. Essa distância pode assumir inúmeras formas, desde espaciais até de intimidade (Goffman, 2011, p. 65-68, 71-72). Essa segunda versão, evitação por impureza, tem maior destaque nesta dissertação.

Esta introdução tem por objetivo apresentar e contextualizar o conceito “ritual de evitação” e o problema de pesquisa. No primeiro capítulo, será trabalhada a concepção inicial de “evitação”, oferecida por Goffman. No entanto, trata-se apenas de um primeiro passo para relacionar o conceito de evitação ao problema de pesquisa apresentado. No segundo capítulo, a teoria da estruturação de Giddens permite pensar a evitação como fruto de processos institucionais, a partir da sua dialética da presença e ausência. Como o autor tem uma visão problemática sobre a relação entre coletividades, isso será remediado no capítulo conclusivo com o conceito de *subjetividades coletivas*, de José Maurício Domingues. Além disso, será possível conectar mais cuidadosamente as teorias de Goffman e Giddens, mais especificamente no que diz respeito à relação entre “evitação” e poder. A apresentação, análise e desenvolvimento de propostas em relação ao conceito de “evitação” não é apenas o objetivo central desta dissertação, como também permite pensar outras categorias centrais da teoria sociológica, como a agência, a interação, a instituição e o poder. O modo como cada capítulo ajuda na melhor conceitualização da evitação e da análise sobre o problema citado será melhor analisado a seguir.

O primeiro capítulo é sobre Erving Goffman. É através do autor que será apresentado o conceito de “ritual de evitação”, o objeto desta dissertação. Um dos objetivos do capítulo é relacionar a teoria geral de Goffman à categoria do poder e, com isso, vincular ao conceito de evitação. Isso porque a análise sobre o processo de expansão da esfera ideal pela relação entre coletividades é direcionada a situações de poder e dominação. Há algumas análises da teoria geral de Goffman que indicam a possibilidade de estudos sobre o poder (Caballero, 1998, p. 137; Gastaldo, 2008; Rogers, 1977), em especial com o ritual de interação (Collins, 1980, p. 190, 2009, p. 191; Giddens, 2009b, p. 293). Em um primeiro momento, será apresentado o que o autor chama de “dialética básica da interação”: todo ator precisa definir a sua situação e projetá-la expressivamente, e, uma vez que toda ação causa impressões alheias, o indivíduo pode tentar gerenciá-las — ou seja, efetivamente fazer um gerenciamento de impressão e, com isso, incidir sobre a definição da situação alheia (Goffman, 1985). A evitação ganha contexto nesse processo, e é demonstrado no capítulo de Goffman como ela está intrinsecamente ligada a isso. O conceito de envolvimento é importante para fornecer a dimensão normativa mais básica, na qual os indivíduos devem se preocupar. Tais regras básicas contextualizam sobretudo a dimensão normativa da ordem pública e tocam diretamente sobre o conceito de esfera ideal de Simmel. Na sequência, os riscos interacionais e os rituais são apresentados junto à ordem da interação. Como todo o capítulo segue na direção de relacionar o poder à evitação, a parte final mobiliza o que foi analisado até então no capítulo para pensar essa relação.

O segundo capítulo é sobre Anthony Giddens. A teoria da estruturação do autor permite suprir lacunas apresentadas antes na teoria de Goffman. São três os complementos fundamentais de Giddens a Goffman. A primeira é uma análise sistemática sobre a consciência e sua relação à reprodução social, com menção especial ao inconsciente, instância pouco utilizada e até rejeitada por Goffman (Giddens, 2009a, p. 81, 2013, p. 315). Isso permite resolver o problema de Goffman que, segundo Giddens (2009a, p. 81), descreve indivíduos motivados, mas não a motivação humana. A distinção entre consciência prática e discursiva, implícita em Goffman (Giddens, 2009a, p. 81-82, 2018, p. 89), permite pensar a evitação com uma grande variação reflexiva. A segunda contribuição é a superação do problema do “acoplamento frouxo” entre a ordem da interação e a estrutura social (leia-se, instituições ou organização social) em Goffman. Giddens (2009a, p. xxviii-xxix, 33, 444, 2018, p. 85) propõe os conceitos de integração social e sistêmica, em que as ações dos indivíduos que constituem os encontros sociais também o fazem, simultaneamente, nos sistemas sociais deslocados no espaço e no tempo (instituições). Isso permite que a evitação não esteja vinculada apenas ao que está presente na interação, mas também ao que está ausente, como os recursos distribuídos

desigualmente pelas estruturas de dominação (*id.*, 2013, p. 323). Por fim, Giddens oferece uma definição mais sistemática sobre o poder, não apenas o localizando em uma teoria da ação social, como também a processos deslocados no tempo e no espaço e, portanto, à reprodução social (Giddens, 2009a, 2018).

O último capítulo é a conclusão. Inicialmente, há uma recapitulação do que foi apresentado nos dois capítulos anteriores. Uma vez feito isso, uma lacuna importante na teoria da estruturação é suprida. Embora Giddens avance com as lacunas de Goffman acima mostradas, a teoria da estruturação é insuficiente para resolver o problema da pesquisa, que visa entender o processo de “expansão” da esfera ideal a partir da relação entre coletividades específicas. Isso porque, embora trabalhe marginalmente com o tema das coletividades (Domingues, 1995, p. 36, 2004, p. 21), atribui atuação apenas aos indivíduos, uma vez que só estes têm “existência corpórea” (Domingues, 1995, p. 34). Soma-se a isso a sua defesa, que serve de um argumento contra o funcionalismo, de que os sistemas sociais não têm propósitos, razões ou necessidades quaisquer (Giddens, 2018, p. 18). Nesse sentido, será preciso mobilizar o conceito de *subjetividades coletivas*, de José Maurício Domingues. A parte final do capítulo é um pequeno resumo que visa concluir a dissertação ao abordar mais especificamente o objeto e o problema de pesquisa.

Como dito, o objetivo desta introdução é apresentar e contextualizar o conceito de evitação e o problema de pesquisa que a ele está relacionado. Cabe, portanto, contextualizá-lo. A citação abaixo consegue ilustrar não apenas a evitação, como também o processo de “expansão” da esfera ideal a partir da relação entre coletividades específicas:

Na manhã seguinte, a avó de Natália iria trazer a comida para eles também, mas eles não sabiam. Cruzamos com ela quando íamos os três até a UPA em Rocha Miranda. Quase não a encontramos, pois após descermos pela primeira vez as escadas para a rua, avistamos que o Caveirão da PM e muitos policiais com rifles estavam em uma incursão no conjunto até a boca de fumo ali. Eles passaram por nós e Saulo afirmou-me em voz baixa e insistindo em caminhar performando tranquilidade, “não tenho medo não, não devo nada a ninguém, não cometi nenhum crime”. Por outro lado, Natália ficou com medo de que os policiais pudessem subir, invadir e quebrar tudo na sua casa, achando que ali era uma moradia de “drogados” ou “esconderijo do tráfico”, pelo fato de que a “casa iria ficar sozinha” (Campos, 2022, p. 109).

A parte central da situação acima descrita é quando Saulo decide “performar tranquilidade”. Segundo Goffman (1985, p. 23), a performance é “toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes”. A sociologia de Goffman, pelo menos inicialmente, trata a interação como um teatro no qual a situação social se desenvolve, e os atores, ao seguir um

papel, apresentam um personagem. Toda interação social é fruto de performances, que dizem respeito ao desempenho do ator em seguir seu papel e apresentar o seu personagem. É um interesse básico dos indivíduos que a sua atuação seja coerente com a ocasião social, o que envolve a necessidade de influenciar (intencionalmente ou não, conscientemente ou não) as impressões dos outros indivíduos. Na metodologia dramaturgica, atuação e performance são categorias análogas, e a segunda apenas destaca a capacidade de influenciar e ser influenciado a partir das constantes reações dos outros frente às ações tomadas; exatamente como ocorre entre atores e plateia.

O que está em destaque é que essa influência pode ser gerenciada. Goffman (1985, p. 11) parte do ponto de vista que os indivíduos definem sobre a realidade em que vivem no presente (um movimento interpretativo) através, principalmente, das ações alheias. Sabem, por outro lado, que isso é comum a todos e que as próprias ações implicam impressões passíveis de serem gerenciadas. Goffman (1985, p. 13) conceitua esse processo como *gerenciamento de impressões*. Toda performance, por definição, serve para influenciar, então, tem como pano de fundo, impressões gerenciadas por quem a pratica. “Performar tranquilidade” pode ser entendida, no caso de Saulo, como um gerenciamento de impressões, uma vez que essa performance tem por objetivo influenciar as impressões que os policiais venham a ter.

Mas é preciso entender esse processo com maior cuidado. Em interação, existe um conjunto de fatores de Saulo que manifestam informações a seu respeito no espaço-tempo situacional ao qual está localizado. Essas informações são apreendidas e assimiladas por outras pessoas. Formam-se impressões e, com isso, há o desenvolvimento de uma opinião sobre algo, alguém ou uma situação. Nesse sentido, as informações que Saulo manifesta através da mera presença em interação ajudam no processo de “definição da situação” dos outros participantes (*ibid.*, p. 11, 13). As informações que Saulo manifesta são relativas às suas ações e ao seu corpo: aparência, semblante facial, gestos corporais, comunicação verbal, suas múltiplas identidades, entre outros (*ibid.*, p. 29-31). Mesmo o seu envolvimento é uma forma de expressividade: o desvio do olhar informa tanto quanto uma encarada (Goffman, 2010, 2019, p. 576). Trata-se de um amálgama expressivo projetado por qualquer indivíduo no processo de apresentação do seu self em interação. Isso tudo corresponde a sua expressividade: o conjunto de informações manifestado por ele em interação social. Desde sua roupa até o tom de voz, desde os gestos com o braço até a forma de andar. Tudo é passível de interpretação (e má interpretação).

No entanto, Saulo não está simplesmente “gerenciando as impressões” dos policiais para aparentar tranquilidade e que, assim, não deve nada a ninguém. Na verdade, isso é parte de um processo maior ao qual o gerenciamento de impressões faz referência: o “ritual de evitação”. A

evitação diz respeito ao reconhecimento da esfera ideal do outro, cuja “fronteira” avisa até onde um indivíduo pode chegar sem violar o direito à reserva do outro, um distanciamento necessário que toca desde o espaço físico até a intimidade (*id.*, 2011, p. 65-68, 71-72). Todos os indivíduos suficientemente socializados sabem até onde podem chegar para não ferir a “esfera ideal” alheia. Isso destaca a centralidade do tato social nos processos de interação, algo que mantém a previsibilidade dos eventos, sem nenhuma ruptura ou incidente (Giddens, 2009a, p. 74-75, 81, 88, 91-92; Goffman, 2011, p. 101, 2019, p. 577). Contudo, a evitação pode também assumir uma “esquiva” da contaminação, pelo outro representar uma impureza, o que implica riscos para a própria esfera ideal (Goffman, p. 72: nota 17). É precisamente esse tipo de evitação por impureza em jogo no caso de Saulo, que reconhece nos policiais um risco em potencial. Em ambos os casos, não se trata de uma mera evasão de um indivíduo ou da interação, mas a própria apresentação do self que ganha novos contornos. O exemplo de Saulo mostra a relação entre ritual de evitação e performance, uma vez que, enquanto modula o self a fim de esquivar-se da situação em que se encontra, gerencia a impressão dos policiais através de sua tranquilidade performada. Como dito, se performance é uma atividade que serve para influenciar, e como toda atividade é influenciável no modelo dramaturgico, ela nada mais pode ser que a capacidade intrínseca dos indivíduos em gerenciar as impressões.

É importante se perguntar até que ponto esse gerenciamento pode ser mais rígido ou maleável, fixo ou mutável. Por exemplo, a roupa é, em geral, vista como uma propriedade variável, no entanto, ela é situacionalmente rígida. Em geral, é preciso recorrer a um “backstage”¹ para acessar esse caráter variável, o que nem sempre é possível, especialmente em interações fora de casa. Na situação exposta no início deste texto, se Saulo entendesse que a sua roupa o prejudica, não seria nela que ele poderia gerenciar as impressões dos policiais. Além disso, é preciso se perguntar se a mudança de roupa faz diferença e se isso não é, igualmente, uma limitação do gerenciamento. Se determinada limitação material está envolvida nesse processo, então o gerenciamento não é algo “puro”, deslocado da estrutura de classe.

Kathya Araujo (2009, p. 61-63) mostra como, no Chile, a aparência está relacionada à cidadania. Os indivíduos são identificados através de suas roupas como pobres e, com isso, sofrem constantes abusos. Parte dessa classe desenvolve estratégias que anulam ou diminuem esses abusos. O uso de roupas usadas, nesse caso, permite imitar quem tem melhores condições e atenuar tais abusos. Apesar disso, pode-se pensar em casos nos quais isso nem sempre é possível, como em situações de limitações materiais extremas, por exemplo. Importa dizer que

¹ Um espaço em que é possível abandonar a performance sem maiores complicações pessoais. Tem acesso restrito a maioria das pessoas. Quartos e banheiros são exemplos (Goffman, 1985, p. 106).

a ausência do dinheiro é uma limitação do gerenciamento de impressões que ocorre na situação social. Uma vez que a roupa denuncia a classe social, é impraticável um gerenciamento de impressões com o fim de anular essa identificação. A ausência do dinheiro, que incide em ausência das roupas “adequadas” ou “convenientes” a não sofrer abusos, é a limitação direta do gerenciamento de impressões que permite evitar esses abusos.

Apesar disso, é possível sair de casa com uma roupa “apropriada”, estar atento ao tom de voz, às gesticulações exageradas, ao que é falado, a quem se pode e não se pode olhar, ou seja, o conjunto mutável do equipamento expressivo. Percebe-se que a roupa é mais rígida que as maneiras pelas quais os indivíduos assumem as suas ações. Contudo, mais fixo ainda pode ser a identidade. Nas múltiplas identidades nas quais um indivíduo pode manifestar, existem aquelas que são mais fixas que outras. Kathya Araujo (2009, p. 62) destaca, comparativamente à aparência, como o nome de família é mais “rígido” do que a aparência e, para empregar os termos de Goffman, obstrui ainda mais o gerenciamento de impressões.

Portanto, é possível dizer que existem limitações ao gerenciamento de impressão e que, portanto, ele pode ser desigual entre os indivíduos que compartilham a mesma situação. Os indivíduos podem usar tudo o que têm ao seu alcance para gerenciar as impressões e fornecer uma condição positiva de apresentação do self (Joas; Knöbl, 2017, p. 325; Rawls, 1987, p. 140), mas precisam lidar com as expectativas normativas que os outros nutrem a seu respeito. Trata-se das pré-concepções que alguém tem sobre o outro ou alguma coletividade e, através disso, é delineada uma expectativa sobre o que o outro deve ser e como irá agir (Goffman, 2008, p. 12, 61-62). Por exemplo, a relação entre a aparência (roupas, principalmente) e classe social, na pesquisa de Kathya Araujo (2009, p. 60-61), está necessariamente vinculada à expectativa normativa de delinquência por parte dos homens jovens. Essa relação legitima os abusos (policiais, por exemplo) às pessoas de classe baixa devido à expectativa normativa que os associariam à delinquência em algum grau.

Portanto, as expectativas normativas são grandes obstruções ao gerenciamento de impressão, e isso ocorre com ainda mais força ao se tratar de indivíduos “desacreditáveis”, que manifestam alguma propriedade constantemente rotulada ou estigmatizada. As obstruções ao gerenciamento de impressão devido a expectativas normativas correspondem à desigualdade de capacidade de influência sobre a situação social em questão. Em última instância, corresponde à assimetria de poder, no sentido da capacidade de inserir a diferença no mundo e, com isso, obter resultados (Giddens, 2009a, p. 10, 17, 204, 334, 2018, p. 77, 96). A influência não define o poder, mas certamente pode ser pensada como relacionada a tal categoria, uma vez que se

trata da capacidade de influir sobre as impressões alheias e, assim, incidir sobre o curso dos eventos (Caballero, 1998, p. 137; Gastaldo, 2008, p. 150; Rogers, 1977, p. 91).

Saulo não “performa tranquilidade” por acaso. Ele está inserido em um contexto de profunda violência urbana, cujas expectativas normativas são relativamente fortes, por vezes não diferenciando o tráfico dos moradores (Birman, 2008). Há expectativas normativas destinadas a uma coletividade específica que podem ajudar no processo de identificação moral. Há uma relação dentro-fora que é importante. Saulo reconhece isso ao “ensinar” ao pesquisador que o acompanha como agir em situações do tipo. Ele ensina Campos e não a sua parceira, Natália, cujo conhecimento dispensa tais ensinamentos. Pouco importa aqui se Campos morou em favela ou bairros violentos. O que importa é que Saulo, naquele momento, enxergou a si e a Natália como diferentes de Campos, e que, por tal julgamento, forneceu dicas comportamentais ao pesquisador, “insistindo em caminhar performando tranquilidade”.

Existe uma série de possibilidades de atributos e categorias (raça e idade, por exemplo) que não estão claras com a situação exposta. Contudo, é possível resumir a relação como entre policiais e moradores de favela, costumeiramente rotulados como “favelados”, cujo termo apresenta significados substanciais e relativamente fixos sobre a coletividade que o carrega. O termo revela a estigmatização por trás da favela, cuja consequência é o rótulo que une os moradores enquanto coletivo. O termo favela pode designar caracterizações negativas, fruto, inclusive, de limpeza moral por parte dos moradores, que buscam identificar o lugar como comunidade (*ibid.*, p. 103). Essas caracterizações negativas dizem respeito à expectativa normativa de ser um lugar ontologicamente violento (Magalhães, 2020, p. 7), em que tal característica incide sobre os moradores mediante sujeição criminal, localizada na favela pela sua relação com o tráfico. Para Michel Misse (2010, p. 20-21), “a sujeição criminal também se ‘territorializa’, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada”. O que está em jogo com a aplicação do rótulo “favelado” é um processo de tipificação do conjunto populacional que representa a favela, cujas expectativas normativas são, em geral, rígidas o suficiente para que apenas um caso específico reitere “a especificidade negativa de um grande conjunto populacional” (Birman, 2008, p. 112). Nesse sentido, “performar tranquilidade” é o reconhecimento por parte de Saulo do significado da favela e seus moradores para a polícia militar. É reconhecer, através da própria expectativa normativa, a expectativa normativa do outro sobre si. E, dentro disso, considerar a rigidez dessa expectativa normativa por parte da outra coletividade.

Mesmo que não seja nesses termos, Saulo entende que os policiais têm uma expectativa normativa a seu respeito. Isso não diz respeito a ele especificamente e sim a uma coletividade

que manifesta os mesmos atributos e categorias de sua posse. Por um lado, policiais militares identificam certas coletividades por conta de uma expectativa normativa sobre elas. Por outro lado, essas pessoas costumeiramente identificadas reconhecem seus identificadores e buscam evitá-los, como ocorre com Saulo. Então, faz parte da definição da situação feita por Saulo a identificação dos policiais e que essa identificação diz respeito a sua pré-concepção de que “pessoas como ele” são geralmente identificadas pelos policiais.

O que a situação apresenta é, no mínimo, que se trata da relação entre uma instituição e uma espacialidade: a polícia militar e a favela. A favela é representada por seus moradores, do qual Saulo faz parte. O recurso da “evitação” feito por Saulo ganha sentido porque é em relação à polícia militar. Esse tipo de afirmação considera que as propriedades presentes na interação são mediadas pelo que está ausente (Giddens, 2013, p. 323), e que, além disso, há contextos de interação que afetam outras interações, criando uma teia de interdependência (*ibid.*, p. 319). Com isso, a situação social não pode estar desvinculada do seu “background de rotina” (*ibid.*, p. 322), ou seja, do caráter repetitivo da vida social que implica em um deslocamento espaço-temporal das condutas (*id.*, 2009a, p. xxv, 444). A relação entre Saulo e o policial está vinculada à relação entre policiais e moradores de favela.

O argumento central que disso deriva é que toda relação entre coletividades em que um dos lados sistematicamente recorre ao ritual de evitação resulta no processo de “expansão” da esfera ideal do outro lado, independentemente da direção vetorial na qual a evitação é feita. Em Goffman isso está explícito em um exemplo específico, talvez um dos exemplos que melhor evidencie esse processo, mas não é desenvolvido nesse sentido. O autor mostra como a relação entre mulheres brancas e homens negros é particularizada o suficiente a ponto de incidir em rituais moralmente institucionalizados, em que é reconhecida a prescrição de que homens negros não podem olhar mulheres brancas a certa distância sem cometer um “avanço sexual castigável” (Goffman, 2010, p. 99-100). A proposta é seguir esse caminho não trabalhado por Goffman.

1 ERVING GOFFMAN E A DIALÉTICA DA INTERAÇÃO: GERENCIAMENTO, RITUAL E PODER

Introdução

Erving Goffman é um dos principais sociólogos do século XX, com uma das propostas teóricas mais originais das ciências sociais, sendo um grande expoente da microssociologia. Sua distinção deriva de suas formulações sobre o conceito de interação social, cuja análise permite interpretar e descrever o cotidiano de forma particularmente inovadora. Uma de suas maiores contribuições foi o seu trabalho em cima da ordem da interação, uma dimensão da vida social com relativa autonomia perante os macroprocessos sociais, e que não sofre sobredeterminação estrutural, como ocorre em algumas teorias sociológicas (Rawls, 1987, p. 136).

Esse estudo aparece na obra de Goffman desde os seus primeiros trabalhos. Para Burns (1992, p. 25), o tipo de microssociologia praticado por Goffman é o estudo da “estrutura superficial” da interação. É possível ver isso desde *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*², em que Goffman descreve uma “dialética básica da interação”, a relação entre o entendimento da realidade imediata, mediante a própria ação, e a impressão alheia que se supõe que o outro tenha. Nesse sentido, Goffman apresenta a estrutura da interação como um jogo de influências e criatividade constante, em que os indivíduos induzem, mesmo sem querer, a interpretação do outro sobre a realidade imediata através de suas ações. Tanto *Comportamentos em Lugares Públicos* quanto *Ritual de Interação* são altamente relacionados ao tema da “estrutura superficial” da interação. No primeiro, trata-se da investigação sobre os princípios que mantêm a ordem pública (ou ordem social), em que a sua preocupação principal é descrever as interações desfocadas e a sua constituição da vida social cotidiana (Burns, 1992, p. 33-34). No segundo, há uma investigação mais profunda sobre a importância das regras que regem a interação (*ibid.*, p. 37) e uma descrição precisa sobre a dimensão normativa como sacralizada. Nesse livro, um dos pontos mais relevantes é quando, em “A natureza da deferência e do porte”, Goffman mostra que não apenas regras substantivas estruturam os encontros, mas que estes são fundamentalmente estruturados por regras cerimoniais (*ibid.*, p. 40). Os objetivos desta dissertação passam principalmente pelos estudos de Goffman em tais livros.

A centralidade da interação nos trabalhos de Goffman é característica do que é comumente conhecido como “microssociologia.” Trata-se de uma tradição na qual o cotidiano

² Uma tradução mais adequada seria “A apresentação do self na vida cotidiana”.

e pequenas dinâmicas da interação social são fonte de interesse. Segundo Joseph (2000, p. 8), a microsociologia parte dos momentos e contextos de acontecimentos para “analisar a organização social desses encontros como uma ordem de fenômenos sociais que têm sua história específica”. A noção de momento subentende não apenas a característica situada e descritível da vida social, mas também sua possibilidade constante de mal-entendidos, o que destaca um caráter espontâneo da vida cotidiana (*ibid.*, p. 90).

Uma das principais correntes dessa vertente sociológica é o *interacionismo simbólico* da chamada Escola de Chicago, que certamente foi uma grande influência, a começar pela forte presença da antropologia na formação do autor (Burns, 1992, p. 10-11). Herbert Blumer (seu orientador), Everett Hughes, Louis Wirth e Lloyd Warner foram figuras próximas do autor. Hughes, por exemplo, foi uma influência forte para Goffman nos estudos das instituições totais, expressão cunhada pelo americano no estudo de conventos (*ibid.*, p. 10-11, 142). Nesse mesmo contexto, destacam-se as figuras de William James, William Thomas e George Herbert Mead (Velho, 2008, p. 146). A convergência do interacionismo e do pragmatismo ao trabalho de Goffman o leva diretamente a Simmel, que se dedicou ostensivamente ao estudo da interação social. Além disso, o autor é importante para pensar a ordem pública, notadamente a partir do conceito de “esfera ideal” e o direito à reserva, uma preocupação relacionada ao avanço da modernidade e a multiplicidade e multiplicação do contingente populacional e, portanto, das interações sociais (Simmel, 1979). Em outro momento, Goffman une o pragmatismo à fenomenologia no desenvolvimento da teoria do *frame*, sobretudo James, Thomas, Schutz e Bateson (Velho, 2008, p. 146).

Há um destaque particular de Mead e Cooley nos escritos de Goffman, que, embora tenha sido pouco citado (Collins, 1980, p. 176; Scheff, 2018, p. 16, 20; Turner, 1988, p. 91), são certamente uma das maiores influências na teoria geral do autor. Scheff (2018, p. 16, 20) destaca uma forte influência de Mead, Cooley e Blumer em Goffman, principalmente na forma de interpretar a realidade social imediata a partir da suposição sobre a interpretação do outro. O constrangimento seria um exemplo de uma resposta aos pontos de vista do outro, uma “mentalidade mútua”. Em especial, Cooley é importante devido ao conceito *looking-glass self*, e Mead, similarmente, devido ao processo de assumir o papel do outro (*role-taking*). Nesse sentido, comportamento e mente (do outro) estão altamente conectados. Isso é basilar para a dialética básica da interação, relação entre definição da situação, expressividade e gerenciamento de impressão, que será melhor apresentado na primeira parte deste capítulo. No entanto, Goffman tem uma visão um pouco distinta de Mead, embora não completamente disruptiva. Para Collins (2009, p. 241), “Goffman avançou bastante no mesmo caminho

inaugurado por Mead, em vez de ter seguido em um rumo completamente diferente.” No entanto, o “eu”, o “mim” e o “outro generalizado” não conseguem apreender as flutuações do self, para dentro e para fora, por vezes em poucos segundos. Não há um “outro generalizado” unitário na mente dos indivíduos, mas vários, e o que desempenha tal papel está fora do indivíduo, parte de seu passado imediato, “de modo que cada self se conforma à moldura estabelecida no momento anterior”.

Alguns autores destacam uma posição crítica de Goffman à Escola de Chicago e, mais especificamente, ao interacionismo simbólico. Burns (1992, p. 23) pontua a divergência de interesses entre Goffman e a Escola de Chicago, em especial sobre a relação entre comportamento expressivo e psicologia individual. Turner (1988, p. 90), por outro lado, destaca que Goffman compreendia o interacionismo simbólico, além da etnometodologia e do estruturalismo europeu, como altamente deficientes em suas respectivas microanálises. Goffman distancia-se ainda mais da Escola de Chicago ao adotar a influência de Durkheim em suas análises (Turner, 1988, p. 91; Velho, 2008, p. 147). Há o reconhecimento das macroestruturas e das orientações coletivas que circunscrevem a conduta dos indivíduos, além da ubiquidade dos rituais, o que está em desacordo com os chamados “microteóricos” com maiores rejeições aos modos estruturais e funcionais (Turner, 1988, p. 91). Importante ressaltar que Mead e Durkheim têm mais relações teóricas que os interacionistas gostariam de aceitar. Turner destaca, inclusive, a “consciência coletiva” de Durkheim e o “outro generalizado” de Mead como processos semelhantes que legitimam a importância tanto do autor francês quanto do americano na teoria geral de Goffman (*ibid.*, p. 91: nota 7). A partir de Durkheim e Radcliffe-Brown, Goffman desenvolve a sua teoria dos rituais de interação, cuja dimensão moral é descrita como sagrada (Joseph, 2000, p. 27-28, 32-33; Summers-Effler, 2006, p. 136, 152). Fornece um diálogo intenso com Simmel, em especial com o conceito de “esfera ideal” anteriormente citado (Burns, 1992, p. 39; Joseph, 32-33). Paralelo a isso, Goffman lança mão da etologia para desenvolver uma teoria da ordem pública relacionada aos rituais (Joseph, 2000, p. 27-30). Goffman é certamente um pioneiro em aplicar os rituais à vida cotidiana e, além disso, relacioná-los a uma teoria da performance (Collins, 2009, p. 190).

A relação entre Durkheim e Simmel explica a visão trágica da interação social em Goffman. Se o primeiro fornece a dimensão normativa da vida social, o segundo mostra a ubiquidade do conflito, o que resulta em uma ordem moral facilmente profanada e com a constante necessidade de reparos (Burns, 1992, p. 26). Para resolver esse problema, Goffman (2011, p. 101, 2019, p. 577) destaca indivíduos capacitados de tato, habilidade ou manejo social e suficientemente conhecedores do mundo que os circundam, o que é corroborado por Burns

(1992, p. 24) e Giddens (2009a, p. 91-92) em suas respectivas leituras sobre a teoria geral do autor. Esse conhecimento, no sentido wittgensteiniano de Goffman, relacionado ao conhecer as regras do jogo, está intrinsecamente ligado à consciência prática (Giddens, 2009a, 81, 2018, p. 89).

É sobre esse contexto que o “ritual de evitação” surge. O conceito serve sobretudo para possibilitar uma sociologia do poder a partir de Goffman, conectando o poder aos rituais de interação. Sigo o caminho percorrido por Rogers (1977, p. 94) com a proposta de examinar estudiosos que não tratam especificamente sobre o poder na esperança de compreender melhor tal categoria. Assim como a autora, acredito que a teoria geral de Goffman pode oferecer resultados teóricos interessantes para a sociologia do poder. A evitação é um caminho pelo qual é possível analisar o poder por um viés interacionista na obra de Goffman. Mas não apenas isso, a evitação não é apenas um meio, como também o objetivo deste capítulo e desta dissertação. Ela torna possível observar que por trás de relações entre indivíduos pode haver relações entre coletividades com a sua própria história e que transcende a situação social em questão. Evidentemente, Goffman pouco diz em relação a isso, mas alguns de seus exemplos possibilitam ao menos uma análise inicial sobre tal processo.

Este capítulo divide-se em duas seções, com duas partes cada uma. A primeira seção diz respeito à teoria do self. Na primeira parte, é abordado o conceito de “gerenciamento” e a relação entre definição da situação, expressividade e impressão. Trata-se de uma dialética básica na teoria de Goffman: a instância expressiva da ação sempre comunica e, com isso, sempre desperta impressões no outro. É essa também a dinâmica da definição da situação, que sempre está vinculada à ação alheia. Essa parte mostra a instância criativa do self e a sua capacidade de modulação de si e da própria realidade social que o circunda. Na segunda parte, o “envolvimento” é pensado como uma forma de gerenciamento e, portanto, uma expressividade per se. Se na primeira parte o que importa é a apresentação do self e a sua potência criativa, na segunda parte o envolvimento já apresenta uma dinâmica coletiva e necessariamente restritiva na qual a autonomia da vontade precisa estar submetida. O envolvimento corresponde ao início da dimensão normativa da interação social, em que os rituais são mobilizados para apresentar um self coerente com a situação. Essa dimensão normativa é trabalhada apenas em seus princípios básicos, especialmente no que diz respeito à “estrutura da situação social”, constituída a partir do conjunto de envoltimentos dos indivíduos que a ela pertencem.

A segunda seção diz respeito à teoria da “evitação”. Na primeira parte, a reflexão gira em torno dos riscos da interação social e da necessidade da limitação da autonomia da vontade

do self, vinculado à teoria dos rituais de interação. Interessa aqui demonstrar a maneira pela qual essas convenções da definição geral da situação, que incidem sobre o envolvimento do indivíduo, são dispostas através dos comportamentos. Essa parte também é analisada a teoria geral do autor, sistematizada em seu último texto, *A Ordem da Interação*, que perpassa toda sua obra. Seus problemas e possibilidades são analisadas frente às relações entre ordem da interação, estrutura social e ritual de interação. Essa parte é uma finalização da obra geral do autor, que, na seção seguinte, apresenta com maior densidade o objeto e o objetivo deste capítulo. Na segunda parte, o conceito de evitação aparece com um tipo de ritual que permite modelar o próprio self frente ao risco oferecido pela interação. O conceito é relacionado mais fortemente ao poder e às relações entre coletividades. As relações de poder não são vistas apenas pelo uso de rituais, mas também pelas limitações à agência e a possibilidade de gerenciamento de impressões em decorrência das “expectativas normativas” que os indivíduos venham a ter a respeito de alguém. A proposta final é que em Goffman está explícita a evitação entre indivíduos, mas está implícita a relação entre coletividades por trás dessa evitação. Nessa relação estão dinâmicas “invisíveis” que transcendem a interação social, muito destacadas por Giddens (2009a, 2018) em sua teoria da estruturação, e sobre as quais Goffman não descreve com maior precisão e sistematicidade.

1.1 O conceito de “self” na obra de Erving Goffman

1.1.1 Self e seu gerenciamento: expressividade e impressões

Ao interagir, um indivíduo que queira evitar incidentes constrangedores ou conflituosos precisa gerenciar sua ação adequadamente. É preciso conjecturar ou inferir sobre *o que está acontecendo* no pequeno sistema social do qual participa para desempenhar qualquer tipo de atividade. Uma vez que faz isso, o indivíduo define a sua situação. Giddens (2009a, p. 82) destaca que as situações sociais (ou contextos, como ele prefere dizer) são “aquelas ‘faixas’ de espaço-tempo no âmbito das quais as reuniões ocorrem”, sendo as reuniões (“gatherings”) mero agrupamento de pessoas em copresença. Qualquer pessoa presente na situação é, por definição, membro da reunião (Burns, 1992, p. 34; Goffman, 2010, p. 28).

Nesse sentido, pode-se começar com a afirmação de que a definição da situação é uma medida interpretativa das fontes de informação disponíveis, com vista a organizar cognitivamente a experiência presente (Goffman, 1985, p. 11). A interpretação refere-se a informações específicas do indivíduo com quem se interage ou a associações ao que

possivelmente o representa, mas que não necessariamente se cumpre na realidade (*ibid.*, p. 204-205). Trata-se de um processo de identificação comum, que corresponde ao conhecimento prévio do indivíduo; suas experiências anteriores com indivíduos parecidos o capacitam a fazer tais associações. Esse processo está relacionado à aplicação de “estereótipos não comprovados” (*ibid.*, p. 11). Em última instância, está em jogo uma série de expectativas normativas: o conjunto de valores e crenças, pré-fabricadas, tomadas como dadas, impostas a determinadas pessoas, grupo, identidade e/ou símbolos (*id.*, 2008, p. 11-12, 61-63). As concepções, prévias ou presentes, sobre o indivíduo ou por associação, estão ligadas às informações aparentes no momento em que ocorre a interação, e estão submetidas ao contexto desse arranjo situacional.

Qualquer informação que o indivíduo manifesta em interação cabível de ser interpretado é referente ao seu *personal front*³. Trata-se de um equipamento expressivo manifesto explícita ou implicitamente, de modo mais ou menos consciente, referentes a determinado indivíduo (*id.*, 1985, p. 29-31). Esse equipamento expressivo é referente à aparência e maneira apresentada por um indivíduo em interação face a face. Exemplos de aparência podem ser roupas, acessórios, automóveis, entre outros. Ela pode informar sobre o status social de alguém ou se está em um “estado ritual temporário”. Exemplos de maneira podem ser estímulos (verbais ou não verbais) que denotam arrogância ou ansiedade e informam aos outros sobre o papel que se pretende desempenhar na situação (*ibid.*, p. 31). Todo aparato espacial da interação (*cenário*) que diz respeito ao indivíduo de alguma maneira será parte das informações que dele emanam, apesar de isso não estar necessariamente vinculado ao personal front. O cenário manifesta os elementos espaciais gerais para o que está em curso na interação social (“cena” ou “performance”⁴), como os objetos móveis e fixos, a disposição topológica desses objetos e, mesmo, a relação de cada um deles com cada indivíduo em questão. A mobília de uma casa,

³ Alguns conceitos foram mantidos em inglês porque a tradução pode gerar algumas confusões. O “personal front”, por exemplo, é traduzido como “fachada”, e com isso perde a conotação teatral do conceito e a relação com o “front region” (análogo a palco) como uma definição coletiva desses “personal front” e o local no qual cada um deles devem ser apresentados. Basicamente, o lugar de apresentação do self. Os termos teatrais, em geral, foram mantidos, assim como o conceito “face”, igualmente traduzido como “fachada” em outro livro do autor.

⁴ A definição de performance em Goffman (1985, p. 23) é bastante genérica “toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes.” — Nesse sentido, penso performance como o modo de atuação dos indivíduos (já que as impressões manifestas e a influência sobre a definição da situação alheia é intrínseca a ação, independentemente da intencionalidade). A escolha da palavra “performance” pode estar relacionada à metáfora teatral, e a conseqüente necessidade de bom desempenho pelo indivíduo (“ator”). Ao mesmo tempo, o conjunto de performances de todos os indivíduos também pode ser reconhecido como “cena”, sendo ela mesma, por vezes, reconhecida como “performance”, no singular. Para evitar confusões, é preferível manter performance como analogia à atuação individual ou coletiva (o que Goffman chama de grupo ou equipe), e “cena” como algo análogo à situação social, com sua delimitação espaço-temporal, resultado das convenções entre os indivíduos pelo caráter negociado da projeção da definição da situação de cada um.

por exemplo, bem como a disposição dos objetos, pode dizer muito sobre o indivíduo (*ibid.*, 29-30).⁵

O processo de apresentação do self ganha um contorno mais dramático quando alguns papéis específicos de participação estão em jogo. Se há algum grau de cooperação específica, cuja coesão é feita pelo desenvolvimento de alguma atividade, trata-se então de um grupo ou equipe (*ibid.*, p. 77-78). A existência de um grupo, cuja atividade desempenhada implica em coesão interna, frente a outro grupo, que não está engajado na atividade e, portanto, não é necessariamente coeso, forma uma divisão de papéis de mútua constituição: atores e plateia. Esse é um caso em que a expressividade ganha um trabalho maior, porque a responsabilidade não está apenas nas próprias ações, mas nas ações da equipe inteira enquanto conjunto. As ações da equipe estão vinculadas aos indivíduos que a constituem, e mesmo se um incidente parte apenas de uma ação isolada de um indivíduo, esse ato faz referência à equipe. A responsabilidade é intersubjetiva.

Goffman pensa o conceito de região para dividir os grupos referentes aos atores e à plateia. Região é justamente essa divisão espacial que regula a acessibilidade de cada grupo. As divisões geralmente são físicas, com algumas exceções⁶. O primeiro espaço é acessível a todos, e é denominado “front region”.⁷ Um local no qual a “cena” (situação social) se desenvolve e, portanto, cada indivíduo desempenha o seu papel: o alinhamento expressivo entre o “personal front” ao contexto da “cena” que, dentre outras coisas, está vinculada ao cenário (*ibid.*, p. 101). Como o nome sugere, o seu sentido deriva do fato de que é o lugar no qual o “personal front” é apresentado, ou seja, onde o indivíduo mobiliza esse equipamento expressivo para seguir de acordo com as coações que lhe estão impostas, a começar pelo papel que se espera que desempenhe. O segundo espaço é denominado “backstage”. É acessível apenas aos atores, e definitivamente inacessível à plateia, cuja intromissão pode causar situações consideravelmente constrangedoras (*ibid.*, p. 106).

O que está sugerido é uma codependência constitutiva entre ambas as regiões que é característica de um tipo específico de interação, denominada “formato de palco”. A divisão

⁵ Fraya Frehse (2008) mostra como o espaço em Goffman é uma potência comunicativa, cujos significados incidem não apenas sobre os sujeitos como também sobre a própria interação, preenchendo-a de sentido. Os indivíduos leem o espaço em suas respectivas definições da situação, e traçam análises sobre si mesmos, sobre o outro e sobre a própria situação social a partir também dessa “interpretação” sobre espaço (disso deriva sua concepção de espaço em Goffman como um “idioma”). Com isso, há a perspectiva de que o espaço é, ao mesmo tempo, condicionante e condicionado pelas definições da situação em interação.

⁶ “Somente em circunstâncias excepcionais o cenário acompanha os atores. Vemos isto num enterro, numa parada cívica e nos cortejos irreais com que se fazem reis e rainhas” (Goffman, 1985, p. 29).

⁷ O conceito, como já dito, é análogo à noção de “palco”. Isso fica evidente em “Ordem da Interação”, ao abordar esse tipo de arranjo como um “formato de palco” (“platform form”) (*id.*, 2019, p. 583).

entre ambos pode ser pensada como a sala e o quarto de uma casa: a primeira mais social e disponível a todos, o segundo mais privado e disponível, em geral, apenas aos donos da casa. Uma fuga estratégica desses donos pode ser uma tática importante para redefinir o padrão de atividade e o equipamento expressivo. A relação entre tais regiões não é sempre fixa, variando conforme a ocasião social, o que é “front region” pode virar “backstage” e vice-versa (*ibid.*, p. 118). Cabe destacar que a metáfora dramaturgica não corresponde apenas a situações em que grupos cooperam em prol de uma atividade, mas pode ser referente a um indivíduo isoladamente, desde que seja reconhecida uma plateia e um “backstage”. A própria plateia não precisa ser mais que uma pessoa.

Está explícito na teoria de Goffman que, em toda interação, será necessária uma definição da situação e que, com isso, um equipamento expressivo será apresentado. No entanto, o modo como essa expressividade é gerenciada depende do tipo de interação vigente. A distinção dessa interação é a existência do “backstage”: há um processo de regionalização da interação que permite um indivíduo ou equipe gerenciar espacialmente o próprio pertencimento; por vezes está no “front”, por vezes está no “backstage”. Com isso, é possível gerenciar a expressividade do ponto de vista espacial. Assim, o mesmo comportamento na mesma ocasião social pode assumir aspectos mais ou menos formais a depender da disposição topológica do indivíduo na interação, somado, evidentemente, ao seu papel. Com isso, Goffman mostra que o mesmo comportamento não varia apenas conforme a situação social e sua relação com a ocasião social, mas a mesma ocasião social pode ter, no mesmo comportamento, diferentes significados, a depender do papel de quem o faz e da posição espacial em que se encontra na interação (“front region” ou “backstage”). A dinâmica de palco e bastidores mostra que “as pessoas são capazes de lidar com múltiplos níveis da realidade como se fosse algo natural” (Collins, 2009, p. 236).

A projeção da definição da situação é a manifestação dos processos cognitivos e emocionais que o indivíduo tem em relação à situação social. Ou seja, manifesta-se a opinião ou entendimento sobre algo, sobre alguém, sobre si mesmo e sobre a realidade presente. Uma vez que se assume um padrão expressivo no curso da interação, esse indivíduo estará manifestando a sua *linha* (Goffman, 2011, p. 13). A linha independe de intencionalidade, ela sempre será feita, e sempre será passível de impressões alheias. Se uma pessoa acredita que sustenta uma linha coerente, é conveniente reivindicar⁸ um “valor social positivo” para si

⁸ Essa reivindicação do indivíduo está sugerida em “A representação do eu na vida cotidiana”: “Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles” (*id.*, 1985, p. 25).

mesmo. Esse valor é denominado por Goffman (2011, p. 13-14) como *face*, e deriva “da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. Trata-se de uma dimensão do equipamento expressivo do indivíduo que preenche a linha de sentido moral e sentimental. É fruto da própria definição da situação, da interpretação que um indivíduo tem de sua própria conduta, “apoiado por juízos e evidências comunicadas por outros participantes” (*ibid.*, p. 14-15). Ou seja, o indivíduo sustenta a sua face através do que ele interpreta da impressão do outro sobre a linha que ele mantém.⁹ Portanto, é intersubjetivamente constituído, fruto de uma indução sentimental entre a definição da situação do indivíduo de referência e as impressões que os outros manifestam a seu respeito.

Uma vez que a linha assumida pelo indivíduo é coerente, ele mantém uma face satisfatória; quando isso não acontece, ele perde a sua face ou mantém uma face envergonhada (“shamefaced”). O que ocorre é que os valores sociais positivos antes reivindicados não são mais fornecidos por seus companheiros de interação. Disso decorre que o domínio sentimental do indivíduo é afetado: ele pode sentir-se constrangido, envergonhado, culpado, indigno, desonesto, etc. É uma caracterização situacional, fruto das regras tácitas que envolvem a definição geral da situação. Em linhas gerais, o conceito de linha e de face ajudam a trazer o caráter fluido, mutável e situacional do self em Goffman. Isso aparece no autor ao afirmar que a face da pessoa “claramente é algo que não está alojado dentro ou sobre seu corpo, mas sim algo localizado difusamente no fluxo de eventos no encontro, e que se torna manifesto apenas quando esses eventos são lidos e interpretados para alcançarmos as avaliações expressas neles” (*ibid.*, p. 15). Além disso, ambas representam a sacralidade do indivíduo e, indiretamente, da preservação da interação.

Dessa maneira, a estabilidade moral e emocional dos indivíduos está sujeita às impressões dos outros, trazendo junto disso possibilidades latentes de mal-entendidos e incidentes.¹⁰ É natural que qualquer indivíduo queira evitar que isso ocorra e, com isso, tente, de modo mais ou menos consciente, manipular a própria expressividade e, por vezes, a própria identidade (quando isso é possível), com o fim de gerenciar as impressões que outras pessoas possam ter a seu respeito. Goffman denomina esse processo como *gerenciamento de*

⁹ Esse fato permite relacionar não apenas o conceito de face, mas a própria dinâmica geral da manutenção do self em Goffman, como uma derivação das formulações de Cooley com o “looking-glass self”. Essa é uma das argumentações centrais de Scheff (2018) em sua interpretação da obra de Goffman.

¹⁰ Goffman (1985, p. 54) é bastante claro quanto a isso ao dizer que, por um lado, “o ator pode confiar em que a plateia aceite pequenos indícios como sinal de algo importante a respeito de sua atuação”, mas que, por outro lado, “a plateia pode não compreender o sentido que um indício devia transmitir, ou emprestar um significado embaraçoso a gestos ou acontecimentos acidentais, inadvertidos ou ocasionais, aos quais o ator não pretendia dar qualquer significação.”

impressões. A expressividade do indivíduo, com maior ou menor grau de consciência e intencionalidade, desperta impressões alheias. O indivíduo pode ter um motivo, objetivo ou algum grau de intencionalidade por trás dos seus atos que esteja necessariamente vinculado às impressões que os outros terão a seu respeito e, portanto, exercendo uma “influência sobre a definição da situação que os outros venham a formular” (*id.*, 1985, p. 13).

O indivíduo coordena o seu aparato expressivo para causar uma impressão positiva a seu respeito, ou então para confundir, induzir ao erro, enganar, fugir ou mesmo insultar aqueles com quem interage. Além disso, a preocupação de gerenciamento do indivíduo não diz respeito apenas a uma possível “segregação de papéis”, isto é, o afastamento de determinados papéis inconvenientes para a plateia que o assiste e conseguir desempenhar um papel apropriado. Há também a preocupação em “segregar a plateia”, de modo que o gerenciamento não permita que uma plateia inesperada ou indesejada o veja desempenhando determinado papel para o qual ela não está vinculada (Goffman, 1985, p. 52; 2011, p. 105).

Isso não significa que o indivíduo esteja sempre totalmente consciente de seus atos, por mais intencionais que sejam. Importa que a ação tenha como parte de sua finalidade despertar boas impressões (Goffman, 1985, p. 15-16). A possibilidade de sempre poder gerenciar as impressões alheias é devido aos indivíduos basearem suas definições sobre a pequena realidade social que os circunda a partir de meras impressões (*ibid.*, p. 229). A vida social é permeada de contingências, e nunca se sabe exatamente o que esperar do outro. Somado a isso, os fatos e informações disponíveis sobre a situação presente não são apreensíveis em sua totalidade, e em seu lugar, Goffman afirma, empregam-se substitutos: “deixas, provas, insinuações, gestos expressivos, símbolos de status, etc.” (*ibid.*, p. 228). Goffman mostra como o real não pode ser apreendido e só pode ser limitadamente assimilável a partir das aparências; quanto mais próximo do real pretende se aproximar, mais precisa estar atento ao que é aparente.

Há autores que destacam a relação entre gerenciamento de impressão e gerenciamento de emoção no trabalho de Goffman, como Scheff (2015, p. 43-46, 199-202). Hochschild também parte de Goffman para pensar o gerenciamento de emoções, embora assuma que o autor não desenvolve de modo explícito essa ideia. Tem também uma posição crítica às formulações de Goffman sobre a incapacidade dos indivíduos em entender e gerenciar as próprias emoções. A crítica pode ser resumida quando ela fala que “os atores de Goffman gerenciam ativamente as impressões externas, mas eles não gerenciam ativamente os sentimentos internos”¹¹ (Hochschild, 1979, p. 557, *tradução nossa*). Além disso, para a autora, não há, na teoria de

¹¹ “Goffman's actors actively manage outer impressions, but they do not actively manage inner feelings.”

Goffman, uma distinção explícita entre o gerenciamento externo (através da expressividade, por exemplo) e interno (*ibid.*, p. 558). Isso faz sentido ao pensar que o autor não desenvolve sistematicamente os processos internos à consciência (Giddens, 2009a, p. 164, 2013, p. 315) e que esta só interessa enquanto pública e comunicável, com a projeção da definição da situação pela expressividade nas ações (Rawls, 1987, p. 141).

Mas é preciso pensar a crítica da autora com a perspectiva a seguir. Em Goffman (1985, p. 21), a ruptura (por exemplo, o constrangimento) pode gerar uma variação emocional no indivíduo e no grupo, o que sugere, inclusive, a ideia de contágio emocional, já que o constrangimento pode passar para todos os participantes da situação. Goffman (2011, p. 20) descreve o aprumo como uma forma de segurar o ímpeto do constrangimento, uma resistência e, além disso, uma forma de manipular a situação adversa da interação. O aprumo não se trata da capacidade de evitar constrangimento e sim de gerenciar o sentimento do constrangimento; “manter a compostura” (*ibid.*, p. 107). Nesse sentido, o debate sobre o gerenciamento interno de emoções não está fechado, embora seja verdade que há pouca análise pelo autor sobre o tema, e mais ainda sobre processos da consciência, o que permite ambiguidades do gênero.

Para concluir, convém resumir a “dialética básica”¹² subjacente a toda interação social e relacioná-la à teoria do self de Goffman, bem como algumas críticas feitas ao autor. A definição da situação é, analiticamente, apenas o primeiro passo da ação, o processo cognitivo de organização de informações disponíveis, interpretação e, com isso, uma tentativa de antecipação da contingência. Os indivíduos definem a situação para agirem da melhor maneira possível, conforme as prescrições da situação social, por vezes derivadas de uma ocasião social superior. Mas essa injunção, agir da melhor maneira possível, não depende apenas de uma definição cognitiva do que é a realidade social presente. Ao colocá-la em prática, a expressividade do indivíduo precisa corresponder a essa definição cognitiva; é preciso paridade entre intenção e ação. É inerente ao conceito de definição da situação a sua projeção a partir da apresentação de um self, no curso de suas ações, e que, com isso, fornecerá algum tipo de expressividade através desse processo.

Por meio da expressividade, a definição da situação e a impressão são reciprocamente orientadas. É a partir de um conjunto de impressões que um indivíduo define a sua situação, e qualquer definição da situação projetada por esse indivíduo incidirá no conjunto de impressões despertadas em outro. Com isso, o gerenciamento de impressões é sempre do outro, da definição da situação do outro, a partir de sua própria expressividade. Em última instância, gerenciar a

¹² O termo dialética é mobilizado em Goffman duas vezes em seu debute (1985, p. 228, 230).

impressão é um modo de gerenciar a própria emoção, dado que é a partir da impressão alheia que se reivindica os “valores sociais positivos” e, em caso de falha, a sanção é geralmente sentimental, como o constrangimento.

A metáfora dramaturgica é precisa para mostrar a natureza do self de Goffman. A interação social é uma espécie de palco. Cada palco tem uma configuração específica, com cenário, atores e plateia variantes. No palco desenvolve-se uma “cena”, fruto dessa própria configuração. Nessa cena, cada ator tem o seu papel e, através dele, precisam seguir seus respectivos personagens. O personagem é a adequação entre o ator e seu papel e a qualidade e qualificação de sua atuação depende de uma dialética entre expressividade e impressões. O qual acreditável será a atuação, depende da resposta do público. Nesse sentido, é desejável não violar a “cena”, uma vez que o personagem depende disso (Rawls, 1987, p. 140). É possível dizer que a cena, como uma relação entre papel, atuação, cenário e plateia, nasce como um produto coletivo. Se a cena é a situação social, o personagem é o self. Esse personagem é produto da cena e modula sua própria aparência segundo as impressões da plateia. O personagem, então, também é um produto coletivo, depende da interação com a plateia. É mutável, pois é reservado à cena presente. Se, por um lado, o personagem é produto especificamente de uma cena, o ator, por outro, é um produto de muitas (*ibid.*, p. 139).

Com isso, o destaque está no caráter “apresentacional” do self, cuja gênese ocorre em interação e nela permanece (Goffman, 1985, p. 230). O autor descreve a maneira como o indivíduo gerencia suas funções e seus vários selves que apresenta nelas (Burns, 1992, p. 111). Evidentemente, é parte inerente desse interesse a descrição de como funcionam os encontros sociais (Giddens, 2009b, p. 291). O self, portanto, “não se origina do seu possuidor, mas da cena inteira de sua ação, sendo gerado por aquele atributo dos acontecimentos locais que os torna capazes de serem interpretados pelos observadores” (Goffman, 1985, p. 231). A plateia pode “atribuir uma personalidade ao personagem” conforme a apresentação do ator, e o seu grande objetivo é saber se o que se mantém será acreditado ou desacreditado (*ibid.*, p. 231). Se o ator é desacreditado, é porque o seu self deixou de existir, não se pode mais manter o pacto ficcional que estava em curso com relação a sua própria existência; o ator está “nu” e incapaz de exercer a sua atividade. O público pode vaiar e, uma vez que isso acontece, a sua capacidade interativa é afetada, e o constrangimento pode surgir. Nesse sentido, é de se esperar que uma das características centrais na dinâmica da apresentação do self seja a sua constante autoproteção (Rawls, 1987, 139). E parte central dessa autoproteção é seguir o próprio papel imputado na interação, que é análogo às convenções situacionais (*ibid.*, 146).

Essa dialética básica da interação, sustentada no modelo dramaturgico de Goffman sofre algumas críticas importantes. Elas ajudam a entender melhor a elaboração teórica de Goffman e suas consequências na teoria sociológica. Uma das críticas mais abrangentes é a de Gouldner, cuja direção não é sobre um aspecto específico da teoria de Goffman e sim a sua totalidade. Segundo o autor, o modelo dramaturgico reflete e corresponde às novas exigências da classe média (Gouldner, 1970, p. 381, 389), em que é feito um convite às aparências, uma verdadeira “sociologia da fraude” (*ibid.*, p. 384). Trata-se de um jogo de aparência, em que a essência é quase completamente ignorada: não importa se os indivíduos regidos pelo respeito ou código moral, mas como, a partir do tato e da prudência, aparecem como morais aos outros (*ibid.*, p. 379, 383). A essência não é completamente ignorada porque a aparência torna-se a essência: os indivíduos não tentam fazer algo, mas ser algo (*ibid.*, p. 380), e o que eles são é regido pelas aparências que conseguem expressar aos outros. Nesse sentido, a ordem social é extremamente dependente da gentileza entre as pessoas, mas não em um sentido positivo, uma vez que há um jogo de convencimento constante para fornecer uma aparência positiva sobre si mesmo. As pessoas são dependentes dessa gentileza e da impressão que os outros fazem sobre ela, o que reforça o jogo de aparências. Nesse sentido, há uma constante possibilidade de constrangimentos e humilhações, o que fornece a descrição de sistemas sociais extremamente frágeis (*ibid.*, p. 379, 382). Por conta disso, os vínculos são permeados pelo interesse pessoal, mesmo quando se trata de equipes, o que sugere que as relações não são entre indivíduos, mas entre commodities (*ibid.*, p. 383).

Burns (1992, p. 119) corrobora a interpretação de Gouldner ao destacar que o modelo dramaturgico apresenta um cinismo patente relacionado a uma ética individualista. A noção de pessoas atuando refere-se a indivíduos que vivem conforme o conceito que formaram sobre si, o que gostariam que fossem, o que aumenta a impressão de que a ação humana é falsa, baseada em fingimento e engano (*ibid.*, p. 116). Segundo Burns (1992, p. 120), mesmo em equipes, o individualismo permanece, pois se trata de indivíduos preocupados com o próprio desempenho individual, embora unidos (por “conluio”) em uma equipe cujo desempenho é cooperativo. O autor afirma que a cooperação é a expressão do interesse próprio dos membros da equipe, pois qualquer correção ou punição de erros cometidos que prejudiquem a equipe está vinculado, em última instância, aos interesses do indivíduo em evitar o colapso total ou manter a visão positiva do público sobre o desempenho da equipe. Mais uma vez, a importância das aparências. Com isso em mente, Burns (1992, p. 120-121) atribui a Goffman um individualismo metodológico, uma vez que, ao menos nesse primeiro trabalho, é o indivíduo a unidade de análise. Para Burns

é a maneira como os indivíduos se comportam nos encontros e não os encontros em si que contam.

No entanto, para Rawls (1987, p. 146), essa atribuição faz pouco sentido, uma vez que o surgimento do self em Goffman é um processo social. O mesmo se dá para Scheff (2015, p. 19), que defende uma formação do self a partir de arranjos sociais. Embora seja verdade que Goffman se concentra nos indivíduos, na apresentação do self, isso não significa que esses sejam anteriores à interação. É apenas quando os indivíduos assumem o compromisso com práticas comuns, em interação social, que o self surge. Giddens (2009b, p. 291, *tradução nossa*) vai além ao destacar que o foco de interesse é a estrutura dos encontros sociais: “todos nós somos atores, por assim dizer, mas o que importa é a peça”¹³. Isso não é referente apenas ao seu primeiro trabalho, Giddens (2013, p. 317, 320) mostra como Goffman é enfático em seu último texto (“A Ordem da Interação”) ao rejeitar qualquer relação com o individualismo metodológico.

Diferentemente da interpretação de Gouldner e Burns, Giddens (2013, p. 291) entende que a descrição de um universo amoral e a possibilidade de manipulação dos outros não correspondem aos impulsos principais de sua obra. Goffman descreve um mundo no qual as relações sociais são altamente moralizadas, com grande tendência à generalização de tal força moral. A preservação da face não é apenas do próprio indivíduo, mas é um imperativo coletivo. Isso está relacionado a práticas reparadoras, por exemplo, mas também a um respeito quase sacro à esfera ideal alheia. Além disso, diferentemente do que pontua Gouldner, o universo de Goffman não está localizado em uma sociedade ou classe social em específico. Embora Goffman afirme que a sua experiência seja com a conduta da classe média branca de uma parte específica dos Estados Unidos, o autor “com frequência deixa claro que acredita que as formas de atividade e os mecanismos sociais que descreve podem ser amplamente generalizados” (*ibid.*, p. 289-290).

1.1.2 Self e seu gerenciamento: envolvimento

Há um caráter cooperativo intrínseco na definição da situação. Esse caráter cooperativo é uma condição para a existência da interação social, caso contrário a situação social perde o

¹³ “We are all actors as it were, but the play’s the thing”

seu sentido. Para que qualquer tipo de interação social seja mantida com o mínimo grau de harmonia, é preciso que existam regras de condutas tácitas e, portanto, uma definição convergente da situação. Goffman denomina esse processo como uma definição geral da situação, em que os indivíduos negociam entre si tacitamente qual a definição “oficial” na qual devem seguir coletivamente, o que sugere uma “divisão social do trabalho” para um “consenso cooperativo”. O que está em jogo é menos “um acordo real sobre o que existe, mas, antes, [um] acordo real quanto às pretensões de qual pessoa, referentes a quais questões, serão temporariamente acatadas” (Goffman, 1985, p. 18). Por outro lado, está em jogo também que cada indivíduo projeta a sua definição da situação com o fim de exercer as atividades que lhe dizem respeito. Esperam que isso esteja vinculado a si e que, uma vez que acredita estar seguindo o seu papel corretamente, não será interpelado sobre sua conduta e não terá de manifestar nenhuma prestação de conta. As atividades, importantes para o curso da interação, são fruto de negociações.

Cada participante tem a permissão de estabelecer a regulamentação oficial experimental relativa a assuntos que sejam vitais para ele, mas que não sejam imediatamente importantes para os outros: por exemplo, as racionalizações e justificativas pelas quais explica sua atividade passada. Em troca desta cortesia, cala sobre, ou se mantém neutro em, questões importantes para os outros, mas não imediatamente importantes para ele. Temos então uma forma de *modus vivendi* interacional (*ibid.*, p. 18).

Trata-se da condição harmônica que toda interação precisa ter para que as sigam em um curso cooperativo.¹⁴ Essa concepção de harmonia não defende um consenso isento de conflito ou mesmo que existe uma predisposição pela concordância. Essa seria uma maneira ingênua de entender a realidade social, especialmente para Goffman, em que os riscos interacionais, materializados em incidentes, derivam muito de uma definição contrária e conflituosa da situação. O autor parte da perspectiva simmeliana em reconhecer a ubiquidade do conflito mesmo em situações de consenso¹⁵, no entanto, reconhece a dificuldade em seguir uma atividade se existe um antagonismo aberto, que define a situação por sua própria existência.¹⁶

¹⁴ Parte significativa do artigo de Anne Rawls (1987) é sobre a discussão do conceito “working consensus” em Goffman, análogo à condição harmônica da situação como aqui descrito, que diz respeito justamente às convenções necessárias para a apresentação do self e manutenção da ordem da interação.

¹⁵ Para uma abordagem mais profunda sobre esse tema, veja: SIMMEL, Georg. “O conflito como sociação”. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011. Gilberto Velho (2008) afirma que, além do autor alemão, há também a presença de Gustav Ichheiser com a noção de “mal-entendidos”.

¹⁶ Isso está explícito em Goffman (1985, p. 19) ao dizer que “Haverá também um acordo real quanto à conveniência de se evitar um conflito aberto de definições da situação.”

Nesse sentido, é preciso uma espécie de obstrução de seus efeitos¹⁷, ocultando os próprios desejos. Por conta disso, a noção de negociação é precisa: não existe um conflito aberto e, se houver dissenso, é permitido, no máximo, uma oposição de perspectivas que visam chegar a um denominador comum. A negociação sugere que o indivíduo não seja passivo, que exista voz individual frente à determinação coletiva, que esse possa suprimir “seus sentimentos cordiais imediatos, transmitindo uma visão da situação que julga ser ao menos temporariamente aceitável pelos outros” (*ibid.*, p. 18). Em linhas gerais, a negociação sugere que a projeção da definição da situação feita pelo indivíduo varia entre o “sugerir” e o “ceder”.

Uma interação pode ser propositadamente estabelecida como oportunidade e lugar para enunciar diferenças de opinião, mas em tais casos os participantes devem ter o cuidado de concordar em não discordar quanto ao tom de voz conveniente, vocabulário e grau de seriedade com que todo argumento deve ser exposto, e quanto ao mútuo respeito que os participantes discordantes devem cuidadosamente continuar a expressar uns para com os outros. Esta definição da situação dos debatedores, ou definição acadêmica, pode também ser invocada súbita e prudentemente como meio de traduzir um sério conflito de opiniões em outro que possa ser tratado dentro de uma estrutura aceitável por todos os presentes (*ibid.*, p. 19: nota 9).

A definição geral da situação cria convenções normativas segundo as quais os indivíduos precisam seguir se desejam mantê-la. Nesse processo, há inúmeras propriedades disponíveis a serem absorvidas cognitivamente e afetivamente pelo indivíduo, de modo que ele defina assim a linha de ação que irá assumir. As opiniões alheias sobre o que é a situação social são expressivamente apresentadas através de suas ações. Parte importante disso é o que Goffman denomina como *envolvimento*. Goffman compara o envolvimento ao termo “engajamento” (“engagement”), o que sugere o grau de participação na manutenção cooperativa da definição da situação para além do compromisso moral ou ligação emocional que possa existir (*id.*, 2010, p. 46, nota 3). O envolvimento diz respeito à “capacidade de um indivíduo de voltar ou deixar de voltar sua atenção concentrada a alguma atividade disponível — uma tarefa solitária, uma conversa, um esforço de trabalho colaborativo” (*ibid.*, p. 54). Trata-se de um processo de aderência do indivíduo na interação a partir de uma “alocação” perceptiva, em que a atenção orienta as atividades e a presença do indivíduo na interação social. Através dessa “alocação”, os indivíduos orientam-se normativamente a partir da situação social da qual fazem parte, mantêm “algum tipo de absorção cognitiva e afetiva por ela, alguma mobilização de recursos psicobiológicos” (*ibid.*, p. 46).

¹⁷ Sobre isso, Goffman (1985, p. 18) diz: “A conservação desta concordância superficial [...] é facilitada pelo fato de cada participante ocultar seus próprios desejos por trás de afirmações que apoiam valores aos quais todos os presentes se sentem obrigados a prestar falsa homenagem.”

O conceito de envolvimento está implicitamente relacionado com o que Goffman denomina como “dialética básica da interação”, analisada na seção anterior. Uma vez que a definição da situação diz respeito ao entendimento sobre o próprio papel, isso é expresso também através do envolvimento que um indivíduo precisa assumir em interação. Da mesma maneira que a expressividade, não existe um “não envolvimento”¹⁸. Do ponto de vista da interação, mesmo a negação do vínculo ou a negação da abertura do contato é uma forma de “envolvimento”.¹⁹ Cada forma de estar envolvido gera uma impressão específica nos outros, o que significa que o gerenciamento de envolvimento é intrinsecamente expressivo e pode ser análogo ao gerenciamento de impressões. Goffman (2019, p. 576) descreve isso precisamente:

Não é somente que a nossa aparência e conduta fornecem evidências de nosso status e das nossas relações. É também que a linha do nosso olhar, a intensidade do nosso envolvimento e a forma de nossas ações iniciais permitem aos demais captar nossa intenção e propósito imediatos, e isso tudo independente de estarmos ou não engajados em conversa com eles no momento.

O envolvimento pode ser pensado a partir das atividades desenvolvidas em interação. Há duas oposições de envolvimento correlacionáveis no que diz respeito às atividades. Em primeiro lugar, os envoltimentos podem ser principais ou laterais, cuja qualificação diz respeito ao indivíduo e sua vontade, como alguém que está focado em empacotar algum objeto sem perceber que cantarola (*id.*, 2010, p. 54). Em segundo lugar, os envoltimentos podem ser dominantes ou subordinados, cuja qualificação diz respeito à ocasião social, impondo ao sujeito, com maior ou menor grau de coercitividade, como gerenciar o seu envolvimento principal e lateral. Cabe destacar que as atividades dominantes e subordinadas têm, cada uma, as suas atividades principais e laterais especificadas. O envolvimento dominante é aquele que determina o sentido da ocasião social e que precisa incidir diretamente na atividade dos indivíduos. Se o envolvimento subordinado for o principal, “o indivíduo tem permissão para manter apenas enquanto sua atenção claramente não foi requisitada pelo envolvimento dominante que o domina” (*ibid.*, p. 55).

A disposição das atividades em interação diz respeito também a uma espécie de “manutenção da presença”, em que o envolvimento está vinculado ao modo como a estrutura

¹⁸ Goffman (2010, p. 47-48) destaca o conceito de “linguagem de envolvimento”, e assim como a linguagem corporal, é impossível não transmiti-la. Segundo o autor, “na presença de outros, [o indivíduo] inevitavelmente transmitirá informação sobre alocação de seu envolvimento, e essa expressão de uma locação particular é obrigatória”.

¹⁹ Uma vez que a copresença é estabelecida, o máximo de “não envolvimento” que um indivíduo pode manifestar é através do “envolvimento oculto”. Nele, apresentam-se atividades verbais e corporais “não naturais”, não sendo compreensíveis ou significativas. “O indivíduo dá a impressão [...] de que ele não está consciente de estar distante” (*ibid.*, p. 88).

da interação circunscreve o envolvimento do indivíduo. É uma forma, também, de alocar a percepção e os sentidos de determinada maneira. Importa saber que, se o indivíduo estiver em uma interação focada ou desfocada, a sua presença perante os outros será distinta. Ou seja, o seu envolvimento precisa ser gerenciado a depender do tipo de interação social na qual o indivíduo está inserido. Em cada tipo de interação, há um requerimento normativo específico. Goffman desenvolve uma tipologia da interação (ou “unidades básicas da interação”) que diz respeito ao envolvimento e, portanto, às atividades desenvolvidas junto a outros participantes. São elas: unidades ambulantes, contatos, encontros, formato de palco e ocasião social.

As *unidades ambulantes* são reuniões ou “ajuntamentos” (“gatherings”) totalmente desfocados de uma ou mais pessoas no mesmo ambiente. É a copresença em seu estado puro e mais simples possível. Um mero ajuntamento de pessoas “avulsas” e relativamente desconexas, em que a presença é pouco ou sequer notada (*id.*, 2019, p. 582). Essas unidades podem ser maiores e mais organizadas, como no caso das filas.

O *contato* é a entrada na “presença de resposta do outro”. A copresença física é dispensável e, portanto, pode ser realizada por conexão telefônica e carta. As ações que um indivíduo faz inserem-se na região de resposta do outro e, portanto, o conecta à sua ação, estabelecendo esse grau ainda pequeno de troca interpessoal. Goffman exemplifica que se trata de “um relance ao caminhar pela rua, uma conversa, uma troca de cumprimentos cada vez mais atenuada enquanto se circula em um encontro social, o olhar de um espectador para o orador” (*ibid.*, p. 582).

O *encontro* (“encounter”) é a expressão de uma interação focada. Um arranjo espaço-temporal específico, com participantes ratificados, cujas “atividade conscientemente compartilhada e claramente interdependente” (*ibid.*, p. 582-583). Há “direitos de comunicação preferenciais” dos participantes ratificados (*id.*, 2010, p. 101) e, a princípio, uma igualdade comunicativa por parte desses (*id.*, 2019, p. 583). Para evitar ambiguidades e constrangimentos, é preciso que o indivíduo esteja totalmente dentro ou fora do encontro (*id.*, 2010, p. 116).

O *formato de palco* proporciona uma divisão clara e relativamente fixa de papéis. São atores a executar uma tarefa em vista de uma plateia. Em geral, há também a formação de uma regionalização, com “front region” e “backstage”. O indivíduo consegue gerenciar espacialmente entre cada uma dessas regiões, com o fim de manter ou consertar o controle e equipamento expressivo. É desejável que os espectadores não assumam as atividades exercidas pelos atores (*id.*, 2019, p. 583).

A *ocasião social* é a dimensão mais normativa da vida social. Prescreve um comportamento adequado, orientando a conduta nas unidades anteriores.²⁰ Há uma forte demarcação espaço-temporal²¹. É possível que todas as unidades anteriores coexistam na ocasião social (*ibid.*, p. 584). É possível a existência de ocasiões sociais simultâneas (Burns, 1992, p. 50). Em ocasiões “comemorativas”, existe uma forte convergência psíquica e sentimental dos participantes em torno de seu significado, o que permite torná-la um evento memorável (Goffman, 2019, p. 584). Em ocasiões difusas, como o “centro da cidade na terça-feira à tarde” (*id.*, 2010, p. 29), está em jogo uma demarcação espaço-temporal mais “frouxa”, cujos contornos normativos dizem respeito diretamente ao comportamento em lugares públicos (ordem pública).²²

As “unidades básicas da interação” dizem respeito ao que Goffman denomina como interação “desfocada” e “focada”. A primeira refere-se a uma comunicação momentânea, geralmente relativa ao gerenciamento da mera copresença física, em que não há trocas verbais e centro de atenção oficial (*ibid.*, p. 34). A preocupação nesse tipo de envolvimento é a comunicação pela mera presença conjunta (*ibid.*, p. 95), o que sugere mal entendidos com pouca abertura para prestação de contas. A segunda refere-se à cooperação aberta com o fim de manter um foco único de atenção, em que essa orientação recíproca “pode excluir outros presentes na situação” (*ibid.*, p. 34, 95).

Do ponto de vista da interação social, a sua versão desfocada se refere fundamentalmente às duas primeiras “unidades básicas”, sendo a segunda o limiar à “focalização”. A interação totalmente focada refere-se à terceira, se o caso dos encontros sociais estiverem apenas duas pessoas. Se há mais de duas pessoas e ao menos uma delas não estiver engajada no encontro, então ela assume uma versão parcialmente focada. Se esse processo corresponder a uma divisão de tarefas e papéis em que a atividade do encontro é assistida por terceiros, tem-se o “formato de palco”. Há, por fim, a sua versão multifocada, em que é preciso ao menos dois encontros na situação, possibilitando mais de uma interação com formato de

²⁰ A esse respeito, Goffman ressalta que as “regulamentações da conduta característica em situações sociais e seus ajuntamentos são em grande parte atribuíveis à ocasião social em que ocorrem” (*ibid.*, p. 30), e, com isso, “engajar-se em impropriedades situacionais, então, é utilizar inapropriadamente o que se deve à ocasião social” (*ibid.*, p. 210). Há também a possibilidade de uma definição sobreposta da situação por conta de uma ocasião social que opõe certos grupos. Goffman (2010, p. 31) fornece o exemplo de turistas de veraneio que estendem a informalidade do balneário às lojas da cidade em contraposição aos moradores locais, que desejam manter um “decoro comercial apropriado”.

²¹ Goffman (2010, p. 29) denomina isso como “contorno de envolvimento”, em que há “uma linha que traça a ascensão e a queda da absorção geral na atividade principal da ocasião”.

²² No caso das ruas públicas, Goffman (2010, p. 31) diz que “há uma tendência na sociedade ocidental em definir esses lugares como a cena de uma ocasião social avassaladora às quais todas as outras ocasiões deveriam ser subordinadas. Definições da situação potencialmente rivais então dão passagem a um tipo de decoro público”.

palco, relativo às ocasiões comemorativas (*ibid.*, p. 103). Na maior parte da vida social, existe uma sobreposição entre interações focadas e desfocadas, o que significa que as entidades básicas da interação são coexistentes. Por extensão, essa coexistência denota uma complementaridade comunicativa importante para a definição da situação. Goffman (2010, p. 170) mostra isso através dos engajamentos (“encontros”) acessíveis:

Sempre que um engajamento de face [“encontro”] é acessível a não participantes há uma participação completamente compartilhada e uma não compartilhada. Todas as pessoas no ajuntamento em geral estão imersas num conjunto comum de interação desfocada onde cada pessoa, por sua mera presença, modos e aparência transmite alguma informação sobre si mesma para todos na situação, e cada pessoa presente recebe informações do mesmo tipo de todos os outros presentes, pelo menos se estiver disposta a utilizar suas oportunidades de recepção. É esta possibilidade de comunicação amplamente disponível, e as regulações que surgem para controlar esta comunicação, que transformam uma mera região física no local de uma entidade sociologicamente relevante, a situação. Mas, acima e além desta participação completamente comum, os membros autorizados de um engajamento particular além disso participarão em interação focada, onde uma mensagem comunicada por uma pessoa tem a intenção de fazer uma contribuição específica ao assunto em questão, e normalmente é endereçada a um receptor em particular, enquanto os outros membros do encontro, e apenas estes outros, também devem recebê-la. Assim, haverá uma base completamente compartilhada de interação desfocada subjacente a uma ou mais bases parcialmente compartilhadas de interação focada.

A interação ocorre sobretudo mediante alocação de envolvimento, em que os indivíduos gerenciam a sua presença e atividade. Cada indivíduo desenvolve um padrão próprio de alocação de envolvimento, o que, coletivamente, fornece à situação social uma “estrutura do envolvimento da situação”, que segundo Goffman é a própria “estrutura de uma situação” (*ibid.*, p. 209). Relacionado a isso, há a influência da ocasião social sobre os indivíduos a partir de suas prescrições de alocação de envolvimento. Com um comportamento conformativo, os indivíduos reproduzem tais prescrições e manifestam informações sobre a situação social através dos seus comportamentos, ajudando a manter a definição geral da situação. Isso se manifesta por meio de uma série de condições normativas que incidem sobre o envolvimento. Por exemplo, há a necessidade de demonstrar certa leveza (“margem de envolvimento”)²³, mas, ao mesmo tempo, demonstrar certa “prontidão controlada” (“tônus de interação”)²⁴.

²³ É uma forma controlada do engajamento na interação, em que é preciso manter certa “leveza”. A esse respeito, Goffman (2010, p. 72) diz que “frequentemente descobrimos, pelo menos em nossa sociedade de classe média, que o indivíduo precisa dar evidência visível de que ele não se entregou totalmente a este foco principal de atenção”, que a ocasião social pede.

²⁴ Uma condição normativamente orientada que imputa aos indivíduos uma acessibilidade mínima na interação, uma “prontidão controlada na situação” (*ibid.*, p. 35), uma certa disponibilidade em que mostra aos outros a atenção à situação e à sua preservação. Tanto a “ordenação disciplinada do fronte facial” quanto os “movimentos corporais” são formas de expressar sua prontidão àqueles ao seu redor.

Isso não significa que Goffman queira destacar apenas o caráter controlador das convenções sociais. O envolvimento é, em si, uma possibilidade de gerenciamento: é a manutenção da presença na situação social em que se está inserido. É preciso um gerenciamento simultâneo por parte do indivíduo nas interações focadas e desfocadas. O envolvimento não é apenas uma instância que denuncia o engajamento do indivíduo através de sua alocação e expressividade, mas é através do seu gerenciamento uma maneira de induzir a interpretação alheia. Em última instância, está ligado ao envolvimento os rituais de evitação e apresentação, tão importantes na vida social. Por outro lado, o envolvimento não é apenas uma demonstração expressiva da presença, mas a própria presença, o modo como ela se insere e apreende a vida no espaço-tempo presente.

1.2 O conceito de “evitação” na obra de Erving Goffman

1.2.1 Riscos, ritual e ordem da interação

Um dos grandes problemas teóricos sobre a interação social é que a liberdade do self e seu gerenciamento sem restrições sempre incorre em riscos. Como há constantes desvios de conduta, ambiguidades, mal-entendidos ou incidentes quaisquer, a ordem moral que transpassa a sociedade e incide sobre a conduta individual “é frágil, impermanente, cheia de buracos inesperados e em constante necessidade de reparos” (Burns, 1992, p. 26). Isso corresponde a uma preocupação teórica que perpassa todo o trabalho de Goffman: a interação social face a face impõe riscos intrínsecos aos seus participantes (Rawls, 1987, p. 140; Velho, 2008, 147-148). Além da possibilidade de violência física, psíquica e moral, os indivíduos também são reféns de sua própria expressividade e estão sujeitos às impressões erradas que os outros indivíduos possam ter (Goffman, 2019, p. 577). Em toda interação, o indivíduo carrega consigo instrumentos que podem causar impressões negativas a seu respeito e, por extensão, possíveis sanções. Como a extrema liberação da vontade individual oferece os riscos intrínsecos de antagonismos e mal-entendidos a todos, é preciso criar convenções que limitem essa pulsão com o fim de possibilitar atividades cooperativas.

A relação entre a autonomia da vontade e sua restrição ou limitação (“constraints”) é abordada por Goffman através da categoria do *ritual*. Goffman foi pioneiro em perceber que a vida cotidiana é permeada por rituais que circunscrevem a participação dos indivíduos e dos

grupos, a estruturar a sequência da interação cotidiana (Turner, 1988, p. 95). São regras de conduta que visam oferecer alguma veneração ao outro, através da cortesia, da polidez ou do decoro, e que possibilitam a apresentação do self (Burns, 1992, p. 42; Rawls, 1987, p. 140). O ritual está vinculado à cooperação de atividades em meio à interação social. Os rituais de interação são facilitadores: pessoas iniciam, prosseguem e terminam a interação com o menor grau de ambiguidade (Turner, 1988, p. 92). Eles permitem que os indivíduos e seus comportamentos sejam interpretados (*ibid.*, p. 94), especialmente porque sinalizam o envolvimento dos indivíduos (*ibid.*, p. 92).

Os rituais correspondem à dimensão normativa da vida social. Eles permeiam cada aspecto dos encontros sociais (Collins, 2009, p. 189). Estão inteiramente ligados às prescrições básicas da vida social: preservação coletiva da face e preservação da interação (Goffman, 2011, p. 18-22), o que significa uma definição geral da situação negociada harmonicamente. Isso pode ser comprovado por outras condições imperativas que os indivíduos estão sujeitos, notadamente ao envolvimento²⁵: é preciso gerenciar a acessibilidade de determinada forma em certos ambientes (*id.*, 2010, p. 117-123), não estar muito consciente da interação, de si mesmo, dos outros, ou com preocupações externas que o retirem do envolvimento presente (“alienação da interação”) (*id.*, 2011, cap. 4), ao mesmo tempo, manter uma predisposição à ação (“tônus de interação”) (*id.*, 2010, p. 35), entre muitos outros fatores. Em todos esses casos, o indivíduo precisa ter algum grau da consciência de si, dos outros e do próprio envolvimento na interação social.

A teoria dos rituais de interação define a dimensão normativa da vida social como sacralizada. A menção à dimensão sacra, ao indivíduo ou à interação, é vista algumas vezes em *Ritual de Interação* (2011, p. 26, 38, 74, 90), bem como no uso dos termos “ritual” e “cerimônia”, por exemplo. São os textos nos quais essa dimensão sacra é mais relevante e aparente, embora seja mencionada diretamente em outros textos, como em *A Representação do Eu na Vida Cotidiana* (1985, p. 68-69, 125). Parte significativa dos comentadores de Goffman destaca a importância dessa instância sacra da vida social. Collins (2009, p. 190) destaca a sacralidade do eu individual em Goffman. Summers-Effler (2006, p. 138) destaca a importância do “sagrado” na teoria de Goffman, em que a linha, a face e o self seriam uma espécie de “símbolos totêmicos sagrados” do ritual. Rawls (1987, p. 139) destaca a relação dessa sacralidade à apresentação do self e manutenção da ordem da interação. Burns (1992, p. 39) e

²⁵ A ligação entre rituais e envolvimento pode ser vista em Turner (1988, p. 92).

Joseph (2000, p. 32-33) relacionam essa sacralidade de origem durkheimiana à “esfera ideal” de Simmel, também muito importante para Goffman.

Nas formulações de Goffman, o ritual de interação representa uma interseção entre a dimensão sacra e normativa da vida social. Essa instância sacralizada da vida social está presente em uma ordem moral que se materializa através dos comportamentos ritualizados no cotidiano. Goffman parte da sugestão de Émile Durkheim de que a sua teoria da religião pode ser estendida à vida social cotidiana (Fontainha, 2015, p. 1067; Summers-Effler, 2006, p. 136). É através da *alma coletiva* que a *alma individual* recebe a sua essência sacra, cuja individualidade ganha contornos através da inserção do corpo (profano) em meio à coletividade. É tudo parte de um todo sagrado; o *mana* que envolve a pequena comunidade é a própria comunidade e suas partes (Durkheim, 1996, p. 272-276, 285). Nesse sentido, a ideia de contágio e transitoriedade é semelhante à do autor francês (Joseph, 2000, p. 27-28). Goffman também encontra em Durkheim a importância da solidariedade emocional, de modo que a dimensão normativa não se refira apenas a um limitador da ação, mas um estímulo em direção à integração, a emoções coletivas, que convergem e conformam cognitivamente e emocionalmente os indivíduos, a harmonizar a interação. Tal processo é garantido por certos comportamentos ritualísticos, como pequenas manifestações de reconhecimento (Collins, 2009, p. 243; Summers-Effler, 2006, p. 152).

O ritual de interação também traduz as preocupações de Georg Simmel. A cidade moderna aproxima indivíduos distantes espacial e culturalmente, cujas origens e costumes são igualmente distantes, em um mesmo ambiente de interação. Suas cosmovisões, modos de agir e pensar, por vezes opostos, precisam coabitar o espaço da interação de um modo possível. Isso fica ainda mais evidente com o processo de modernização e crescimento da metrópole, lugar no qual o fluxo de pessoas é crescente, mais intenso e mais diverso (multiplicação e multiplicidade da interação). Isso mostra como a interação social é central para entender os encargos negativos que a modernidade imputa, por exemplo, à vida psíquica dos indivíduos, cujos efeitos incidem sobre a forma de se relacionar socialmente e de se portar no mundo (Simmel, 1979). É nesse contexto que os indivíduos precisam preservar a própria “esfera ideal”, o direito à reserva e a manutenção de um espaço privado mesmo em situações de ordem pública (Joseph, 2000, p. 33). Isso aparece, por exemplo, no conceito de desatenção civil em Goffman (Burns, 1992, p. 39), em que os indivíduos precisam manter um limite temporal de contato visual para não parecer invadir a “esfera ideal” alheia e parecer um intruso ou uma ameaça (Goffman, 2010, p. 96-97). De forma geral, a relação entre os rituais de interação e a “esfera

ideal”, fruto da sacralidade do indivíduo que em Goffman liga Durkheim a Simmel, diz respeito aos limites nos quais um indivíduo pode chegar sem prejudicar o outro.

A importância do ritual em Goffman mostra também a sua relação com a etologia. Trata-se da compreensão da ordem pública a partir do estudo comportamental daqueles que estão no campo de percepção mútua: bandos, rebanhos, manadas (Joseph, 2000, p. 29). Dentro disso, a observação das “trocas de olhares e a linguagem corporal num campo de visibilidade mútua, a percepção das ameaças e dos alarmes num território” (*ibid.*, p. 27). O que importa é analisar a ordem de acomodação: a disposição espacial e territorial em relação ao conjunto de transações e/ou relações sociais. Relacionado a isso, está uma ordem de circulação e justificação no qual a reputação é central. As ações são negociações de circulação ordenada na qual precisam estar fincadas em um princípio de justificação, pelo qual “cada um presta conta de suas atividades perante os outros, protege a sua reputação e a do outro” (*ibid.*, p. 30). Relaciona-se a isso a “forma elementar da violação” que é não destruir a *face* do outro, a sua reputação (*ibid.*, p. 29). Nesse sentido, a sacralidade não tem um fim em si, de modo que a sua fundamentação está vinculada à preservação da condição harmônica da interação. Disso deriva que o mais importante não é punir transgressões e sim liberar a circulação e manter a disposição dos corpos no espaço de forma coesa (*ibid.*, p. 30). Uma forma evidente de ver isso é com o conceito de “espaçamento”, apresentado por Erving Goffman. Há uma menção clara ao falar sobre o distanciamento físico mútuo entre os indivíduos, ao tratar sobre as “fronteiras de comunicação”. Trata-se da “tendência de unidades de participação na situação — ou engajamentos de face ou indivíduos desengajados — de se distribuírem cooperativamente no espaço disponível para que fisicamente facilitem o fechamento convencional” (Goffman, 2010, p. 177).

A condição geral da socialidade e da manutenção da interação social está vinculada às convenções e aos recursos rituais mobilizados. Esse processo ocorre na interação social e reserva a ela certo grau de autonomia em seu “ordenamento”. Isso refere-se ao que Goffman denomina como *ordem da interação*. Trata-se de uma dimensão relativamente autônoma da vida social em que “os elementos internos se aproximam e se encaixam entre si mais do que com os externos” (*id.*, 2019, p. 574). Isso significa que os processos que ocorrem na interação são produtos de um ordenamento próprio, não sendo derivados da influência da estrutura social.²⁶ Goffman segue a linha durkheimiana de descrever e analisar fatos sociais, mas o faz na dimensão da interação, e com isso cria uma autonomia relativa (Rawls, 1987, p. 145).

²⁶ Rawls (1987, p. 140) destaca como a ordem da interação pode limitar a influência da estrutura social. O “sistema de toque” descrito por Goffman, menciona a autora, pode ser um “pequeno oásis de igualdade” em meio às relações

Essa condição “relativa” da autonomia é porque, segundo Goffman, há um “acoplamento frouxo” (“loose-coupling”) entre ambas. A citação a seguir resume bem essa parte da teoria de Goffman (2019, p. 590-591):

Os eventos que ocorrem por razões acidentais quando os indivíduos estão na presença imediata uns dos outros são bem projetados para servirem como metáforas microecológicas, resumos e símbolos icônicos dos arranjos estruturais – sejam desejados ou não. E se essas expressões não ocorrem acidentalmente, os ambientes locais podem ser manipulados para produzi-las. Dadas as sensibilidades seletivas em uma cultura particular – por exemplo, preocupação com elevação relativa, valor dado ao lado direito sobre o esquerdo, orientação com relação à direção cardinal –, considerando esses vieses culturais, alguns recursos situados serão, é claro, mais explorados do que outros. A questão, portanto, é como esses atributos da ordem da interação serão engrenados, conectados ou amarrados nas estruturas sociais, incluindo relações sociais? Aqui as ciências sociais têm sido negligentes a ponto de, por vezes, se contentarem com a frase “uma expressão de”. Pequenos rituais sociais não são uma expressão dos arranjos estruturais em nenhum sentido simples; na melhor das hipóteses são uma expressão desenvolvida em relação a esses arranjos. Estruturas sociais não “determinam” culturalmente as manifestações padronizadas, mas somente ajudam a selecionar entre um repertório disponível delas. As expressões em si mesmas, tal como a prioridade em ser servido, a precedência para passar pela porta, a centralidade para sentar, o acesso a lugares públicos, os direitos preferenciais de interrupção da fala, a seleção como audiência endereçada são interacionais em substância e caráter; no máximo têm relações frouxamente acopladas a qualquer coisa em função das estruturas sociais que poderiam estar associadas a elas. As expressões são veículos de sinais fabricados a partir dos materiais descritivos disponíveis, e do que eles vêm a ser tomados como “reflexo” é necessariamente uma questão em aberto.

Para entender o trecho destacado, é preciso antes definir com maior exatidão o que é estrutura social em Goffman e, uma vez feito isso, será possível determinar qual é o seu papel frente à ordem da interação e à vida social em sentido mais amplo. É preciso destacar de antemão: não há uma estrutura social em Goffman no sentido do estruturalismo e funcionalismo, como algo fixo que incide sobre os sujeitos e direciona suas motivações, suas ações e o sentido da interação. O termo “estrutura social” em Goffman é análogo à instituição ou organização social, cadeias de interações deslocadas no tempo e no espaço com algum grau de interdependência (Giddens, 2009a, 2013; Turner, 1988). Embora Goffman não tenha trabalhado com densidade nessa definição, os autores se esforçam em demonstrar que ela é no mínimo implícita em seu trabalho. Além disso, os autores estabelecem com maior clareza a relação entre ordem da interação e estrutura social.

Para Giddens, “a maior parte dos ambientes do comportamento social estende a interação no tempo e no espaço muito além de qualquer contexto específico de copresença” (Giddens, 2013, p. 316). Com isso, a ordem da interação não está deslocada de um

hierárquicas às quais os “inmates” estão sujeitos. Isso mostra que, mesmo nas situações mais hostis, o self está sempre sendo gerenciado; os indivíduos usam o que têm para estabelecer concessões.

“background” de outras interações que podem a ela estar vinculada. É parte importante de sua teoria da estruturação a formação de rotinas e reprodução social a partir da conexão de encontros sociais correspondentes e, por vezes, com grau considerável de interdependência (Giddens, 2009a, cap. 2).²⁷ Turner (1988, p. 144-145) segue linha semelhante ao definir a estrutura em Goffman como interações em cadeias que permitem maior repetição, previsibilidade e antecipação das contingências. Embora Giddens tenha ressalvas quanto à definição de estrutura social como mero agregado de interações²⁸, ambos os autores parecem concordar com relação à conexão entre ordem da interação e estrutura social no que diz respeito à formação de organizações sociais e instituições a partir da relação entre diferentes interações. Em ambos os autores, há o destaque para a formação de rotinização.

O argumento de Goffman se sustenta no fato de que “os mecanismos que influenciam a conduta em condições de copresença [são] generalizáveis por uma vasta gama de contextos culturais”, caso contrário não será possível afirmar que “há uma ordem da interação distinta que perpassa ‘transversalmente’ domínios institucionais diversos” (Giddens, 2013, p. 318). Goffman (2019, p. 590-591) afirma que rituais como “a precedência para passar pela porta, a centralidade para sentar, o acesso a lugares públicos, os direitos preferenciais de interrupção da fala, a seleção como audiência endereçada são interacionais em substância e caráter” porque elas não estão vinculadas à nenhuma instituição em especial, embora possa estar relacionado a qualquer uma delas (Giddens, 2013, p. 317). Esse é o “acoplamento frouxo” ao qual Goffman se refere. Mas mesmo que os rituais não “fixem” a interação a determinada instituição ou organização social em específico, é através de seu uso, deslocado no tempo e no espaço, que tais instituições ou organizações sociais, as estruturas sociais em Goffman, são criadas.

Turner (1988, p. 144-145) oferece uma descrição mais detalhada e sistematizada dessa relação. A “estrutura social” (organização social) distribui os indivíduos no tempo e no espaço e define as orientações culturais compartilhadas. Através disso, o indivíduo apresenta o seu self. As orientações culturais compartilhadas são mobilizadas em comportamentos estereotipados e, portanto, ritualizados. Uma vez que isso acontece, as orientações culturais compartilhadas são reforçadas e, por extensão, a própria estrutura social. Isso não está deslocado da distribuição dos indivíduos no tempo e no espaço, instância que regionaliza a interação e, através da própria

²⁷ A utilização da teoria de Goffman por Giddens para formular a sua teoria da estruturação será melhor abordada no capítulo seguinte. Mas cabe destacar de antemão que Giddens (2009a, p. 80) claramente determina a teoria de Goffman como interessante não apenas para pensar aspectos microssociológicos, como também macrosociológicos, mesmo que o Goffman “mantenha uma atitude cautelosa em relação aos problemas do processo ou desenvolvimento institucional a longo prazo”.

²⁸ A crítica de Giddens (2009a, p. 164-167) à Collins é suficientemente esclarecedora a esse ponto.

interação, reforça a distribuição dos indivíduos no tempo e no espaço e, por extensão, a estrutura social. Além disso, a regionalização incide sobre a ritualização da interação na mesma medida em que a distribuição dos indivíduos no tempo e no espaço incidem sobre as orientações culturais compartilhadas; isso significa que é preciso entender o contexto, a posição dos indivíduos frente à interação que estão engajados.

A estrutura representa a continuidade da vida cotidiana, o conjunto de interações em cadeia. Elas correspondem ao que é “estrutural” em Goffman. Tempo, espaço e orientação cultural são as restrições impostas por essa estrutura, cuja ausência torna a ordem da interação impossível, uma vez que não há ritualização e tampouco apresentação do self. Uma vez que a definição geral da situação é estabelecida, esses acordos tácitos sobre o comportamento sugerem maior grau de previsibilidade para a sequência da interação. Uma vez que os indivíduos sabem como agir, a próxima interação tenderá a ocorrer sem maiores problemas. Turner mostra que a condição de os rituais se tornarem comportamentos estereotipados é a existência de um processo mais amplo, que depende da continuidade da vida social através das interações em sequência.

Turner e Giddens se esforçam para sistematizar com maior precisão o modelo de Goffman, em especial a relação entre ordem da interação e estrutura social, com uma definição mais clara de cada uma das categorias. No entanto, há limitações visíveis no autor que impedem de trabalhar essa relação de modo satisfatório. Uma limitação evidente é a falsa equivalência entre diferentes tipos de interação, em que não há distinção dos contextos de interação que afetam outras interações das que não afetam, o que incide sobre o modo no qual Goffman relaciona ordem da interação à estrutura social (Giddens, 2013, p. 319). Junto disso, há a ausência de maior definição sistemática de categorias como o poder e a história (Caballero, 1998, p. 142, 147-148; Giddens, 2009a, p. 164, 2009b, p. 293, 2013, p. 319; Gouldner, 1970, p. 378-379).

1.2.2 Poder, evitação e expectativa normativa

Desde que Gouldner (1970, p. 378-379) descreveu a teoria social de Goffman como “a-histórica e não institucional”, cuja “destruição” da hierarquia implicaria ausência do poder, muitas foram as tentativas de sociólogos em enxergar nas formulações de Goffman justamente tais categorias. Burns (1992, p. 54-55) critica a visão de Gouldner ao destacar a presença do

poder e da autoridade em Goffman no estudo das “instituições totais” e no processo de estigmatização, abordadas principalmente em *Asylums* e *Stigma*. Isso é corroborado pela existência de regras assimétricas, por vezes descritas por Goffman no estudo das instituições totais, como na disposição de comando e deferência entre enfermeiras e médicos (Fontainha, 2015, p. 1066-1067).

No entanto, Caballero (1998, p. 142, 148) e Giddens (2013, p. 319) destacam um desinteresse em sistematizar melhor o poder, além de uma ênfase excessiva em interações igualitárias, sem o destaque aos “poderosos”, com exceção, também, do estudo sobre instituições totais. Para Burns (1992, p. 54), as poucas menções a relações de poder entre indivíduos e/ou coletividades reforçam o caráter durkheimiano de Goffman, segundo o qual os indivíduos não são construídos a partir de propensões psíquicas internas, e sim de regras morais impostas externamente. Por outro lado, Jenkins (2008, p. 160-161) enxerga a ausência de *The Interaction Order* na análise de Burns uma lacuna importante em sua análise sobre o poder em Goffman, uma vez que, para ele, trata-se de um texto cuja presença do poder é muito forte. Embora Burns esteja correto ao destacar a ausência de um aprofundamento das relações de poder entre indivíduos, grupos e categorias de indivíduos que formam coletividades. Isso não significa que essas relações não estejam implícitas na teoria sociológica de Goffman, elas apenas não foram sistematicamente formuladas.

A ausência de uma definição mais sistemática não implica impossibilidade de analisar o poder em Goffman, para além da estigmatização e das instituições totais. Como a definição geral da situação em Goffman (1985, p. 11, 18) é feita coletivamente, por um trabalho consensual e negociado, é preciso certo grau de harmonia e suspensão parcial do conflito em tal processo. No entanto, Gastaldo (2008, p. 150) afirma que “a relação de poder existe na medida em que algumas definições da situação são mais legítimas do que outras, e essa legitimidade é a resultante de quem tem o poder de propor e sustentar a definição”, o que, como mostra Caballero (1998, p. 137), pode resultar em uma relação de imposição. Mas Rogers (1977, p. 91) vai além ao estabelecer a influência como base das relações entre indivíduos, dado que sempre há a possibilidade de despertar impressões alheias nos outros e, assim, gerenciá-las deliberadamente. Isso porque, na teoria de Goffman (1985, p. 13, 229), os indivíduos definem a sua situação mediante a meras impressões; por outro lado, através da modulação expressiva da própria conduta, têm capacidade de incidir sobre a impressão que os outros criam a seu próprio respeito e à situação social em que estão inseridos. Rogers (1977, p. 91) destaca ainda a presença da ambiguidade estratégica, insinuação, mentiras, omissões cruciais na teoria de Goffman que destaca esse jogo de influências.

Collins (2009, p. 191) destaca a possibilidade de um estudo sobre a estratificação que emerge pelos rituais de interação, ainda que Goffman não tenha enfatizado algo nessa direção com maior densidade. Isso é corroborado por Giddens (2009b, p. 293) ao retirar de Goffman o exemplo da “deferência filial”, distinção de poder entre as gerações manifestada pelo ritual de interação cerimonial na China tradicional. O pai representava um “chefe” aos filhos, que, por sua vez, deviam prestar homenagens pela noite e manhã e depois disso esperar pelas ordens. Além disso, Collins (1980, p. 190) destaca que um dos exemplos da importância dos rituais para a análise do poder é que eles estão presentes nas organizações políticas e econômicas, executadas pelas pessoas no nível dos encontros sociais, dimensão na qual os rituais são mobilizados. A (re)produção de tais organizações, para o autor, não são externas às práticas dos indivíduos. Nesse sentido, é possível relacionar o ritual de interação como algo intrinsecamente vinculado ao poder a partir da teoria de Goffman; uma instância latente, mas não ausente. Nas palavras de Collins (2009, p. 191), os rituais:

Não têm apenas consequências sociais — criando imagens ideais sobre o eu das pessoas, negociando laços sociais, controlando os outros —, mas eles também requerem alguns recursos, tanto propriedades materiais quanto habilidades culturais. Eles mantêm uma sociedade unida, mas fazem isso de um modo estratificado. Rituais são armas que sustentam e renegociam a estrutura de classe. Eles não apenas criam o eu, mas classificam os diferentes tipos de “eu” em diferentes classes sociais (*ibid.*, p. 191).

Com isso, o poder em Goffman está presente não apenas em “instituições totais”, mas é possível mobilizar sua teoria básica sobre a interação social para analisá-lo na vida cotidiana. Nesta parte final do capítulo, isso será feito a partir da relação entre gerenciamento de impressão, expectativa normativa e ritual de interação. A “evitação”, trabalhada em Goffman como um tipo específico de ritual, permite a relação entre os três conceitos supracitados. Permite, portanto, a análise do poder em Goffman.

Ao analisar os rituais de interação, Goffman divide em “porte” (“demeanor”) e “deferência” (“deference”). O porte é a categoria que expressa a qualidade do indivíduo perante os outros (Goffman, 2011, p. 78) e, portanto, diz respeito à administração de si mesmo em encontros sociais (Burns, 1992, p. 37). O indivíduo com porte (comportado) é merecedor das cortesias mais gerais, que podem ser resumidas pelo conceito de deferência: uma regra de conduta cerimonial que demonstra apreciação e sentimento de estima ao outro, cuja marca de devoção pode ser diretamente à pessoa ou a algo que ela representa (Goffman, 2011, p. 59-61). O seu uso invoca o lugar do outro na sociedade e, portanto, refere-se a aspectos externos da

interação (Burns, 1992, p. 37). Elas podem ser assimétricas, em que o subordinado precisa manifestar ao superior e vice-versa, ou simétricas, no qual não há uma hierarquia explícita.

Goffman mostra como a deferência pode ser em certo grau coercitiva em relações assimétricas institucionalizadas, notadamente por conta das expectativas normativas do receptor. O autor fala que é parte intrínseca da deferência que exista uma promessa implícita, “expressando de forma truncada a admissão e compromisso do ator de tratar o receptor de uma forma particular na atividade que se seguirá” (Goffman, 2011, p. 63). Goffman refere-se ao “sim, doutor” que uma enfermeira responde ao médico após uma censura na sala de cirurgias. O que salta aos olhos é sua conclusão a respeito da negação de deferência em situações análogas, mostrando que mesmo a gentileza pode ser coercitiva e coagir as pessoas a se comportarem de determinada maneira:

Quando um suposto receptor não recebe atos de deferência previstos, ou quando um ator deixa claro que está prestando homenagens de má vontade, o receptor pode sentir que o estado de coisas que ele considerava evidente se tornou instável, e que o ator pode realizar um esforço de insubordinação para realocar tarefas, relações e poder. Trazer à tona um ato de deferência estabelecido, mesmo que antes seja preciso lembrar o ator de suas obrigações e das consequências da descortesia, é prova de que se a rebelião vier, virá dissimuladamente; recusar abertamente um ato de deferência esperado muitas vezes é uma forma de afirmar que a insurreição aberta começou (*ibid.*, p. 63).

Goffman parte dos ritos positivos e negativos de Durkheim para dividir a deferência em ritual de apresentação (“presentational rituals”) e de evitação (“avoidance rituals”) (*ibid.*, p. 74). No primeiro caso, o indivíduo indica aos outros a sua estima por eles e como serão tratados na interação. Uma saudação com um tom de voz amigável e elogioso não apenas oferece uma cortesia como também informa sobre o preenchimento sentimental da interação e como ela deve seguir (*ibid.*, p. 72). No segundo caso, o indivíduo mantém distância do receptor na tentativa de não violar a sua “esfera ideal”, ou seja, sua honra ou dignidade. Existe um processo de afastamento do outro no que diz respeito ao espaço, à intimidade, às informações ocultas e potencialmente constrangedoras (*ibid.*, p. 65-68). Em todos esses casos, o indivíduo é o agente profanador em potencial, em que, em última instância, pode ser a causa da “desfiguração” (“defacement”) de alguém. A ausência do “porte” traz consigo a atenção alheia e invasões a própria “esfera ideal”:

É preciso adicionar um comentário sobre o relacionamento entre pessoas expostas e pessoas ilegalmente de abertura. Encenqueiros que rompem a linha comunicativa e sistematicamente quebram o acordo de cavalheiros quanto à comunicação costumemente pagam um preço por suas liberdades. Eles passam a ser vistos como pessoas profanas, pessoas que sacrificaram por ganhos pessoais o respeito que lhes é devido. Quando um indivíduo realiza este sacrifício, os outros têm poucos motivos

para não o abordar, já que, tirando o fato de que ele pode ser contagioso, ele não tem como manter as pessoas longe. Uma pessoa que aborda outras será então muitas vezes uma pessoa que pode se abordada à vontade por outras, uma reciprocidade que vale, como foi sugerido, para aqueles que têm negada a sua santidade sem nenhuma culpa, como muitos jovens que ainda não têm sua cota de *maná*, e os velhos que a perderam (*id.*, 2010, p. 159).

No entanto, nem sempre é pela ausência de porte que alguém perde a sua esfera ideal. Em outro exemplo, Goffman mostra como a desatenção civil pode deixar de ser oferecida a indivíduos cujo ódio lhes é direcionado, como no “‘olhar de ódio’ que um branco do sul dos Estados Unidos às vezes dá gratuitamente a negros que passam por ele” (*ibid.*, p. 95). Por outro lado, o não reconhecimento deliberado dessa cortesia também significa uma evitação àqueles que são “indignos de um olhar”, tratados como “não pessoas”, tratados como “crianças, criados, negros e pacientes psiquiátricos” (*ibid.*, p. 96). Nesse caso, o ritual de evitação pode assumir uma forma distinta da mencionada, e o papel de “agente profanador” se inverte:

A análise da evitação por deferência foi às vezes prejudicada porque existe um outro tipo de evitação cerimonial, um tipo auto-protetor, que se parece com a coerção por deferência, mas é analiticamente bastante diferente. Assim como um indivíduo pode evitar um objeto para não poluí-lo ou profaná-lo, ele pode evitar um objeto para não ser poluído ou profanado por ele. Por exemplo, na Enfermaria B, quando a Sra. Baum estava num estado paranoico, ela se recusava a permitir que sua filha aceitasse um fósforo de um assistente negro, parecendo sentir que o contato com um membro de um grupo contra o qual ela tinha preconceitos seria poluidor; da mesma forma, quando ela beijava os médicos e enfermeiras num bom humor de aniversário, ela dava a impressão de que tentava, mas não conseguia se forçar a beijar esse assistente. Parece que, de modo geral, evitamos uma pessoa de alta posição devido à deferência a ela, e evitamos uma pessoa de posição inferior devido a uma preocupação autoprotetora. Talvez a distância social às vezes cuidadosamente mantida entre iguais implique ambos os tipos de evitação por ambas as partes. De qualquer forma, a semelhança dos dois tipos de evitação não é profunda. Uma enfermeira que se mantém longe de um paciente por causa de uma compreensão simpática de que ele quer ficar sozinho tem uma certa expressão em seu rosto e corpo; quando ela mantém a mesma distância física de um paciente porque ele é incontinente e cheira mal, ela provavelmente terá uma expressão diferente. Além disso, as distâncias que um ator mantém por deferência a outros diminuem quando sua posição sobe, mas as distâncias autoprotetoras aumentam (*id.*, 2011, p. 71-72).

Goffman parte de Radcliffe-Brown e seus alunos com o termo “sacralidade boa” e “sacralidade má”. O distanciamento de um indivíduo pode significar tanto por acreditar que os outros são excessivamente sagrados quanto por crer que não são sagrados o suficiente, ou mesmo impuros (*ibid.*, p. 72: nota 17). No segundo caso, o ritual de evitação assume aqui a forma de uma “esquiva”²⁹, uma vez que o outro é visto como um ataque, uma ofensa, um eixo de impureza. Como mostrado, ela não ocorre apenas em situações sentimentalmente

²⁹ Termo retirado de Fontainha (2015, p. 1068-1069).

significativas, como no exemplo acima, no qual uma pessoa não quer estar perto da outra por um motivo de identidade (a raça) ou por nutrir algum problema pessoal com a pessoa. Esse tipo de evitação pode ser circunstancial, como no exemplo do mau cheiro. Em casos do tipo, é usual lançar mão de “pequenos gestos e respostas ligeiramente ‘atravessadas’ que podemos dar aos outros quando queremos demonstrar falta de tempo, paciência ou humor, ou quando não temos vontade de interagir” (Fontainha, 2015, p. 1069).

Embora por vezes esse tipo de evitação seja circunstancial, com implicações benignas, denunciando apenas pressa ou mau-humor do indivíduo, isso nem sempre ocorre. É possível que a “evitação” esteja vinculada a um processo de identificação forte. Os casos em que a raça é central mostram bem esse processo. Em um dos exemplos, a pessoa pode ser identificada como impura, de modo que o ritual de evitação esteja vinculado à “sacralidade má”. Em outro, o direito de preservação da esfera ideal (“sacralidade boa”) que todos têm é negado. O caso da desatenção civil mostrou que um olhar de ódio ou uma completa indiferença são exemplos nessa direção. Se uma pessoa se reconhece como uma categoria de identificação, é possível que o oposto também ocorra. Ou seja, é possível que essa pessoa costumeiramente identificada como impura (que precisa ser evitada) ou indigna (cuja esfera ideal não é respeitada) identifique esses processos e trace rotas de evitação. Isso pode ocorrer em uma interação social face a face, como quando um indivíduo “performa tranquilidade” e modela sua expressividade para evitar contato com policiais porque sabe que é costumeiramente identificado como desviante, ou mesmo casos extremos nos quais a interação social face a face é dispensada³⁰.

Disso deriva a seguinte afirmativa: as pessoas costumeiramente identificadas podem, da mesma forma, localizar os seus identificadores e evitá-los. Por exemplo, não apenas pessoas negras podem ser constantemente identificadas por policiais militares, mas os policiais militares podem ser constantemente identificados por pessoas negras e por essas evitados. Evita-se o olhar, evita-se o contato, modula-se o tom de voz, “performa-se tranquilidade”. Se situações potencialmente constrangedoras, conflituosas ou coercitivas ocorrem sobre as mesmas

³⁰ Goffman fornece um exemplo preciso sobre esse processo ao dizer que “em nossa própria sociedade, um exemplo da evitação é encontrado no negro de classe média ou alta que evita certos contatos face a face com brancos para proteger a autoavaliação projetada por suas roupas e modos” (Goffman, 2011, p. 23: nota 9). Nesse caso, o processo de identificação toma proporções mais amplas e a evitação transcende a interação. Os indivíduos evitam contato face a face com o outro ou mesmo usam terceiros para mediar a comunicação de modo que o encontro seja dispensável (*ibid.*, p. 23: nota 10). Esse tipo de “evitação” que dispensa a interação face a face é mencionado por Goffman como “processo de evitação”, como uma forma de preservação da face. É bastante similar ao “ritual de evitação”, abordado no ensaio seguinte. A única distinção é a possibilidade de evitar o contato face a face. Mas as implicações sobre o self são bastante distintas, por isso, interessam mais os rituais de evitação que se assemelham à “esquiva” e não a uma espécie de “isenção” da interação. Com isso, é importante destacar que o objetivo deste texto é analisar a “evitação” feita *na* interação, a “esquiva”.

coletividades, então essas coletividades podem desempenhar o mesmo tipo de evitação na interação presente, seja para com outras coletividades ou situações.

O “ritual de evitação” é o destaque aqui a mostrar a relação de forças entre a potência criativa da ação social e a dimensão restritiva das convenções sociais. O ritual é um facilitador comunicativo e, ele mesmo, um recurso no gerenciamento da ação, sendo o ritual, paradoxalmente, um limitador da autonomia da ação individual.³¹ Por um lado, utiliza-se criativamente o ritual como meio de não cair em mal-entendidos. Por outro lado, a sua utilização torna-se um compromisso, que pode corresponder a relações potencial ou manifestamente coercitivas. A “evitação” ou a sua negação, assim como outros rituais de interação que a ela possam ser relacionados (como a desatenção civil), pode ser um recurso de identificação. Esse recurso localiza o outro como alguém repulsivo (impuro) ou indigno da sacralidade padrão a que todos os indivíduos têm direito, de modo que a sua esfera ideal possa ser constantemente violada. Por outro lado, esse sujeito considerado “impuro” ou “indigno” pode, da mesma forma, localizar os seus malfeitores e evitá-los.

Para que isso se torne mais visível na teoria sociológica de Goffman, a evitação será relacionada ao conceito de expectativas normativas. O conceito refere-se ao conjunto de pré-concepções relativamente padronizadas e estereotipadas em relação à conduta ou caráter que, ao apoiar-se sobre alguém, traça uma expectativa sobre o que o indivíduo *deve* ser (Goffman, 2008, p. 11-12, 61-63). Elas fazem parte de qualquer interação social, seja com desconhecidos ou conhecidos. Naturalmente, ela é mais relevante em situações nas quais os desconhecidos estabelecem contato. Como já dito no início deste capítulo, isso é comum no processo de definição da situação; todos os indivíduos recorrem a conhecimentos prévios de experiências anteriores “com indivíduos aproximadamente parecidos”, que podem ou não incidir em “estereótipos não comprovados” (*id.*, 1985, p. 11). Nesse processo, as expectativas normativas são fundamentais na criação de uma *identidade social virtual*, que imputa sobre o indivíduo uma caracterização a partir dessas pré-concepções e exigências que dela derivam, localizadas na *identidade social* que ele apresenta, com suas categorias e atributos. Em oposição, às categorias e atributos que um indivíduo prova possuir é a sua *identidade social real* (*id.*, 2008, p. 12). Um exemplo de como isso pode ocorrer com qualquer relação social, por mais genérica que seja, pode ser visto com o seguinte exemplo:

³¹ Collins (2009, p. 190) destaca a mobilização do ritual como recurso ao dizer que “as interações rituais são armas que as pessoas utilizam para marcar pontos: fazer os contatos certos, causar embaraço ou até mesmo destruir os rivais, para afirmar a própria superioridade social.” Domingues (1995, p. 16), por sua vez, destaca a criatividade do self em Goffman, justamente por sua capacidade de manipular as normas sociais conforme seus próprios interesses individuais.

Em nossa sociedade, falar de uma mulher como esposa de alguém é colocar essa pessoa numa categoria que não pode ter mais que um membro; entretanto, há toda uma categoria implícita da qual ela é somente um membro. É provável que características singulares, historicamente imbricadas, tinjam as margens de nossa relação com essa pessoa; ainda assim, há no âmago um ordenamento completo de previsões socialmente padronizadas que temos quanto à sua conduta e natureza como um modelo da categoria “esposa”, por exemplo, de que ela cuidará da casa, receberá nossos amigos e terá filhos. Ela será uma boa ou má esposa, sendo isto colocado relativamente a expectativas padronizadas que outros maridos de nosso grupo têm, também, em relação a suas esposas. (Sem dúvida é escandaloso falar de casamento como uma relação particularizada.) Assim, quer estejamos em interação com pessoas íntimas ou com estranhos, acabaremos por descobrir que as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos, colocando-nos, mesmo nesse caso, em nosso lugar (*ibid.*, p. 63)

Essa característica coloca um ponto importante na dialética básica da interação, apresentado no início do texto. Embora possa ter alguma possibilidade de indução sobre a definição da situação alheia através do gerenciamento de impressões, o indivíduo sempre irá se deparar com maiores ou menores dificuldades sobre isso em relação ao que ele gerencia. Por exemplo, a identidade fornece aspectos mais fixos que outros; um indivíduo pode tentar ocultar que é judeu se assim quiser, o que é consideravelmente mais difícil e talvez impossível se uma pessoa quiser ocultar de alguma forma a sua raça.

É preciso se perguntar ainda até que ponto uma pessoa pode de fato gerenciar a impressão alheia com relação aos seus atributos. Até que ponto a interpretação das ações de uma pessoa e, por extensão, a definição da situação de alguém, não possa ser relativamente fixa por conta de essa pessoa manifestar certos atributos e categorias. Além disso, é preciso pensar até que ponto essas definições mais “fixas” sobre a identidade (categorias e atributos) de alguém não podem ser um risco para essa pessoa. Ocorre que essas pré-concepções podem ser, em última instância, bastante conflituosas. Podem, inclusive, representar um conflito recorrente e, portanto, relativamente identificável. Embora não seja exatamente esse o tema abordado, Goffman fornece um relato bastante preciso sobre como isso pode ocorrer na relação entre policiais brancos e homens negros nos Estados Unidos. Trata-se de uma história contada por um jornalista negro que atravessou os Estados Unidos de carro com o fim de escrever sobre como seria uma viagem para alguém como ele:

Eu não fiquei muito tempo em Indianápolis, nem em Chicago, que agora estava nas garras de um inverno terrível nos Lagos. Então eu estava atravessando Ohio, dirigindo devagar, cinto de segurança apertado na minha cintura. No meio da tarde eu vi um carro da polícia se aproximando. Eu olhei para meu velocímetro e vi setenta, o limite. Eu me mantive nessa velocidade, esperando que o policial me ultrapassasse, mas quando olhei para trás vi que ele estava dirigindo no meu ritmo. Então ele sinalizou para que eu parasse.

Depois do Kentucky, eu fora seguido por policiais ou patrulheiros na Georgia, Tennessee e Mississippi; eu fora parado em Illinois e na Califórnia. Seguido, parado, e informado que eu era um homem negro sozinho num carro grande, e vulnerável para diabo. Eu não aguentava mais. Eu arranquei o cinto de segurança e abaixei a janela. Isso não me deu espaço suficiente, por isso eu praticamente chutei a porta para abri-la.

— Qual é o problema? — eu gritei para o policial. Ele não respondeu enquanto andava para o carro. E então eu decidi entrar com tudo — meu corpo, também, se ele o quisesse —, pois eu não toleraria mais abusos.

— Mostre-me seus documentos.

— Eu perguntei qual é o problema.

— Isso não era o que ele queria. Segundo o ritual, eu tinha que ter entregue meus documentos para ele sem nenhuma palavra.

— Eu quero ver seus documentos. Eu os dei para ele, sentindo o fedor de um homem prestes a exercer a insolência da profissão. Era o velho jogo: “você é negro, eu sou branco, e também sou um tira”. Ele mexeu nos documentos e então, inclinando-se casualmente sobre a janela, disse:

— John, qual é a sua profissão?

Eu ri. O que é que a profissão tem a ver com uma suposta violação de tráfego? Será que a natureza do meu trabalho indicaria para ele se eu tinha dinheiro o bastante para suborná-lo? Será que era para ele saber que eu era o “tipo certo” de negro, aquele que tem conexões políticas que poderiam deixar as coisas ruins para ele? Será que eu devia ser desempregado e estar transportando drogas, um cadáver ou meninas através da divisa do estado? Policiais e patrulheiros dos Estados Unidos, quando vocês tiverem um dia devagar, sempre poderão encontrar um ou dois negros passeando pelo seu estado. Alegrem esse dia agindo abertamente como vocês são.

— Meu nome — eu gritei — é Senhor Williams. — Eu tenho certeza de que tiras e patrulheiros usam o primeiro nome com muitas pessoas brancas, mas eu saquei este aqui. “john” era sinônimo de “garoto”³². Ele tirou o braço da janela. Eu joguei minha autorização de viagem nele. Eu o observei enquanto ele a leu, e pensei, não, eu não sou o “tipo certo” de negro, nem vou te subornar, e estou a cinco segundos de me comprometer completamente — o que significa a cinco segundos de te quebrar a cabeça.

Ele me olhou do topo da página.

— Sr. Williams, o senhor estava andando a oitenta na estrada. Quando eu te alcancei, o senhor estava a oitenta e quatro.

— Você está mentindo. Eu estava a setenta. Oitenta? Prenda-me e prove isso.

— Sr. Williams —

— Estou cansado de toda esta perseguição de vocês.

— Sr. Williams —

— Vocês exageram tanto com essas palhaçadas que vão acabar se dando mal.

Outros carros diminuía quando passavam por nós. O patrulheiro agora parecia ansioso. Sim, minha raiva me fazia tagarelar, mas eu estava pronto para ir. E mais, apenas pelos insultos que eu falei, ele teria me prendido se estivesse certo. Em vez disso, ele voltou para o seu carro e eu segui em frente - a setenta milhas por hora”.

(Williams, 1964, p. 80 *apud* Goffman, 2011, p. 250-251)

Há uma forte interpretação do que significa a situação por parte do senhor Williams. Em primeiro lugar, há o reconhecimento por sua parte da padronização da situação devido a sua recorrência, pois, conforme o relato, ele foi parado em Illinois, Califórnia e Ohio, e seguido em Georgia, Tennessee e Mississippi. Além disso, existe uma autoidentificação da própria condição, o que é sugerido não apenas pelo objetivo da viagem, mas pela ideia de que um

³² “Nos Estados Unidos, especialmente nos estados do sul, quando um branco usa o termo ‘garoto’ (‘boy’) para se referir a um negro, isto quase sempre tem uma conotação racista [N.T.]” (Goffman, 2011, p. 251: nota 168).

homem negro andando em um carro grande sozinho atrai a atenção policial; desperta as pré-concepções (expectativas normativas) da polícia.

Com isso, há um processo de identificação direcionado à relação entre coletividades, para além da relação entre indivíduos que, na situação em questão, é estabelecida. Isso pode ser visto na frase: “era o velho jogo: ‘você é negro, eu sou branco, e também sou um tira’”. Há uma autoidentificação coletiva da própria condição de homem negro, em oposição à coletividade de policiais brancos, o que é reafirmado pelas situações análogas às quais o senhor Williams passou na viagem. Relacionado a isso, existe uma interpretação de uma espécie de “topologia de poder” presente na situação. Existe o reconhecimento por parte do senhor Williams de que os abusos fazem parte do ritual de abordagem de policiais brancos a homens negros. A expectativa (normativa) da entrega de documentos em silêncio e em vocativos depreciativos (“John” como sinônimo de “boy”) são exemplos disso.

A expectativa normativa negativa por parte de policiais brancos por homens negros é o motivo pelo qual o senhor Williams foi recorrentemente seguido e parado, o que, mais uma vez, é confirmado pela ideia de que ali se tratava de um homem negro viajando em um carro grande. A identificação recíproca transcende o caráter meramente situacional do acontecimento. Há o reconhecimento da situação em questão pelo senhor Williams como análoga a outras situações em que pessoas cuja categoria ele manifesta (homem negro) sofrem diante de outra coletividade (policiais brancos). Ou seja, há o reconhecimento do caráter indutivo da situação em questão, que serve de amostra para a relação entre homens negros e policiais brancos. A situação aponta não apenas a relação entre indivíduos, mas a relação entre coletividades. O que é situacional é que o senhor Williams, um homem negro, foi parado por um policial branco.

Esse processo pode ser visto em proporções maiores e ainda mais gerais, como a relação entre homens negros e mulheres brancas, especificamente no que diz respeito à concessão ou não desatenção civil e sua sanção em caso de indeferimento:

Para exemplos de tais sanções diretas contra adultos é preciso recorrer a sociedades despóticas onde olhar para o imperador ou seus agentes pode ser uma ofensa castigável, ou às regras bastante refinadas que valem em alguns estados do sul dos Estados Unidos tratando de até que ponto um negro pode olhar uma mulher branca, e a que distância, antes que esse olhar seja interpretado como um avanço sexual castigável. (Goffman, 2010, p. 99-100)

Como já foi dito neste capítulo, a desatenção civil é uma “cortesia” ritual que diz respeito à manutenção da esfera ideal do outro. Só que essa cortesia pode ser mais ou menos obrigatória e isso não varia apenas em relação à situação, mas aos indivíduos e às coletividades pertencentes. No caso citado, a desatenção civil é uma obrigação central a tal ponto que a sua

negação pode render punições e interpretações pouco contornáveis (“ato sexual castigável”). Então, vale dizer que, implicitamente, Goffman mostra que a obrigação com relação aos rituais é desigual. E essa desigualdade de cortesia é segmentada, pelo menos no exemplo, por raça. Homens brancos que desacatam a desatenção civil ao olhar para homens negros com semblante de ódio (*ibid.*, p. 95), também no sul dos Estados Unidos, não sofrem as mesmas punições.

No entanto, o que importa não é apenas que a “esfera ideal” de pessoas negras é constantemente violada por pessoas brancas de inúmeras formas, tanto com relação aos civis e seus olhares de ódio quanto pelos policiais e suas abordagens constantes. O que importa é que a relação estabelece uma topologia de poder de tal maneira que a “esfera ideal” de alguém pode “expandir”. Isso acontece porque existe uma relação social que a possibilita. O exemplo mostra isso de uma maneira muito clara: são homens negros que não podem olhar para mulheres de determinada forma, que precisam manter uma desatenção civil muito precisa, talvez ainda mais efêmera, e que precisam regular o espaço de maneira particular; relativo à coletividade que os representam. Nesse sentido, a expansão da “esfera ideal” da mulher branca ocorre quando ela entra em contato com homens negros, e o processo de evitação por parte desses precisa ser feito com muito mais precisão, pois os riscos são maiores.

Está em jogo, portanto, uma desigualdade proporcionada pela relação entre coletividades, que incide sobre a esfera ideal, em que a evitação tem um papel central. Há uma sugestão de que as relações entre certas coletividades, notadamente aquelas nas quais o conflito é muito evidente, caracterizam-se também por uma evitação constitutiva, relacionada à topologia de poder. Uma evitação característica da relação entre coletividades e, portanto, coletiva. É possível que essa evitação chegue ao nível de ser institucionalizada, ascendendo a dimensões mais estruturais da realidade social.

1.3 Conclusão

O interesse na teoria de Erving Goffman não é apenas pelo que está explícito, mas também pelo que está implícito. Há uma preocupação em descrever as propriedades da interação minuciosamente, o processo de apresentação do self e as limitações (“constraints”) que possibilitam a troca entre pessoas, portanto, a própria interação. De modo mais amplo, importa para o autor trabalhar essa dimensão relativamente autônoma da vida e pensar como os processos supramencionados nela se desenvolvem. Para os objetivos desta pesquisa, a teoria do

self e da interação de Goffman, e a sua concepção de agência como múltiplos gerenciamentos (expressão, impressão, envolvimento, emoção), evita cair no risco da reificação e oferece uma larga possibilidade de trabalhar as relações assimétricas de poder. E mesmo que existam limitações à autonomia da vontade, elas, cuja concretude se faz através dos rituais, são recursos pelos quais os indivíduos buscam seus objetivos.

É precisamente a categoria do poder que é o destaque implícito que aqui interessa. Especialmente pelo que foi apresentado aqui, a teoria de Goffman permite pensar o poder e a sua relação com o cotidiano de modo bastante interessante. A proposta é seguir a sugestão de Collins e tomar o ritual de interação para pensar a categoria do poder, notadamente pelo conceito de “evitação”. A “evitação” é um ritual que, pelo menos na análise de Goffman, diz respeito ao indivíduo que evita e não quem é evitado. A evitação que modula o self e, portanto, é o próprio self apresentado. O ritual de “evitação”, assim como o de “apresentação”, é parte central da modulação do self e seu gerenciamento e está presente em toda ação social. Então o self apresentado é produto dessa “dialética constante” com uma “tensão peculiar”, em que ambos precisam “ser separados um do outro e apesar disso realizados juntos na mesma interação: os gestos que levam um ator para um receptor também precisam significar que as coisas não serão levadas longe demais” (*id.*, 2011, p. 77). Embora a deferência por ritual de apresentação possa ser uma boa escolha para pensar o poder, o ritual de evitação parece ser ainda mais interessante, especialmente pela existência de uma “sacralidade boa” e uma “sacralidade má”, que torna o conceito mais preciso no que diz respeito ao ato de evitar algo supostamente “danoso”. Não se esquivava de alguém, de algo, da situação ou de qualquer coisa apenas por uma veneração à esfera ideal, pois a ojeriza e o medo também podem ser relevantes.

Além disso, a categoria do poder é demasiadamente implícita em Goffman, o que não permite pensá-la como um aspecto invisível da interação que transcende as suas delimitações, e que, com isso, está direcionada à macroprocessos históricos e estruturais da reprodução social, como bem mostra Giddens (2009a, 2018). As limitações à análise do poder em Goffman são supridas no capítulo seguinte, a partir de uma descrição da teoria da estruturação de Giddens. O autor propõe um modelo que permite articular processos da consciência e da interação aos macroprocessos de reprodução social, cuja categoria do poder e da história estão intrinsecamente ligados. Mas ele faz isso a partir de Goffman e a conexão de encontros sociais, somados às consequências não intencionais da ação que ele retira do funcionalismo. Com isso, uma relação teórica entre os autores não é nem um pouco incoerente.

Por fim, como visto, a proposta também foi analisar a evitação como uma partícula da ação social que diz respeito não apenas à relação entre indivíduos, mas também entre

coletividades. Embora Goffman não tenha falado sobre evitação em termos coletivos, a sua formulação teórica mais ampla, bem como alguns exemplos apresentados pelo autor, permite que seja possível pensar o conceito a partir das relações entre coletividades. A teoria de Goffman, no entanto, tem limitações no que diz respeito a relações entre coletividades, e esse é um passo central para esta pesquisa. O que o final deste capítulo apresentou foram apenas possibilidades de interpretação e sugestões de uso na teoria de Goffman a partir de seus conceitos e exemplos apresentados em seus textos. A preocupação de Goffman era o ator e as convenções que limitavam e permitiam simultaneamente a apresentação do Self, e que, portanto, produziam e mantinham a ordem da interação. A coletividade não era o foco de Goffman e o que foi tomado na parte final foram principalmente “brechas teóricas” nas quais a coletividade poderia ser trabalhada a partir do conceito de “evitação”. A relação entre coletividades também é um problema teórico em Giddens e não será possível analisá-la no capítulo seguinte. A conclusão desta dissertação terá por objetivo tratar dessa pendência, em especial a partir do conceito “subjetividades coletivas” de José Maurício Domingues (1995, 1999, 2004).

2 ANTHONY GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: AGÊNCIA, ESTRUTURA E PODER

Introdução

Giddens é um dos sociólogos mais proeminentes do século XX. Sua proposta principal é a teoria da estruturação, com a qual tenta superar inúmeros dualismos, mais especificamente a oposição entre indivíduo/ação (subjativismo) e sociedade/estrutura (objetivismo). Para Giddens, um dos grandes problemas é que a maioria das tradições de pensamento pendia para um lado ou para outro. Mesmo aqueles cuja proposta era sintetizar ambos os lados em uma teoria unificada, apenas reproduziam um dualismo, sem, com isso, conseguir desenvolver uma teoria coerente que vincule adequadamente processos situados e institucionais (deslocados espaço-temporalmente). Essa superação se dá a partir de uma relação e análise crítica entre as tradições que representam cada um dos polos desse dualismo: o funcionalismo, o estruturalismo e o marxismo (do lado objetivista) e a hermenêutica, fenomenologia e interacionismo simbólico (do lado da subjativista).

Joas e Knöbl (2017, p. 314-315) destacam a importância de Marx e Weber na formulação inicial da teoria da estruturação, em *The Class Structure of The Advanced Societies*. O conceito de estruturação aparece para afirmar que apenas raramente é possível falar de classes e fronteiras de classe fixas. Encontra-se na maior parte do tempo apenas “fases” *variáveis* da formação de classes. Após isso, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, Giddens aplicou o conceito a processos mais amplos, com uma fundamentação na teoria da ação para “abalar” o aparato conceitual em geral estático da sociologia. Com isso, estruturas aparentemente fixas são constantemente transformadas pelos indivíduos. Isso se deve à influência de Thompson, que rejeitava abordagens marxistas que enfatizavam excessivamente a estrutura a ponto de perderem os indivíduos de vista. Em *A Formação da Classe Operária Inglesa*, o autor pontua que a formação da classe social é um processo ativo dos indivíduos, através de suas ações e não feito automaticamente. Giddens assume isso para a sua teoria da estruturação e generaliza para a vida social em sentido amplo.

Giddens (2009a, p. 29) define a estruturação como “condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais”. Um dos objetivos de Giddens com a teoria da estruturação é evitar o dualismo entre objetivismo e subjativismo propostos pela sociologia estrutural (precedência da sociedade ou estrutura sobre indivíduos) e a hermenêutica e fenomenologia (precedência dos indivíduos a despeito das

estruturas sociais) (Giddens, 2009a, xxii). No lugar desse dualismo, Giddens propõe uma dualidade (da estrutura). Na teoria da estruturação, os indivíduos são agentes capazes de reproduzir criativamente as condições de sua própria ação (*ibid.*, p. 201). Por reprodução, Giddens quer pontuar que os contextos de interação não são criados e sim reproduzidos pelos agentes, mas que estes, por definição, têm capacidade de, nesse processo, fazer a diferença no mundo. Giddens (2018, p. 71) defende que os conceitos de estrutura e sistema devem ser analisados separadamente (apesar de sua ligação intrínseca) e, além disso, devem ser entendidos diferentemente das propostas do estruturalismo e do funcionalismo.

O foco principal da teoria da estruturação é conseguir resolver alguns dualismos. Como já mencionado, um dos dualismos centrais é o do objetivismo e subjetivismo, que é análogo à oposição indivíduo e sociedade. Nesse caso, o propósito de Giddens é “descrever uma agência humana que reconheça os indivíduos como atores, que sabem quase o tempo todo sobre as suas ações e por quê” (*id.*, 1989, p. 253). Ao mesmo tempo, preocupa-se em justificar a visão da ciência social naturalista de que as ações estão inseridas em contextos que transcendem temporalmente as suas atividades, cuja natureza também é influenciada causalmente (*ibid.*, p. 253). Para resolver isso, Giddens propõe a *dualidade da estrutura*, um processo de reprodução social a partir de práticas sociais cujas condições já são existentes, derivadas justamente da reprodução social.

Importante destacar a proximidade dessa formulação às teses sobre Feuerbach de Karl Marx, como bem assume Giddens (2009a, p. xxiii). Além disso, o autor é importante, junto a Wittgenstein, para pensar a produção e reprodução da sociedade como *práxis* (*id.*, 2018, p. 16). No entanto, Giddens têm uma série de críticas ao pensamento marxista, em especial no que diz respeito a um evolucionismo histórico unilinear e teleológico. Nesse contexto, Giddens é bastante elogioso ao funcionalismo por atribuir ao processo de reprodução social (e, conseqüentemente, ao progresso da história) conseqüências não intencionais da ação (*id.*, p. 2009a, p. xxxv).

Apesar disso, Giddens considera a teoria da estruturação um “manifesto antifuncionalista” (*id.*, 2018, p. 18), o que sugere o tom de oposição radical a essa corrente de pensamento. Em primeiro lugar, nega a proposição de Merton sobre as necessidades funcionais da sociedade em decorrência das funções latentes, o que, nos termos de Giddens, refere-se às conseqüências não intencionais da ação (Giddens, 2009a, p. 14-15, 347, 2018, p. 18). Esse é um dos motivos pelos quais Giddens critica a teoria dos sistemas do funcionalismo. O autor argumenta que, “pela teoria da estruturação, os sistemas sociais não têm propósitos, razões ou necessidades quaisquer; só os indivíduos os têm” (Giddens, 2018, p. 18). Outra crítica à teoria

dos sistemas é na repressão do tempo, o que impede a sua materialidade (*ibid.*, p. 14-15, 71-72).

No caso da estrutura, o problema é a sua existência externa à ação dos indivíduos (*id.*, 1989, p. 256). No lugar, Giddens propõe uma estrutura mais “fluida”, que tanto constitui quanto é constituída pela ação dos indivíduos — o que resume, mais uma vez, o conceito de dualidade da estrutura. Cabe destacar que a estrutura tem materialidade apenas momentânea ao emergir nos sistemas sociais como “propriedades estruturais” (Cohen, 1999, p. 435; Domingues, 1995, p. 28; Giddens, 1995, p. 294, 2009a, p. 20, 2018, p. 73). Além disso, tanto o estruturalismo (mais particularmente Althusser) quanto o funcionalismo (mais particularmente Parsons) sustentam visões excessivamente normativas da vida social, posição na qual Giddens deseja evitar (Giddens, 2009a, p. 18). Por fim, Giddens é particularmente crítico às teorias da ação de Parsons, em especial no que diz respeito ao “ato unidade”, por sugerir que as motivações atuam singularmente no conjunto de atos e que esses podem ser analisados separadamente (Joas; Knöbl, 2017, p. 316).

A teoria da estruturação também discute os problemas da oposição entre a consciência e o inconsciente. Para Giddens, a reflexividade atua apenas parcialmente no nível discursivo, de modo que o conhecimento dos indivíduos está muito vinculado àquilo que ele chama de consciência prática. Trata-se do conhecimento ao nível da prática, no qual os indivíduos sabem dar continuidade ao contexto inserido sem necessidade de maior reflexão discursiva para isso. Além disso, Giddens propõe uma “barreira” ao inconsciente, para evitar um determinismo de seus impulsos, como ocorre na teoria de Freud (Giddens, 2009a, p. 52, 57, 2018, p. 68). Isso corresponde a uma série de influências sofridas pelo autor para além de Freud. A consciência prática, por exemplo, corresponde à influência da fenomenologia (Schutz, em especial) e de Wittgenstein, no que tange o conhecimento enquanto aplicação prática das regras (Giddens, 2018, p. 15-16, 67; Turner, 1988, p. 47). O conhecimento das regras também o relaciona diretamente a Goffman, em especial em reconhecer a competência dos indivíduos na vida cotidiana, notadamente pela centralidade do tato (Giddens, 2009a, p. 74-75, 81, 88, 91-92). Para Giddens (2018, p. 16), é uma insuficiência do estruturalismo e do funcionalismo o não reconhecimento de que “*todo ator social sabe bastante sobre as condições de reprodução da sociedade que integra*”.

Uma vez que Giddens pontua essa forte capacidade cognitiva dos indivíduos, uma consequência é que “*todos os atores têm algum grau de penetração discursiva dos sistemas sociais para cuja constituição contribuem*” (*ibid.*, p. 17). As consequências disso são bem sérias e resultam diretamente no que o autor denomina como dialética de controle. Trata-se de uma

capacidade crônica dos indivíduos, na qual os subordinados têm condições de influenciar as ações dos subordinadores (Giddens, 2009a, p. 18-19, 206-207, 334, 2018, p. 152). Isso não apenas critica a sociologia estrutural e parte importante do funcionalismo, que supre a capacidade de agência dos indivíduos perante a dimensões macroestruturais, como principalmente a descrição de Foucault sobre a produção de “corpos dóceis” frente à arbitrariedade do Estado (Giddens, 2009a, p. 19-19, 160). Pode-se destacar, novamente, a proximidade de Giddens a Goffman ao considerar a capacidade dos indivíduos em casos extremos, como ocorre nos estudos das instituições totais (Joas; Knöbl 2017, p. 325). Os indivíduos não apenas mobilizam tudo o que têm a seu alcance a seu favor, como desenvolvem sistemas internos de hierarquia que desafiam as restrições institucionais de poder, como ocorre com o “sistema de toque” (Rawls, 1987, p. 140).

Não se pode desconsiderar também outra influência da fenomenologia, que, junto ao pragmatismo e ao interacionismo, ajuda a Giddens na definição da ação social como um fluxo. Com isso, as motivações não incidem em atos separados, mas em seu conjunto (Joas; Knöbl, 2017, p. 317). Soma-se a isso a influência de Henri Bergson e Martin Heidegger sobre a temporalidade como um fluxo. Bergson é particularmente importante com o conceito de *durée*, que fornece essa característica “durável” (“esticável” temporalmente) da ação social. Além disso, lança mão do conceito “*longue durée*” das instituições, de Fernand Braudel, o que permite uma distinção temporal entre as instituições e os indivíduos (Domingues, 1995, p. 133; Giddens, 2018, p. 18-19; Joas; Knöbl, 2017, p. 317). É nesse contexto que Giddens consegue resolver os problemas do “ato unidade” de Parsons, cujo problema principal, convém repetir, é a possibilidade de análise particular dos atos (descontextualizados de outros atos), além do entendimento de que tais atos são singularmente motivados, o que é fruto, como foi visto, de críticas também à teoria de Freud sobre o inconsciente.

Outro dualismo é o que conta com duas tradições sobre a análise do poder. Um objetivo central da teoria da estruturação é, da mesma forma que Bachrach e Baratz, conectar as “duas faces do poder”: a primeira, o poder como “capacidade”; a segunda, o poder como propriedade coletiva. Giddens aqui mobiliza (quase sempre de forma crítica) uma série de autores para delimitar melhor essa categoria e localizá-la em sua teoria sociológica. Importa aqui que as duas tradições correspondem às teorias de Max Weber, Thomas Hobbes, Robert Dahl (poder como capacidade) e Talcott Parsons, Hannah Arendt, Nikos Poulantzas e Michel Foucault (poder como propriedade coletiva ou institucional) (Giddens, 2009a, p. 18, 2018, p. 96). Além disso, é bem importante para Giddens que o poder não esteja logicamente vinculado à coerção e ao conflito. Em relação à coerção, as consequências da definição de estrutura como uma categoria

simultaneamente restritiva e facilitadora (Giddens, 2009a, p. 30, 199, 209, 2018, p. 78) incidem sobre o poder na definição de tal categoria como relações de autonomia e dependência. Em relação ao conflito, o evolucionismo histórico unilinear e teleológico de Marx tem implicações sérias nas teorias sobre o poder e classe social ao qual Giddens é profundamente crítico, especialmente pela ligação lógica entre poder e conflito, o que o caracteriza como algo intrinsecamente oneroso e passível de ser superado com a chegada do socialismo (2009a, p. 37, 302-305, 2018, p. 17).

Giddens está inserido no contexto da “síntese sociológica”, a tentativa de unir perspectivas macro e microssociológicas em uma teoria única. Esse é um esforço contemporâneo às publicações de Giddens, em especial *Novas Regras do Método Sociológico*, *Problemas Centrais de Teoria Social* e *A constituição da Sociedade*, sendo os dois últimos centrais neste capítulo. Talcott Parsons pode ser considerado um precursor dessa proposta, com o livro *A Estrutura da Ação Social*, no qual houve um esforço em unir as perspectivas de Émile Durkheim, Max Weber e Vilfredo Pareto, com ênfase aos dois primeiros. No mesmo contexto que Giddens estavam Jürgen Habermas, Pierre Bourdieu, Niklas Luhmann, Karen Knorr-Cetina e Randall Collins (Domingues, 2004, p. 20-21). Este último é particularmente destacado em críticas de Giddens com relação ao dualismo micro-macro (Giddens, 2009a, p. 164-167). Esse dualismo é uma constante na teoria sociológica, apenas exemplificada nos trabalhos de Collins, em que, no caso dele, agregados de microcontextos constroem macroestruturas. Importa aqui que o micro e o macro ainda são produtos de um dualismo e não são interdependentemente envolvidos, a partir da mesma ação.

É justamente com esse processo que Giddens propõe a integração social e sistêmica, a partir de David Lockwood — com quem, ao fim e ao cabo, guarda poucas relações (Joas; Knöbl, 2017, p. 307). Importante destacar que a relação entre integrações propõe-se resolver o “acoplamento frouxo” de Goffman, na relação entre ordem da interação e estrutura social (leia-se organização ou instituição social). A importância da conexão entre integração social e sistêmica é pontuar que os encontros não são a base de processos macrosociais, tampouco a interação em situações de copresença é fugaz em comparação com a fixidez das instituições. Afirmar ainda que “a oposição ‘micro’ e ‘macro’ é melhor reconceituada no que se refere ao modo como a interação em contextos de co-presença está estruturalmente implicada em sistemas de ampla distanciação de tempo-espço” (Giddens, 2009a, p. xxix).

Este capítulo tem três seções. A primeira seção diz respeito aos conceitos de agência, rotina e integração na teoria da estruturação. O modelo da agência de Giddens oferece uma descrição precisa sobre os processos da consciência, a começar pelo inconsciente, conceito

negligenciado por Goffman. Além disso, Giddens descreve com precisão as relações entre as diferentes fases da consciência, no nível do discurso e no nível da prática, que, embora sejam centrais nos trabalhos de Goffman, são residuais. O modelo da agência prevê a relação da consciência à ação e suas consequências, relação pouco sistematizada por Goffman. Giddens oferece um modelo que relaciona processos mentais a configurações macrossociais (institucionais) sem, com isso, ser determinista. Isso culmina com a relação entre integração social e sistêmica, uma maneira mais interessante de resolver do “acoplamento” (que em Giddens não é “frouxo”) entre ordem da interação e instituição ou organização social (estrutura social em Goffman).

A segunda diz respeito ao conceito de estrutura e poder na teoria da estruturação. Como uma das propostas é fazer uma sociologia do poder, e isso implica em uma análise mais séria sobre tal categoria do que Goffman assume, é necessário trazer Giddens ao diálogo. Isso permite relacionar com o que foi apresentado no capítulo anterior. Cabe repetir, embora Giddens destaque a ausência de uma análise mais sistemática do poder nos textos de Goffman, isso está implícito na sua teoria geral pode servir para uma reflexão nesse sentido, principalmente porque sua constelação conceitual pode ser utilizada para obter resultados interessantes sobre o poder. No entanto, o caso da estrutura é diferente. Há pouco ou nenhum diálogo aberto com Goffman. Não há uma “estrutura social” em ambos os autores, no sentido atribuído pelo estruturalismo e funcionalismo. Goffman pensa a estrutura como algo mais “fixo”, como uma organização ou instituição social, ao passo que Giddens pensa em algo mais “fluido”, uma propriedade mobilizada na agência dos indivíduos, que permite a existência deles e que por essa agência é constituída. Como será melhor apresentado adiante, estruturas são regras e recursos estruturados na reprodução social a partir da prática social dos indivíduos. O que há de mais “fixo”, para Giddens, também é a instituição, e essa aproximação com Goffman é fundamental, embora o autor seja reticente ao associar tais organizações à “estrutura social”. Se na primeira seção trata-se de apresentar a parte da teoria da estruturação que permite substituir a teoria do “acoplamento frouxo”, nesta cabe explicar como funciona a integração em Giddens, especialmente pela centralidade do poder e da estrutura.

Na terceira seção, é feita uma análise mais minuciosa da relação entre Giddens e Goffman a partir do que foi proposto nas duas primeiras seções. Assim, será possível pontuar com mais cuidado de que maneira a teoria da estruturação supera algumas lacunas importantes da teoria de Goffman. Além disso, permite pensar quais as implicações dessa relação no conceito de evitação como aqui é tratado. Essa seção também serve para justificar a relação entre os autores como uma continuidade, como Giddens parece sugerir, algo que é alvo de

críticas, mais especificamente as de Anne Rawls. A última parte dessa seção aborda as limitações de Giddens em relação às subjetividades coletivas, a ser tratada no capítulo seguinte. Importante destacar que, no que toca ao poder, esta seção apenas mostra como o poder em Giddens é interessante para o conceito de evitação. Uma teoria do poder que conte com a visão dos dois autores será melhor trabalhada no capítulo seguinte.

2.1 Agência e integração

Giddens define a relação entre as fases consciente e inconsciente do indivíduo em termos de recordação e possibilidade (ou não) de expressão verbal. O inconsciente é o modo de recordação cujo acesso pelo indivíduo é bloqueado por uma “barreira”, o que o torna incapaz de explicação verbal dos impulsos de sua ação (*ibid.*, p. 52, 57). Portanto, há uma barreira entre o inconsciente e o que Giddens denomina como consciência discursiva. Essa diz respeito aos processos passíveis de serem relembrados e verbalizados, como as explicações das razões de uma conduta em caso de indagação (Giddens, 2009a, p. 52, 56-57, 440, 2018, p. 16-17, 66-67, 81-82). Essa “barreira” do inconsciente à consciência discursiva torna os processos inconscientes não apenas desconhecidos como inacessíveis ao indivíduo. (Giddens, 2018, p. 68-69, 82)³³. No inconsciente estão as necessidades de confiança e segurança ontológica (Turner, 1988, p. 48).

Apesar da inspiração em Freud com a tríade Ego, Superego e Id, Giddens tem uma visão crítica à oposição entre consciência e inconsciência (Giddens, 2009a, p. 8, 50-52). O autor critica a ausência de fase da consciência que dê conta do conhecimento prático, algo próximo ao que é comumente conhecido como “pré-consciente” (embora Giddens negue esse termo) (*ibid.*, p. 8). Além disso, Giddens (2018, p. 68) quer evitar uma “teoria redutora da consciência” na qual há uma determinação excessiva do inconsciente aos processos reflexivos da ação. Isso corresponde a uma crítica à psicanálise por um determinismo exagerado do inconsciente, em

³³ A relação entre inconsciente e condições não reconhecidas da ação pode ser vista quando Giddens (2018, p. 82) se refere a tais condições como “condições inconscientes da ação”, em comparação com as consequências não intencionais da ação. Em outro momento, o autor faz uma relação entre condições não reconhecidas, motivação e inconsciente de modo ainda mais claro: “mas uma teoria da motivação tem que se voltar também para as condições não reconhecidas da ação, respeitando os motivos inconscientes em operação ou ‘fora’ do alcance do entendimento do agente” (*ibid.*, p. 68-69).

que qualquer ato (mesmo em caso de lapsus linguae) tem uma explicação vinculada a processos inconscientes (*id.*, 2009a, p. 57).

Em resposta, Giddens propõe o conceito de consciência prática. Ela diz respeito às formas de recordação acessadas na “durée” da vida cotidiana nas quais os indivíduos são incapazes de expressar discursivamente, embora não exista nenhuma barreira de repressão entre as consciências.³⁴ São estoques tácitos de conhecimento que os atores lançam mão ao desenvolver uma atividade social, o que sugere um “entendimento teórico” da base de suas condutas (Giddens, 2009a, p. 56-57, 440, 2018, p. 16-17, 66-67, 81-82). Ela consiste no conhecimento das regras e táticas sobre as quais a vida social é (re)constituída no tempo e no espaço (Giddens, 2009a, p. 105). Há, por um lado, a influência de Schutz com o conceito de “estoque de conhecimento” no modelo psicanalítico de Giddens (Turner, 1988, p. 47) e, por outro, a de Wittgenstein na definição de conhecimento como a aplicação adequada de regras (Giddens, 2009a, p. 24-25, 2018, p. 16, 76-77). Há também a influência de Goffman, uma vez que a consciência prática está relacionada à descrição de indivíduos competentes no desempenho de suas atividades sociais (Giddens, 2009a, p. 105-106, 2018, p. 81). De todo modo, a influência de Goffman nesse assunto pode ser resumida na centralidade do tato social (Giddens, 2009a, p. 74-75, 81, 88, 91-92).

Giddens relaciona as diferentes fases da consciência às diferentes fases da ação. A motivação está mais particularmente vinculada ao inconsciente (Domingues, 1995, p. 25; Turner, 1988, p. 48). Giddens (2009a, p. 66; 2018, p. 68) estabelece a relação principal da motivação ao inconsciente porque é lá que residem as necessidades básicas de confiança e segurança ontológica que evitam o aumento da ansiedade. A relação entre ambas, como mostra Turner (1988, p. 48), é de reforço mútuo. Esta, portanto, é a motivação básica dos indivíduos: manter os níveis de confiança para existir segurança ontológica suficiente para, com isso, possibilitar a vida social (Giddens, 2009a, p. 58). Nesse sentido, a motivação da ação não diz respeito ao modo como os indivíduos fazem as coisas ou à continuidade de tais ações, e sim ao “potencial da ação” (*ibid.*, p. 7). Essa “força motriz” que impulsiona os indivíduos a estabelecer rotinas trata-se apenas de uma “pressão difusa” sobre as suas consciências no fluxo ação social (Turner, 1988, p. 48). Isso corresponde à afirmação de Giddens de que a motivação incide não nos atos, mas sobre o processo amplo da ação, no qual se desenha uma linha de conduta (Giddens, 2009a, p. 57-58). Essa pressão difusa é “ativada” apenas em circunstâncias incomuns, em que a ansiedade aumenta em decorrência de situações que quebram a rotina. O vínculo entre

³⁴ Essa ausência de barreira permite “concentrar a atenção discursiva quando surge uma ocasião para tal” (Cohen, 1999, p. 413).

motivação e inconsciente, cuja relação com a consciência discursiva se dá apenas em situações excepcionais, explica a dificuldade dos indivíduos em explicar o que motiva as suas ações (*ibid.*, p. 7).

A racionalização da ação está ligada ao conhecimento e capacidade de explicação das “razões” dos indivíduos no fluxo de sua ação (*id.*, 2018, p. 67). As razões podem ser definidas como princípios fundamentados da ação (Domingues, 1995, p. 24). Embora não esteja intrinsecamente vinculada a uma explicação discursiva sobre as razões de determinados aspectos da conduta, pode-se dizer que é natural que os agentes competentes possam realizar tal capacidade (Giddens, 2009a, p. 6). Assim, os indivíduos mantêm-se “em contato” com a própria ação, com um conhecimento tácito, de modo que, em caso de interpelação, será possível fornecer razões sobre sua própria conduta (*ibid.*, p. 443). Para Giddens (2018, p. 66), as razões de um indivíduo não estão ligadas apenas às normas. O autor evita o quadro parsoniano de referência da ação, no qual a conduta dos indivíduos é dirigida por “imperativos normativos internalizados”. Importante pontuar que, segundo Domingues (2004, p. 98), “a consciência discursiva se apresenta como uma outra maneira de conceituar o que [Giddens] chama de ‘racionalização da ação’”.

O monitoramento reflexivo da ação está ligado ao caráter intencional ou proposital do comportamento humano, a partir do qual se pretende inserir a diferença no mundo (Domingues, 1995, p. 24; Giddens, 2009a, p. 443). As intenções ou propósitos podem manifestar-se também a longo prazo, como “projetos”, no sentido atribuído por Schutz (Domingues, 1995, p. 24; Giddens, 2009a, p. 7). Propósitos ou projetos são considerados no fluxo da conduta do agente, o que destaca o caráter processual da intencionalidade, na qual a ação não é uma série de atos discretos, que conjugam uma série de intenções (Giddens, 2009a, p. 443, 2018, p. 66). Isso está relacionado à negação de Giddens à ideia de que a ação é precedida por metas claras, opondo-se aos “quadros de referência da ação”, de Parsons.³⁵ O monitoramento diz respeito à capacidade dos indivíduos em controlar e regular continuamente o fluxo de suas atividades, esperando o mesmo dos outros (Giddens, 2009a, p. 6, 51).³⁶ Para Giddens, “as pessoas estão sempre se vigiando, e, assim, observando a si mesmas; nesse processo, elas modificam seus objetivos e executam suas ações de forma diferente” (Joas; Knöbl, 2017, p. 318). Isso mostra

³⁵ Segundo Joas e Knöbl (2017, p. 318), nesses quadros “os atores definem objetivos que eles se põem a buscar em função de fatores situacionais, de meios disponíveis, e, acima de tudo, de normas e valores dominantes”.

³⁶ Esse monitoramento diz respeito à totalidade da interação social, para além do comportamento dos atores específicos tomados separadamente (Giddens, 2018, p. 67). Essa totalidade está vinculada também aos aspectos físicos, sociais e temporais do contexto da interação, sobre os quais o monitoramento se apoia. Por outro lado, esse apoio reproduz a relevância de tais elementos contextuais (*ibid.*, p. 92).

que o termo “monitoramento” ilustra uma intencionalidade condicionada às ações do outro e que, portanto, é mutável. Também mostra que a intencionalidade não é “externa à ação”, como a definição e busca por objetivos; ela transpassa a ação, pois “muitas vezes são formuladas enquanto as *peças agem*” (*ibid.*, p. 318). Domingues (2004, p. 98) destaca que o monitoramento reflexivo está mais vinculado à consciência prática. Turner (1988, p. 46-47), por outro lado, pontua que o monitoramento varia entre a consciência prática e discursiva.

Giddens (2009a, p. 10-11, 57, 2018, p. 65) entende que as ações não são um agregado de atos, mas sim um processo, um “fluxo contínuo de conduta”. Trata-se de uma crítica evidente a Talcott Parsons e ao “ato unidade”, diretamente ligada às influências do interacionismo simbólico e da etnometodologia em Giddens (Joas; Knöbl, 2017, p. 316). Essa concepção de ação social como um “fluxo ininterrupto” e um “processo holístico” corresponde às influências da fenomenologia, do pragmatismo e do interacionismo (*ibid.*, p. 317). Esse processo é nomeado por Giddens como a *durée* da vida cotidiana, um fluxo de ação intencional, embora possa ser não intencional em suas consequências (Giddens, 2009a, p. 3-4, 9). Trata-se de um termo que faz referência a Henri Bergson, que concebeu a consciência como “um fluxo de experiência em que as cognições se misturam e se fundem umas com as outras”, exatamente como a recordação das notas de uma melodia (Joas; Knöbl, 2017, p. 317). O que Giddens faz é transpor esse processo da consciência à ação social como forma de criticar “uma concepção excessivamente racionalista da ação que pressupõe que atores *conscientemente* controlam a ação” (*ibid.*, p. 319). Segundo Joas e Knöbl (2017, p. 317) a *durée* é “um fluxo de duração que só pode ser quebrado e interrompido pelo esforço mental”. Uma vez que esse fluxo é interrompido, é possível “ser dividido em unidades-ato independentes retrospectivamente” (*ibid.*, p. 318).

Intrinsecamente ligada à ação está a agência. Trata-se da capacidade de realização de ações sociais, com a possibilidade de, a qualquer momento da conduta, atuar de modo diferente (Giddens, 2009a, p. 10-11). É, nesse sentido, ser capaz de mobilizar uma “gama de poderes causais”, e com isso, intervir no mundo e “influenciar um processo ou estado específico de coisas”. Porque podem fazer a diferença a qualquer momento, “as intervenções empreendidas pelos agentes sociais sempre estão, em maior ou menor grau, sob seu próprio controle” (Cohen, 1999, p. 410). Para Giddens (2009a, p. 10-11), o poder está intrinsecamente vinculado à agência e não corresponde a uma dimensão necessariamente negativa da vida social. Tem uma possibilidade simultaneamente coercitiva e capacitadora para os indivíduos. Uma vez que o indivíduo perde a capacidade de exercer a diferença na realidade social, não apenas perde a sua agência como também o seu poder (*ibid.*, p. 17).

O conceito de agência introduz a discussão da intencionalidade, central na teoria da estruturação. O modelo estratificado do self atuante (ou da agência) é um esquema que permite ligar as ações intencionais (monitoração reflexiva da ação) às consequências não intencionais que toda ação tem. A agência precisa considerar consequências não intencionais porque, se as ações intencionais não tivessem sido tomadas, tais consequências não teriam ocorrido (*ibid.*, p. 12). Assim, a agência não diz respeito às intenções do indivíduo, mas ao que efetivamente é feito por ele. Por exemplo³⁷, alguém que deseja iluminar um quarto pode acionar um interruptor para fazê-lo. Se uma das consequências é espantar um “gatuno” que está escondido no cômodo, ela é certamente não intencional. Apesar de ser uma consequência não intencional, o indivíduo que aciona o interruptor ainda tem agência sobre, visto que é a sua ação que estabelece uma cadeia causal na interação em questão. Se o “gatuno” que foge foi pego por um policial, a teia de ações está ligada diretamente ao ato de acionar o interruptor; um ato intencional, mas não intencional em sua consequência. Outro exemplo é que indivíduos em uma conversa casual reforçam a estrutura formal do idioma. Esse não é o ponto central da conversa e, portanto, são meras consequências não intencionais (*id.*, 2018, p. 86).

O conceito de consequências não intencionais da ação representa a influência que o funcionalismo exerce na teoria de Giddens, ao destacar a importância da disparidade entre o que os indivíduos pretendem realizar e as consequências do que efetivamente fazem (Giddens, 2009a, p. 349, 2018, p. 69). No entanto, há uma crítica geral ao funcionalismo, mais especificamente a Merton, no que diz respeito a esse conceito. Sua origem deriva das funções manifestas e latentes que, segundo Giddens (2009a, p. 14), dizem respeito a atividade intencional e as consequências não intencionais da ação, respectivamente. Para Merton, as funções latentes correspondem às necessidades funcionais de determinado grupo ou sociedade. Assim, o ritual Hopi da chuva, cuja função manifesta é “trazer a chuva”, tem por função latente a coesão do grupo, mediante um sistema unitário de valores proporcionado pelos ritos cerimoniais rotinizados (*ibid.*, p. 347). Ou seja, as consequências não intencionais (funções latentes) estão ligadas às necessidades funcionais que precisam ser satisfeitas. Significa que a consequência não intencional *da ação das pessoas* têm força motriz relacionada às necessidades sistêmicas e não a sua intencionalidade (*ibid.*, p. 347). Trata-se de uma teoria que os indivíduos perdem a sua agência, uma vez que “as relações sociais são estáveis e que os atores não podem fazer nada a respeito delas” (Joas; Knöbl, 2017, p. 322). Com isso em mente, Giddens (2009a, p. 14) afirma que embora um cerimonial possa cumprir determinado papel, “é um equívoco

³⁷ Exemplo retirado de Giddens (2009a, p. 11-12), cuja versão original é de Donald Davidson no texto “Actions, reasons and causes” (*id.*, 2018, p. 69: nota 119).

supor que tal demonstração de uma relação funcional fornece uma razão para a existência de uma prática”.

Outro exemplo permite entender esse processo melhor e relacionar com processos mais amplos de institucionalização e reprodução social. Giddens cita a pesquisa *Learning to Labour* de Paul Willis para mostrar as diferenças possíveis entre a análise funcionalista e a sua própria análise. Willis estabelece uma relação causal entre a vida escolar e a vida no trabalho, porém sem usar termos funcionalistas (*ibid.*, p. 345). Guiados pelo objetivo de independência financeira, “garotos” abandonam a escola para iniciar a vida no trabalho. Giddens (2009a, p. 346) destaca que a consequência não intencional “é perpetuar ativamente as condições que ajudam a limitar” as suas já limitadas oportunidades de vida. Ao deixar as escolas sem qualificações e ingressado num mundo de trabalho manual de baixo nível, eles estão presos a tais condições. Para o autor, uma formulação funcionalista descreveria as necessidades funcionais do capitalismo industrial em empregar grandes contingentes de pessoas a um trabalho manual desestimulante ou mesmo na manutenção de um exército industrial de reserva (*ibid.*, p. 346). Como está evidente, a condição de existência dos indivíduos é descrita sem considerar a intencionalidade de suas ações. Em última instância, trata-se de uma formulação que ignora a capacidade criativa e transformadora da ação social intencional dos indivíduos.

A crítica ao funcionalismo exercida por Giddens destaca o comprometimento em desenvolver uma teoria da constituição da vida social como dependente da habilidade de indivíduos (Domingues, 1995, p. 25). Não por acaso, a agência e o poder têm uma relação tão intrínseca, em que o segundo destaca sobretudo a potência criativa dos indivíduos. Ainda assim, Giddens (2009a, p. xxxv, p. 15) destaca a importância do funcionalismo ao concordar com Merton sobre a relação entre as consequências não intencionais e as práticas institucionalizadas e, por extensão, o processo de reprodução social. O autor pontua que as atividades repetitivas no mesmo contexto de tempo e espaço incidem em consequências não intencionais regularizadas em contextos espaço-temporais distantes. Os acontecimentos disso influenciam as condições da ação no contexto original, o que corresponde a um “feedback não reflexivo” (laços causais) (*ibid.*, p. 16). Nesse sentido, as consequências não intencionais estão vinculadas às condições não reconhecidas da ação (Giddens, 2009a, p. 9).

Consequências não intencionais e condições não reconhecidas da ação correspondem às limitações de conhecimento que os indivíduos têm na interação social (Domingues, 1995, p. 25, 33). Esse conhecimento limitado é tradicional no funcionalismo não apenas com Merton, mas também com Parsons (1979, p. 6) e a dupla contingência. Na microsociologia, isso também pode ser visto em Goffman (1985, p. 229), que destaca as “meras impressões” que os

indivíduos têm à disposição para definir a sua situação. Embora seja difícil de acreditar que Giddens ignore tais perspectivas, a conotação mais importante a condições não reconhecidas da ação é justamente as teses sobre Feuerbach de Marx, como destaca Domingues (1995, p. 24, 33). Apesar de Giddens (1995, p. 293) aceitar com bastante reticência a influência de Marx em sua teoria, muito pelo objetivo em acentuar uma descontinuidade com a teoria social do século XIX, o próprio autor destaca a centralidade de Marx sua teoria da estruturação, em especial sobre as teses sobre Feuerbach (*id.*, 2009a, p. xxiii):³⁸

Na verdade, este livro poderia ser corretamente descrito como uma extensa reflexão sobre uma célebre e freqüentemente citada frase que se encontra em Marx. Comenta Marx que “os homens [permitam-nos dizer imediatamente: os seres humanos] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha...”

Essa relação é fundamental no processo de rotinização. As rotinas correspondem ao caráter repetitivo da vida social e fornecem previsibilidade e possibilidade de antecipação das contingências da vida social (*ibid.*, p. 444). Elas são tudo aquilo feito habitualmente, no cotidiano, tornando necessário um deslocamento espaço-temporal das condutas (*ibid.*, p. xxv). Giddens quer “escapar da ideia de que ‘ação autônoma’ e ‘rotina’ formam um par de oposto mutuamente excludentes” e, com isso, evitar a associação comum entre rotina e letargia (Joas; Knöbl, 2017, p. 319). Segundo Turner (1988, p. 147), Giddens destaca que os indivíduos sustentam suas rotinas a partir de cinco mecanismos interpessoais: (1) os rituais, que permeiam a interação e marcam a abertura e o encerramento; (2) a serialidade na fala (“tomada de vez”), o que possibilita que as conversas sigam previsivelmente. (3) o tato social, que cria um “senso de decoro”; (4) o uso de sinais que marcam os status dos indivíduos em uma situação, o que permite a preservação de suas identidades e rotinas; (5) o uso de marcadores (quadros) para indicar os comportamentos e condutas adequados para manter a rotina.

A rotina fornece segurança ontológica para os indivíduos (Giddens, 2009a, p. 332). A segurança ontológica corresponde às necessidades inconscientes de entendimento de que “os mundos natural e social são como parecem ser” (Giddens, 2009a, p. 444; Turner, 1988, p. 47-48). Está intrinsecamente ligada à consciência prática, uma vez que é a partir da possibilidade de realização das práticas cotidianas vinculadas ao estoque de conhecimento à mão que se tem

³⁸ Essa citação encontra-se, na verdade, nos parágrafos iniciais de *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e não reproduz exatamente o que foi dito nas teses sobre Feuerbach. A terceira dessas teses, a mais importante e cujo sentido é análogo, é encontrada mais especificamente em *A Ideologia Alemã*: “os homens são produto das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado.” (Marx, 2015, p. 537-538).

maior compreensão do que *é* a realidade social na qual está inserido. Trata-se, portanto, da relação entre o “fazer” e a realização adequada dessa ação, a relação entre o estoque de conhecimento mobilizado e a sua efetividade no fluxo das condutas cotidianas. A segurança ontológica corresponde ao grau de confiança que os indivíduos mantêm em suas vidas diárias (Turner, 1988, p. 48).

Giddens (2009a, p. 70) sugere que “um sentido de confiança na continuidade do mundo objetivo e no tecido da atividade social depende de certas conexões específicas entre o agente individual e os contextos sociais através dos quais esse agente se movimenta no decorrer da vida cotidiana”. Ou seja, as necessidades inconscientes de confiança estão relacionadas ao caráter repetitivo da vida social, em que a contingência é “domada” pela capacidade de antecipação dos indivíduos competentes. Esse caráter repetitivo, rotineiro, previsível da confiança está vinculado à consciência prática (*ibid.*, p. xxvi). Isso significa que o conhecimento teórico e tácito dos indivíduos a respeito do mundo em que vivem ainda faz sentido e pode ser usado sem necessidade de alto grau de reflexividade. Qualquer ruptura de rotina implica inutilidade do conhecimento da consciência prática. Se os indivíduos conseguem antecipar as contingências, significa que eles têm tato social suficiente para evitar que riscos e perigos os atinjam. Nesse sentido, a confiança é um sentimento constante que estabelece um “bem-estar” privado sobre a existência social presente: confia-se na própria ação, nos outros e na própria definição da situação. Com isso, tal sentimento está intrinsecamente vinculado a um processo cognitivo de interpretação da realidade e entendimento de que as coisas continuam como são e não há motivos para temer.

Giddens descreve processos de forte insegurança ontológica a partir da quebra da rotina provocada pela experiência em campos de concentração. Eles fornecem situações críticas cujas “circunstâncias de disjunção radical de tipo imprevisível” abalam a natureza psicológica das rotinas institucionalizadas (*ibid.*, p. 70-71). A experiência do campo de concentração quebra a previsibilidade e a possibilidade de antecipação das contingências que são características da rotina. Os indivíduos nunca sabem o que pode acontecer e quando podem sofrer algum grau de violência. O “sentido de futuro”, proporcionado pela continuidade da vida social, é destruído pela realidade contingente a que tais indivíduos eram submetidos (*ibid.*, p. 72).

A quebra de rotina também diz respeito às características sociáveis mais básicas. Hábitos rotineiros de higiene eram completamente transformados nos campos de concentração, uma vez que todas as atividades eram públicas, o que destruiu virtualmente o que Goffman denominou como região de frente (“front region”) e região de trás (“backstage”) (*ibid.*, p. 72). Ao apresentar esse exemplo, a proposta de Giddens (2009a, p. 73) é que a quebra das rotinas

produz altos graus de ansiedade e, por extensão, alterações significativas na personalidade humana. Isso pode ser confirmado por Giddens (2009a, p. 70) ao dizer que a continuidade da personalidade do agente é garantida pela rotina, “na medida em que [o agente] percorre os caminhos das atividades cotidianas, e das instituições da sociedade”. Uma vida sem dimensões altamente institucionalizadas, portanto, não apenas apresenta consequências à manutenção da confiança como também à estabilidade da personalidade. Os campos de concentração proporcionaram as condições para alterações substanciais da conduta dos indivíduos, como aqueles que deixaram de se comportar como agentes humanos e se tornaram “cadáveres ambulantes”, devido à resignação com a situação vivida (*ibid.*, p. 72-73).

A rotina permite relacionar as diferentes fases da consciência ao fluxo dos encontros sociais que, deslocados espaço-temporalmente, formam as instituições sociais (*id.*, 2013, p. 322). Cohen (1999, p. 426-427) destaca que, na teoria da estruturação, as instituições referem-se “especificamente às práticas rotinizadas que são executadas ou reconhecidas pela maioria dos membros de uma coletividade”. O ponto central de Giddens, e aqui ele se distancia de Goffman em sua relação entre ordem da interação e macroprocessos institucionais, é que um não exerce “efeito” sobre o outro, mas, na verdade, ambos se constituem e se reproduzem simultaneamente (Giddens, 2013, p. 320-321). Mais uma vez, isso fica claro com a linguagem, em que uma conversa tem como consequência não intencional a reprodução do idioma: encontro e instituição reproduzem-se mutuamente (*id.*, 2018, p. 86). Mas tais práticas rotinizadas são dependentes do caráter intencional da conduta humana, isto é, do monitoramento reflexivo da ação (*id.*, 2009a, p. 74). Domingues (1995, p. 25) corrobora tal afirmativa ao mostrar que a reprodução social, ao qual a rotinização está intrinsecamente relacionada, deriva dos propósitos e projetos dos indivíduos. É a partir dessa intencionalidade que se torna possível formar encontros sociais ratificados sem os quais não há instituições. Essas, por sua vez, são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social (Giddens, 2009a, p. 28). E essa fixidez das formas institucionais não existe fora dos encontros, mas está presente neles de modo implícito (*ibid.*, p. 81). Complementarmente, o autor afirma que:

Os encontros são o fio condutor da interação social, a sucessão de envolvimentos com outros ordenados no âmbito do ciclo diário de atividade. Embora Goffman não inclua isso formalmente em seu esquema de conceitos, penso ser muito importante enfatizar o fato de que encontros ocorrem tipicamente como rotinas. Isto é, o que pelo ângulo do momento fugaz poderia parecer breves e triviais permutas assume muito mais substância quando visto como inerente à natureza interativa da vida social. A rotinização de encontros é de grande significação na medida em que vincula o encontro fugaz à reprodução social e, assim, à “fixidez” aparente das instituições (*ibid.*, p. 84).

Tais encontros sociais correspondem ao processo de focalização das interações, descrito por Goffman (2010) minuciosamente. Seja em Goffman, seja em Giddens, tais encontros são dependentes do caráter intencional da conduta humana. Tanto Goffman quanto Giddens preocuparam-se com o problema da integração. Goffman preocupou-se sobretudo com a ordem da interação, o que corresponde ao que Giddens denomina como integração social. Como já abordado no capítulo passado, Goffman preocupa-se apenas com essa dimensão, embora esteja implícito um processo de institucionalização e análise de integração sistêmica, o que permite um desenvolvimento nesse sentido. Giddens (2009a, p. 80) segue esse caminho ao dizer que:

Um outro equívoco, que o próprio Goffman se empenhou arduamente em desfazer, está em considerar seus escritos importantes apenas para uma forma de “microsociologia”, que pode ser nitidamente separada das questões “macrossociológicas”. Um modo muito mais interessante de abordar as obras de Goffman é tratá-las como estando empenhadas em mapear detalhadamente as interseções de presença e ausência na interação social. Os mecanismos de integração social e de sistema, repetimos, interligam-se necessariamente. Os escritos de Goffman são, sem dúvida, importantes para ambos, mesmo que ele mantenha uma atitude cautelosa em relação aos problemas do processo ou desenvolvimento institucional a longo prazo.

Portanto, para Giddens (2013, p. 322), a ordem da interação não está deslocada de suas repetições (interações análogas) e o “sentido” da interação não pode estar desvinculado de seu background de rotina.

As instituições sociais são formadas e reformadas pela repetição da atividade social. As técnicas, as estratégias e os modos de comportamento seguidos pelos atores em circunstâncias de copresença, mesmo nos aspectos aparentemente mais triviais de sua vida cotidiana, são fundamentais para a continuidade das instituições ao longo do tempo e do espaço. Em seus estudos da copresença, Goffman demonstra que a previsibilidade de muito da vida social, mesmo num plano macroestrutural, é organizada por meio de práticas envolvidas naquilo que ele escolhe chamar de ordem da interação. Mas essa ordem nunca está separada da organização desses mesmos contextos em relação uns aos outros.

Foi falado anteriormente que as consequências não intencionais estão relacionadas às condições não reconhecidas da ação. São as duas pontas do modelo da agência de Giddens que correspondem à ligação da ação com processos mais amplos de rotinização e institucionalização da vida social. Isso corresponde à teoria dos sistemas de Giddens, intrinsecamente vinculado a suas preocupações com a integração. Tanto sistemas quanto integração passaram de forma implícita nesta seção, uma vez que o assunto por trás do processo de institucionalização é também o de integração entre indivíduos, coletividades e sistemas. Antes de terminar esta seção, é preciso definir tais categorias com maior cuidado.

Sistemas sociais são práticas recorrentes e interdependentes entre atores ou coletividades reproduzidas através do tempo e do espaço em cenários de interação (Giddens, 2009a, p. 29, 32, 97, 444, 2018, p. 75, 82, 85). Os sistemas sociais não são criados pelos indivíduos e sim reproduzidos e transformados, “refazendo o que já está feito na continuidade da *práxis*” (Giddens, 2009a, p. 201). O autor tem uma compreensão empírica dos sistemas sociais e é crítico ao funcionalismo e estruturalismo pela repressão do tempo e suas interseções com o espaço na teoria dos sistemas (*id.*, p. 14-15, 71-72). Há uma variação de escala espaço-temporal relativamente alta, sendo a díade a menor delas (*ibid.*, p. 82). Os sistemas sociais apresentam uma integração interna (“sistemidade”) altamente variável, e raramente têm a mesma unidade interna encontrada em sistemas físicos e biológicos (*id.*, 2009a, p. 444), concepção que representa uma crítica à teoria dos sistemas do funcionalismo (*ibid.*, p. 192-193). Giddens se distancia de Parsons, que adota uma visão analítica de sistema social, e Luhmann, que utiliza o conceito de modo essencialista e sem maiores justificativas (Joas; Knöbl, 2017, p. 322-323). Para Giddens (2009a, p. 193-195), os sistemas sociais não têm uma delimitação clara, e tampouco os seus processos não são endógenos.

A “sistemidade” corresponde à integração na teoria da estruturação. A integração diz respeito à interdependência da ação — ou laços, intercâmbios, reciprocidade de práticas — envolvida na reprodução de sistema (*id.*, 2018, p. 85). O sentido de integração não corresponde à coesão ou consenso na teoria da estruturação. Sistemas sociais podem assumir dois modos de integração: social e sistêmica. Um dos motivos do autor em fazer tal distinção é “reconhecer contrastes entre vários níveis de articulação da interação” (*ibid.*, p. 82). Na integração social, há reciprocidade de práticas entre atores em contextos de copresença, nas continuidades e disjunções de encontros (*id.*, 2009a, 33, 442). Na integração sistêmica, há reciprocidade entre atores ou coletividades através do tempo e do espaço, fora de condições de copresença. (*ibid.*, 33, 442). Os mecanismos entre as integrações são diferentes, pois na integração social ocorre através do monitoramento reflexivo da ação, o que ocorre na integração sistêmica de modo incompleto (Domingues, 1995, p. 32).

A divisão entre integração social e sistêmica é originalmente feita por David Lockwood, embora Giddens use o conceito a seu modo, restando poucas relações entre ambos (Joas; Knöbl, 2017, p. 307). Outra influência é a de Goffman, notadamente no conceito de integração social, dado a centralidade do comportamento expressivo, expressões faciais e autoapresentação. Trata-se do afastamento de concepções mais normativas, como as de Parsons, e excessivamente racionalistas, como a de Habermas. Em contraste, Giddens destaca a “inteligibilidade da expressão simbólica (tanto linguística quanto física) e da confiança na racionalidade do mundo

cotidiano” (*ibid.*, p. 326). Com as integrações social e sistêmica, Giddens pretende evitar que os processos mais amplos (macroestruturais) da vida social sejam definidos como um agregado de processos menores (microestruturais), como uma sucessão de encontros sociais. Os encontros não são a *base* sobre a qual as propriedades maiores se constroem, e tampouco são mais “substanciais” do que as instituições (Giddens, 2009a, p. xxviii-xxix). Em suma, Giddens critica aqueles cuja síntese teórica é feita através do dualismo “micro” e “macro”, como se fossem instâncias intrinsecamente separadas.

Não emprego os termos mais familiares, estudo “microsociológico” e estudo “macrossociológico”, por duas razões: uma, porque esses dois gêneros de estudo são com freqüência mutuamente contrapostos, com a implicação de que temos de escolher entre eles, considerando que um é, de algum modo, mais fundamental do que o outro. Na recusa deliberada de Goffman de se preocupar com questões de organização e história social em grande escala, por exemplo, parece despontar a idéia de que a realidade essencial da vida social será encontrada no que ele designa às vezes por microsociologia. Por outro lado, os defensores de abordagens macrossociológicas são propensos a considerar que os estudos da atividade social no dia-a-dia são dedicados à apreciação de trivialidades; as questões mais significativas são as de mais amplo espectro. Mas esse tipo de confronto é certamente uma guerra simulada, se é que chegou a ser ao menos isso. De qualquer modo, não penso que caiba discutir se um estudo tem prioridade sobre o outro. Uma segunda razão pela qual a divisão micro/macro tende a suscitar associações infelizes está em que, mesmo quando não existe conflito entre as duas perspectivas, uma lamentável divisão de trabalho tende a produzir-se entre elas. Considera-se que a microsociologia está interessada nas atividades do “agente livre”, cuja elucidação pode ser seguramente confiada a pontos de vista tais como os do interacionismo simbólico ou da etnometodologia; ao passo que se pressupõe ser o domínio da macrossociologia o da análise das restrições estruturais que fixam limites à livre atividade (*ibid.*, p. 163-164).

Nesta primeira seção, foi apresentada a relação entre consciência e ação no modelo da agência de Giddens e como o deslocamento espaço-temporal dos sistemas sociais perpassa tanto a ação quanto a consciência dos indivíduos através da rotina. Na teoria da estruturação, esse processo está intrinsecamente ligado à integração, e permite acoplar de maneira mais satisfatória as presenças e ausências da interação e, portanto, as dimensões situadas e aquelas deslocadas espaço-temporalmente. Isso resume a relação entre agência e integração, mas não explica *como* tais processos ocorrem empiricamente. Para isso, é preciso falar das propriedades estruturais dos sistemas sociais, mobilizados pelos indivíduos em suas ações. A seção seguinte permite apresentar com maior precisão a teoria da estruturação de Giddens e o conceito de dualidade da estrutura, em que agência e estrutura estão mutuamente (e interdependentemente) implicados. Além disso, será destacada a centralidade da categoria do poder na teoria da estruturação.

2.2 Dualidade da estrutura e poder

As estruturas são regras e recursos repetida e mutuamente envolvidos na reprodução dos sistemas sociais (Giddens, 2009a, p. 20, 29, 199, 218, 442, 2018, p. 73). Diferentemente dos sistemas sociais, a estrutura tem um caráter abstrato. Sua materialidade toma forma apenas como “propriedades estruturais” instanciadas em tais sistemas, quando tais regras e recursos são mobilizados na agência. Tal característica implica em uma presença materialmente temporária da estrutura. Esse caráter abstrato não implica inexistência, mas sim em uma ausência espaço-temporal cuja existência é apenas virtual, em “traços de memória” e “complexos organizacionais” (Cohen, 1999, p. 435; Domingues, 1995, p. 28; Giddens, 1995, p. 294, 2009a, p. 20, 2018, p. 73). Por outro lado, a sua presença ocorre apenas através da ação dos indivíduos. Por exemplo, a estrutura da linguagem “só existe na medida em que as pessoas falam” (Giddens, 1995, p. 294). Convém destacar que toda propriedade estrutural mais profundamente enraizada, envolvida na reprodução e organização de totalidades sociais, são definidas como princípios estruturais (*id.*, 2009a, p. 20, 218, 443). Essas referem-se ao “modo de diferenciação e articulação das instituições nas quais uma sociedade é constituída”³⁹ (Domingues, 1995, p. 28).

Há um distanciamento da sociologia estrutural (com ascendência em Durkheim), inspirada pela ideia de que a ação sofre influências coercitivas das propriedades estruturais da sociedade. Para Giddens (2009a, p. 30, 199, 209, 2018, p. 78), a estrutura não deve ser resumida às coerções, dado que é sempre simultaneamente restritiva e facilitadora. Com isso, o autor nega um determinismo radical de processos macrossociais e uma liberdade desqualificada da ação (Cohen, 1999, p. 411). A negação do termo “estrutura social” deriva da sua proximidade com uma posição evitada pelo autor, em que a estrutura é externa à ação humana (Giddens, 1989, p. 256). A estrutura não é “externa” aos indivíduos e tampouco deve ser tratada como uma “barreira” à ação, uma vez que perpassa o fluxo de conduta (Giddens, 2009a, p. 20, 29-30, 442, 2018, p. 79). Não ser “externa” significa que as propriedades estruturais não “agem sobre” alguém “como forças da natureza, para ‘compelir’ o indivíduo a comportar-se de um modo particular” (Giddens, 2009a, p. 213). No entanto, conforme elas se deslocam no tempo e no espaço, essas propriedades estruturais tornam-se exteriores às ações dos indivíduos, uma vez que as instituições (por elas formadas via dualidade da estrutura) se fixam com maior firmeza

³⁹ “modes of articulation and differentiation of the institutions whereof a society is constituted.”

no tempo e no espaço, o que sugere maiores dificuldades de transformação por agentes individuais (*id.*, 2009a, p. 201), o que implica em sua característica “ausência do sujeito” (*ibid.*, p. 29).

Para Giddens (2018, p. 78-79), as mesmas características estruturais que formam a personalidade humana (sujeito), formam também a sociedade (objeto). Isso corresponde ao conceito de dualidade da estrutura, central da teoria da estruturação, na qual os agentes e estruturas não são independentes (dualismo) e sim intrinsecamente vinculados (uma dualidade) (Giddens, 2009a, p. 30, 2018, p. 78). A estrutura é central no processo de reprodução social, uma vez que são elas que possibilitam a agência humana e, portanto, a própria interação. Por outro lado, a estrutura é igualmente constituída por essas agências no processo de reprodução social; são, portanto, os meios e os resultados da conduta humana (Giddens, 2009a, p. 30). Em outros termos, significa dizer que as mesmas regras e recursos mobilizados na agência, reproduzem as condições para a ação de mobilizar novas regras e recursos (Cohen, 1999, p. 435; Joas; Knöbl, 2017, p. 322). Além disso, regras e recursos são interdependentes, visto que os recursos “envolvem os aspectos semânticos e normativos do conhecimento mútuo” e, simultaneamente, “fornecem os meios pelos quais essas regras semânticas e normativas são aplicadas” (Cohen, 1999, p. 414). Pensar a estrutura como regras e recursos usados durante as condutas, não apenas significa a relação de restrição e capacidade que proporciona a liberdade do indivíduo, mas também que as estruturas estão sempre abertas à transformação (Domingues, 1995, p. 28). Giddens resume a relação entre estrutura e reprodução social, com um destaque a, mais uma vez, à influência da linguística, que, como bem destacou Domingues (1995, p. 27), é central em sua teoria da estruturação.

De acordo com a noção de dualidade da estrutura, regras e recursos são utilizados pelos atores na produção da interação, mas são assim também reconstituídos pelos atores na produção dessa interação. Estrutura é, portanto, o modo pelo qual a relação entre momento e totalidade se expressa na reprodução social. Essa relação é distinta da que está envolvida entre as “partes” e o “todo” na coordenação de atores e grupos nos sistemas sociais tal como postulado na teoria funcionalista. Quer dizer, as diferenças que constituem os sistemas sociais refletem uma dialética de presenças e ausências no tempo e no espaço. Mas essas só são trazidas à existência e reproduzidas por meio das diferenças de estruturas, expressas na dualidade da estrutura. As diferenças que constituem estruturas — e são constituídas estruturalmente — ligam a “parte” ao “todo” no mesmo sentido em que a emissão de uma sentença gramatical pressupõe o *corpus* ausente de regras sintáticas que constituem a língua como totalidade (Giddens, 2018, p. 79-80).

Giddens (2018, p. 75) rejeita a distinção usual de que as regras como “constitutivas” e “reguladoras”, uma vez que todas as regras compreendem os dois tipos. A regra de “não pegar as coisas dos outros”, por exemplo, embora regule a conduta dos indivíduos, constitui tanto os

que seguem (“honestos”) quanto os que quebram tal regra (“desonestos”). Da mesma forma, embora a “regra dos movimentos da rainha” seja constitutiva dessa peça no xadrez, também diz respeito ao que se pode ou não fazer. Mas a relação entre ambas destaca o papel das regras na constituição de significado e na sua conexão intrínseca com sanções (*id.*, 2009a, p. xxxv, 23). Giddens (2018, p. 16, 76-77) parte de Wittgenstein para relacionar as regras à prática. A partir do autor, Giddens estabelece que “saber como avançar” conforme as regras é uma forma de conhecimento. Uma vez que Giddens está em consonância à ênfase de Wittgenstein ao caráter prático das regras, estas, por sua vez, expressam-se sobretudo na consciência prática (*id.*, 2009a, p. 24-25). É nesse contexto que Giddens, mais uma vez, rejeita as associações usuais entre regras de xadrez e regras da vida social. O autor prefere os jogos infantis, pois neles não há um léxico de regras formais, mas sim regras tácitas (*id.*, 2018, p. 77).

Outro caso é o da fórmula (matemática, por exemplo) que, para o autor, encaixa-se perfeitamente na concepção de regras tal como usada na teoria da estruturação (*id.*, 2009a, p. 24-25). O entendimento da fórmula não está no nível discursivo, pois uma pessoa poderia expressá-la sem compreendê-la verdadeiramente. Para entender a fórmula, portanto, basta aplicá-la no contexto e do modo correto. Acrescenta-se a isso o que já foi mostrado anteriormente: para Giddens os indivíduos são competentes em suas práticas também porque sabem como aplicar as regras. Além disso, a fórmula é generalizável, uma vez que se aplica a muitos contextos e ocasiões. Com isso, não existe uma relação única entre uma regra e uma atividade particular (*id.*, 2018, p. 74).

Com isso em vista, Giddens define resumidamente as regras como “procedimentos generalizáveis”, que significam também, mais genericamente, “convenções” seguidas pelos atores (*id.*, 1989, p. 254-255). Nesse ponto, o autor se aproxima bastante de Goffman. O autor mostra como Goffman trabalha regras tácitas a partir da “demonstração de agência”. Essa demonstração não é uma regra em si, mas é realizada mediante convenções tácitas criadas pelos indivíduos. Essas convenções, segundo Giddens, incidem sobre a postura corporal, nos gestos, na modulação da voz, lapsos corporais e deslizes da língua. As ações do indivíduo conforme essa regra e as interpretações alheias sobre ela não apenas afetam a sua personalidade, mas “condicionam características enraizadas” da vida social (*ibid.*, p. 255). Portanto, as regras são usadas na “reprodução e na regularidade da práxis, um processo de reprodução que serve para regenerar essas regras como aspectos estabelecidos dos domínios sociais historicamente demarcados” (Cohen, 1999, p. 431).

A outra face da estrutura são os recursos. São propriedades estruturadas de sistemas sociais, constituídas e reproduzidas pelos agentes em suas condutas (Giddens, 2009a, p. 18).

Segundo Cohen (1999, p. 414), os recursos são o modo pelo qual os indivíduos intervêm e, portanto, alteram ou transformam a realidade através de sua ação social. Recursos podem ser definidos pelo que eles são e pelo que não são: por exemplo, o poder não é um recurso, ao passo que a ideologia é (Giddens, 2009a, p. 18, 2018, p. 17).⁴⁰ Além disso, a acessibilidade, as habilidades cognoscíveis envolvidas nas práticas desenvolvidas e o conhecimento discursivo das condições mais amplas relacionados aos recursos “sempre existem no interior de limites históricos e espaciais determinados” (Cohen, 1999, p. 416). Recursos e poder não se confundem em seus respectivos significados porque se o primeiro diz respeito aos meios pelos quais os indivíduos alcançam seus objetivos, o segundo trata-se da capacidade de exercer a agência em primeiro lugar (Giddens, 2009a, p. 18). Recursos podem ser divididos analiticamente entre alocativos e autoritários, que dizem respeito às capacidades de comando e controle sobre objetos ou fenômenos naturais (recursos alocativos) e sobre pessoas (recursos autoritários) (Giddens, 2009a, p. xxxv, 39, 443, 2018, p. 107). A sua distinção apenas “analítica” destaca que na dimensão material da prática social os recursos geralmente implicam ambas as formas. As palavras “capacidade”, “comando” e “controle” têm implicações sérias, que não podem ser ignoradas. Elas ilustram a relação entre estrutura, poder e dominação, algo central na dualidade da estrutura, que será abordado em momento mais oportuno.

A divisão dos recursos em alocativos e autoritários não implica em sobreposição de uma sobre a outra, ao contrário, o autor entende que ambas têm a mesma importância na vida social. Tal afirmativa nasce de sua crítica sobre as deficiências do marxismo e da “teoria da sociedade industrial”. Para Giddens (2009a, p. 304-305), o evolucionismo histórico de cunho marxista sempre enfatizou os recursos alocativos, uma vez que pensam a “transformação do mundo *material* como força motivadora genérica da história humana”. Essa corrente de pensamento descreve a história humana como uma mera “seqüência de expansões das ‘forças de produção’” (*ibid.*, p. 306). Além disso, essa tradição associa a dominação em primeiro lugar, e sobretudo, aos recursos alocativos (*id.*, 2018, p. 108). Uma vez que o marxismo pensa os recursos autoritários como mera derivação dos recursos alocativos, o resultado é uma “compreensão falha do sistema político do capitalismo industrial”, bem como “uma incapacidade de enfrentar o problema da natureza da autoridade nas sociedades socialistas” (*id.*, p. 2018, p. 108). O autor argumenta que os recursos autoritários são tão “infraestruturais” quanto os alocativos (*id.*, 2009a, p. 304), e estes, por sua vez, “não podem ser desenvolvidos sem a transmutação de

⁴⁰ Sobre a ideologia, cabe destacar a afirmação de Giddens (2018, p. 17): “a ideologia refere-se ao *ideológico*, entendido isto como a capacidade de grupos ou classes dominantes fazerem seus interesses parecerem universais para outros grupos ou classes. Tal capacidade é, portanto, um tipo de recurso envolvido na dominação”.

recursos autoritários” (*ibid.*, p. 306). O inverso também ocorre: como forma de criticar a posição do pensamento marxista, a “teoria da sociedade industrial” (a outra corrente de pensamento) trata os recursos alocativos como mero subproduto dos recursos autoritários. Com isso, sua importância é severamente diminuída, tanto no sentido analítico quanto histórico (*id.*, 2018, p. 108).

A dualidade da estrutura apresenta dois polos nos quais Giddens atribui possibilidades metodológicas de estudo: a análise da conduta estratégica em interação e a análise institucional, que penetra no universo passivo das estruturas (Domingues, 1995, p. 30-31; Giddens, 2018, p. 90). Essa metodologia se trata de uma *epoché* (suspensão do juízo) em cada um desses dois polos. Na análise da conduta estratégica, a análise institucional é posta em *epoché* e as modalidades são tratadas como conhecimento e recursos utilizados pelos indivíduos no curso das interações. Na análise institucional, a análise da conduta estratégica é posta sob *epoché* e as modalidades representam as regras e recursos tratados como características institucionais dos sistemas sociais (Domingues, 1995, p. 31; Giddens, 2018, p. 90). A partir de tal *epoché*, no polo da interação, há três dimensões da ação social: comunicação, poder e sanção. Da mesma forma, no polo das instituições, há três dimensões estruturais do sistema social: significação, dominação e legitimação. Central na dualidade da estrutura são as modalidades de estruturação, que fazem uma “ponte” entre essas duas frentes (Domingues, 1995, p. 31). Elas são: esquema interpretativo, facilidade e norma.

Trata-se de uma divisão analítica, uma vez que suas diferenciações internas são mobilizadas em conjunto no curso das ações. Por exemplo, no polo da interação, não há distinção entre comunicação de significado e sanção normativa nas ações sociais, pois “o próprio uso da linguagem é sancionado pela própria natureza de seu caráter público” (*ibid.*, p. 33-34). Ou seja, é preciso se basear em regras que sejam publicamente compreendidas, como ocorre ao utilizar as regras de um idioma, no ato de se comunicar. Além disso, os indivíduos recorrem às modalidades em interação, mas elas são, simultaneamente, “os meios de reprodução dos componentes estruturais dos sistemas de interação” (*id.*, 2018, p. 90). Nesse sentido, a mobilização de recursos por meio da ação tem relação intrínseca e evidente com os processos institucionais que as constituem. Nesse contexto, Turner (1988, p. 146-147) argumenta que as modalidades são “criadas” pelos indivíduos e que, se por um lado elas são combinadas e recombinadas para criar uma alta variação de normas, facilidades e esquemas interpretativos, por outro, as restrições institucionais incidem sobre esse processo em como tais regras e recursos estão disponíveis aos indivíduos e como elas podem ser transformadas. Importante destacar que, para Domingues (1995, p. 31), apesar de oferecer várias sugestões e

percepções criativas, é difícil saber o papel de tais modalidades, cujo significado Giddens precisa demonstrar empiricamente.

Para os interesses desta pesquisa, será dada maior ênfase para a relação entre poder e dominação. Cabe antes destacar que os esquemas interpretativos “são os modos de tipificação incorporados aos estoques de conhecimento dos atores, aplicados reflexivamente na sustentação da comunicação” (Giddens, 2009a, p. 34). As normas, por outro lado, podem ser referidas como a relação entre “os direitos e as obrigações ‘esperadas’ dos participantes numa gama de contextos de interação” (*ibid.*, p. 35). A modalidade criada pelos indivíduos entre a dominação e o poder é a “facilidade”, ou facilitadores (como prefiro), que basicamente refere-se aos recursos alocativos e autoritários, utilizados pelos indivíduos em suas ações, a reproduzir as estruturas de dominação e, com isso, as condições (desiguais) de recursos que são característicos das relações de poder. Turner (1988, p. 146) tem uma visão parecida ao referir-se às facilidades como os recursos utilizados pelos indivíduos.

Uma definição sobre o poder foi feita ao longo deste texto de forma implícita, mas cabe uma descrição mais sistemática dessa categoria, central na teoria da estruturação. Para isso, convém repetir o que já foi anteriormente demonstrado no que diz respeito à agência e estrutura (em especial os recursos) no pensamento de Giddens. O autor define inúmeras vezes o poder como uma *capacidade* de obter resultados e que, portanto, está intrinsecamente ligado à ação (Giddens, 2009a, p. 10, 204, 334, 2018, p. 77, 96). Se, para Giddens (2018, p. 96), a ação “envolve intervenção em eventos no mundo, produzindo resultados definidos”, e o poder a capacidade de “alcançar tais resultados”, isso significa em uma anterioridade do poder em relação à agência e, portanto, à subjetividade (Cohen, 1999, p. 409; Giddens, 2009a, p. 17-18; Joas; Knöbl, 2017, p. 318).

Entendido dessa maneira, o poder não pode ser pensado como uma propriedade intrinsecamente nociva, servindo de obstáculo à liberdade ou à emancipação, mas seu próprio veículo. Isso corresponde a uma crítica ao pensamento marxista, por relacionar o poder intrinsecamente ao conflito e aos interesses de classe (ou seccionais) (Giddens, 2009a, p. 37, 302-303, 2018, p. 17). Entender o poder dessa maneira tem implicações sérias no pensamento marxista, uma vez que sua relação com o progresso da “História” implica em um evolucionismo linear que Giddens (2009a, p. 304-305) quer negar. Em última instância, a relação intrínseca entre conflito de classes e poder supõe que, ao superar o capitalismo (e, portanto, o conflito de classes), superar-se-ia também o poder (*ibid.*, p. 302).

Como já destacado, a história na teoria da estruturação é feita por consequências não intencionais de ações intencionais. Os indivíduos utilizam inúmeros recursos para alcançar seus

fins de forma específica e em constante mudança, e, precisamente porque os efeitos colaterais das ações nunca podem ser previstos, “a história sempre apresentará pontos de inflexão e novos começos, a partir dos quais pode ser possível observar um desenvolvimento contínuo — *por um tempo*” (Joas; Knöbl, 2017, p. 332). Nesse sentido, “o que quer que a ‘História’ seja, por certo ela não é primordialmente ‘a história das lutas de classes’, e a dominação de classe, mesmo em ‘última instância’” (Giddens, 2009a, p. 301-302). Além disso, é incorreto tratar o poder como inerentemente divisor, embora existam conflitos na vida social vistos corretamente como “lutas pelo poder” (*ibid.*, p. 334). Embora o poder possa estar vinculado aos interesses de classe, isso nada tem a ver com a sua definição (*ibid.*, p. 18, 301-302).

É claro que é uma insensatez ignorar as suas propriedades coercitivas e, portanto, a natureza do poder é ser tanto capacitador quanto coercitivo. Giddens (2009a, p. 206) as define como “sanções”, com múltiplas características, desde a violência física até a expressão moderada de desaprovação. Entender o poder como não apenas coercitivo, mas também capacitador (e facilitador), tem implicações sérias em sua teoria, como ocorre com o conceito de dialética de controle (ou de dominação). Isso porque “*um agente que não participa minimamente da dialética do controle deixa de ser um agente*” (*id.*, 2018, p. 152). Só em condições de exceção os indivíduos são incapazes de resistir às sanções emitidas em relações (desiguais) de poder (*id.*, 2009a, p. 206-207), como um indivíduo em uma camisa de força (*id.*, 2018, p. 152). Por mais opressivas e abrangentes que as sanções sejam, há sempre algum grau de aquiescência por parte daqueles que subordinam, o que sugere uma relação de troca de influências recíprocas junto aos subordinados. Giddens define esse processo como dialética do controle, sendo o controle a capacidade de influenciar as circunstâncias da ação de outros (*id.*, 2009a, p. 334). Esse conceito nega que as estruturas de dominação firmadas em instituições sociais produzem “corpos dóceis”, e propõe que existam relações regularizadas de autonomia e dependência nos contextos de interação social, e que todas as formas de dependência possibilitam a influência dos subordinados a seus superiores (*ibid.*, p. 18-19).

Esse conceito define os seres humanos como ontologicamente capacitados e conhecedores de suas realidades sociais. Como já visto, trata-se de indivíduos que conhecem a vida social na qual participam, e assim o são porque conseguem aplicar corretamente seu estoque de conhecimento em suas práticas, que pressupõe uma série de regras sociais. Descrever indivíduos profundamente conhecedores de suas realidades sociais implica poderem agir coerentemente em inúmeros contextos, mesmo naqueles em que estão desfavorecidos. Aqui, mais uma vez, Giddens se aproxima de Goffman, não apenas ao descrever indivíduos capacitados (dotados de tato), fruto de uma consciência prática residual em Goffman. Na

verdade, importa que, justamente por conta de tais características, os indivíduos são criativos a ponto de mobilizar tudo o que têm a seu alcance para escapar, esquivar ou mesmo evitar situações nas quais as relações de poder os colocam em desvantagem. Joas e Knöbl (2017, p. 325) seguem linha semelhante ao afirmar que, nas análises de Goffman (e dos interacionistas simbólicos de modo geral), “a vida em instituições, mesmo em instituições totais, é sempre ‘negociada’ em algum grau”. Como mostrado no capítulo passado, Goffman (1985, 2011) dedica-se profundamente a entender esses processos, apresentando uma constelação de conceitos que sugerem o caráter criativo dos indivíduos, como o gerenciamento de impressões e o ritual de evitação.

Giddens fornece uma série de exemplos nos quais a dialética de controle é visível. Um dos exemplos mais interessantes é o do campo de concentração nazista. Anteriormente, foram descritos os efeitos danosos proporcionados pelas quebras de rotinas. Os indivíduos mais resignados tornavam-se “cadáveres ambulantes”, o que significava uma ruptura da personalidade e do próprio self (Giddens, 2009a, p. 72-73). No entanto, Giddens também descreve um processo de ressocialização e reconstrução da personalidade por parte dos indivíduos mais resistentes e, em geral, há mais tempo nos campos. Essa reconstrução, entretanto, por vezes baseava-se na figura dos seus opressores, decorrente da “introjeção dos valores normativos da SS” (*ibid.*, p. 73-74). No contexto em que viviam, sustentavam uma posição superior em relação aos outros. Giddens também pensa a dialética de controle em situações rotineiras, como quando o autor se refere à escola, um recipiente de poder disciplinar:

A sala de aula, tal como a escola, é um “recipiente de poder”, mas não um que meramente produza “corpos dóceis” em grande quantidade. Os contextos de co-presença, conforme já enfatizei, podem ser descritos como cenários, e estes têm de ser reflexivamente ativados por figuras de autoridade no processo de fazer com que essa autoridade conte. A disciplina através da vigilância constitui um veículo importante para gerar o poder; não obstante, ela depende de uma complacência mais ou menos contínua daqueles que são seus “súditos”. A obtenção dessa complacência é, em si mesma, um cometimento frágil e contingente, como todo professor sabe. O contexto disciplinar da sala de aula não é apenas um “pano de fundo” para o que se desenrola na classe; está mobilizado dentro da dialética de controle. Uma classe escolar é um envolvimento face a face que tem de ser reflexivamente administrado, com qualquer outro (*ibid.*, p. 160).

A menção às instituições que fornecem “poder disciplinar” e o termo “corpos dóceis” é uma crítica evidente a Michel Foucault. O poder é definido como a ação sobre a ação do outro (a condução das condutas), em que o Estado é a instância com maior capacidade de exercer tal feito, por sua própria definição. O destaque do Foucault é a capacidade do Estado em delimitar

a subjetividade dos indivíduos, incidir sobre os processos de subjetivação, por vezes através da violência: “ela força, ela dobra, ela quebra, ela destrói: ela fecha todas as possibilidades: ela não tem, então, junto a ela, outro polo senão o da passividade; e se ela encontra uma resistência, não tem outra escolha senão empreender reduzi-la” (Foucault, 2014, p. 132). Nesse sentido, as perspectivas de Foucault são bastante similares às de Max Weber sobre a burocracia, algo percebido também por Giddens (2009a, p. 178-180), e, com isso, comete os mesmos erros ao enxergar um horizonte demasiadamente pessimista e com pouca capacidade criativa dos indivíduos. Embora o autor acerte em relacionar o conhecimento (científico, principalmente) ao poder (via Estado), algo que é aproveitado por Giddens (Joas; Knöbl, 2017, p. 325, 328, 331), não relaciona o poder com uma “descrição satisfatória de agência e cognoscitividade” (Giddens, 2009a, p. 303).

A questão não consiste somente em que os seres humanos resistem a ser tratados como autômatos, o que Foucault aceita; a prisão é um local de luta e resistência. Trata-se sobretudo do fato de que os “corpos” de Foucault não são agentes. Até as mais rigorosas formas de disciplina pressupõem que os que lhes estão submetidos são agentes humanos “capazes”, sendo essa a razão de eles terem de ser “educados”, ao passo que as máquinas são meramente projetadas. Mas, a menos que estejam sujeitos à mais extrema privação de recursos, os agentes capazes são suscetíveis de se submeterem à disciplina unicamente durante partes do dia — geralmente como uma concessão em troca de recompensas que derivam de se ficar liberto dessa disciplina em outros períodos (*ibid.*, p. 182).

A dialética de controle é também uma crítica a Weber e a sua teoria da burocracia. Para o autor, uma das implicações do avanço da burocratização é que o poder e a autoridade (no sentido do autor) foram fortemente drenados para o topo da hierarquia, o que corresponde ao declínio progressivo na autonomia da ação dos que ocupam os escalões inferiores (*id.*, 2018, p. 150). Há um contraste generalizado “entre a autonomia da ação de que os atores desfrutam em comunidades tradicionais e a organização ‘férrea’ dos sistemas burocráticos envolvidos”. Mas Giddens acha que tal suposição é inconsistente por haver outras formas de coletividade tradicional que deram pouca autonomia à parte de seus membros (em especial aos mais subordinados), como as mulheres nos sistemas de famílias patriarcais (*ibid.*, p. 150-151). Para Weber, esse processo é tão enraizado e difícil de reverter (em especial pelos mais afetados por ela), “que as esperanças de transformação radical manifestadas pelos autores não parecem mais do que desejos piedosos” (*ibid.*, p. 150). No entanto, Giddens critica a teoria de Weber, que descreve um enrijecimento das hierarquias de poder mediante ao avanço da burocratização, uma vez que “quanto mais rígidas e inflexíveis as relações formais de autoridade dentro de uma organização, maiores são de fato as possíveis aberturas para contorná-las” (*ibid.*, p. 151).

Giddens (2018, p. 96) destaca que o poder em Weber faz parte do mesmo dualismo tradicional da teoria social. Junto a Thomas Hobbes e Robert Dahl, trata o poder como “um fenômeno da ação desejada ou intencional”, ou seja, como a capacidade de alcançar os resultados pretendidos. Outra tradição, relacionada a Hannah Arendt, Talcott Parsons e Nikos Poulantzas, pensa o poder como “uma propriedade da comunidade social, um meio pelo qual se realizam interesses comuns ou de classe”. Relacionado a isso, cada uma dessas tradições define a dominação à sua maneira. A primeira, como “*uma rede de tomada de decisões*”, a operar contra um “pano de fundo institucional não examinado”. A segunda, define a dominação como um “fenômeno institucional”, cujas implicações podem ser a desconsideração do poder como uma realização ativa dos indivíduos e/ou como determinado pelas instituições. Apesar de definir o poder como capacidade, o que evidentemente influencia Giddens, é importante destacar que o autor é contra a visão do “jogo de soma zero” do poder, comumente atribuída a Weber. Nesse sentido, para alguém manifestar poder, outro tem que perder poder. Giddens faz ainda coro às críticas de Parsons, que pontua a possibilidade de acumulação ou produção de poder sem a perda por parte de qualquer um dos interagentes, e que, na verdade, o poder poderia aumentar em cooperação (Joas; Knöbl, 2017, p. 323-324).

Giddens faz parte do conjunto de pensadores que tentam conectar essas duas tradições em uma teoria unificada do poder. Segue o modelo de Peter Bachrach e Morton S. Baratz em ver no poder “duas faces” (Giddens, 2018, p. 97). Junto à noção de “capacidade”, o poder também conta com a sua outra face: a da “mobilização de partidarismos” construídos em instituições, uma esfera de “práticas implicitamente aceitas e incontestáveis” e, portanto, de “não tomada de decisões” por parte dos indivíduos. Essa teoria representa, por um lado, a capacidade de indivíduos em colocar em prática seus objetivos e, por outro lado, a “mobilização de tendências” embutidas nas instituições (*id.*, 2009a, p. 18). No entanto, a proposta dos autores ainda é insatisfatória para analisar como o poder se estrutura em instituições, pois a ideia de “não tomada de decisões” ainda é entendida como propriedade dos agentes e não das instituições sociais. Há, portanto, a ausência dos processos de dominação como um “fenômeno institucional”, tal como destacado na segunda tradição acima mencionada.

Há também a teoria tridimensional do poder, de Steven Lukes. A terceira face do poder são os “interesses” e, dentro disso, a capacidade de influenciar outros indivíduos contrariamente aos seus próprios interesses. No entanto, Giddens destaca que não existe razão para supor que influenciar os interesses contrários dos outros é diferente de influenciar na mesma direção, além de não haver nenhuma ligação lógica entre interesses e poder (*id.*, 2018, p. 98). Embora Lukes pense o poder como intrinsecamente ligado à ação e siga a mesma proposição de Giddens, em

que só pode “agir de outra forma” quem exerce o poder, o autor repete o mesmo dualismo ao separar a estrutura desse processo (*ibid.*, p. 99). A teoria do poder de Giddens tem por objetivo resolver esse problema do dualismo e, como é de se esperar, pensar o poder como uma dualidade, que liga agência e estrutura. Para isso, segue a mesma linha de Bachrach e Baratz ao pensar definir o poder com duas faces (e não três, como Lukes) (*id.*, 2009a, p. 18). Tal qual os autores, trabalha para unir as duas tradições do poder, como capacidade e como propriedade/produção coletiva, mas no contexto da dualidade da estrutura.

Para entender a conexão entre as duas tradições, é preciso voltar ao tema da dualidade da estrutura e dos recursos. Na dualidade da estrutura, as modalidades que ligam a dominação (estrutura) e poder (interação) são os facilitadores (ou facilidades). Esses são, precisamente, os recursos necessários sem os quais tanto o poder quanto a dominação não existiriam. Um indivíduo sem recursos de nenhum tipo (a começar pela linguagem) não tem a capacidade de “inserir a diferença no mundo”. Coletivamente, isso significa que as estruturas de dominação não seriam formadas. Os recursos, portanto, “são os meios pelos quais o poder é exercido e estruturas de dominação reproduzidas” (*id.*, 2018, p. 99). Isso significa que a dominação é fruto do poder, uma vez que é apenas através dessa categoria que os recursos são mobilizados. Por outro lado, o poder é constituído pelas estruturas de dominação que, por definição, distribuem desigualmente os recursos para os indivíduos (Giddens, 2009a, p. 304, 2018, p. 149). A ação social imbuída de poder reproduz as estruturas de dominação que fornecem desigualmente os recursos entre os indivíduos e, assim, reproduzem as relações (desiguais) de poder. Trata-se de “duas faces” do mesmo processo: ao dizer que “o poder é gerado por formas definidas de dominação, de maneira semelhante ao envolvimento das regras com as práticas sociais” (Giddens, 2018, p. 78), significa dizer que os indivíduos acessam as estruturas de dominação mediante suas ações (e, portanto, via poder), reproduzindo as próprias condições nas quais o poder surgirá. Ao insistir no termo “duas faces”, Giddens destaca a dualidade da estrutura em que, através da modalidade criada pelos indivíduos (recursos), o poder e a dominação surgem *na mesma ação*. Isso é abordado mais resumidamente no trecho a seguir:

Recursos são os meios pelos quais a capacidade transformadora é empregada como poder no curso rotineiro da interação social; mas ao mesmo tempo elementos estruturais dos sistemas sociais enquanto sistemas, reconstituídos através de sua utilização na interação social. [...] O “poder” intervém conceitualmente entre as noções mais amplas de capacidade transformadora, por um lado, e de dominação, por outro; poder é um conceito relacional, mas só opera como tal por meio da utilização da capacidade transformadora gerada por estruturas de dominação (*ibid.*, p. 99-100).

2.3 Giddens e a “evitação”: possibilidades e limitações

Para terminar este capítulo, convém trazer o objeto desta pesquisa para pensar junto à teoria de Giddens. Importante destacar que o autor sequer menciona o conceito, mas a sua teoria permite implicações interessantes, uma vez que o autor supera algumas lacunas de Goffman. No capítulo passado, a evitação foi descrita como a distância que um indivíduo mantém do outro para não violar a sua esfera ideal ou para não violar a própria esfera ideal, caso o outro seja visto como impuro. Cabe destacar também que tal afastamento pode referir-se ao espaço, a informações ocultas e à intimidade (Goffman, 2011, p. 65-68, 71-72). O conceito foi relacionado à categoria do poder, mas como tal categoria não é sistematicamente trabalhada por Goffman, há limitações que precisam ser superadas. A proposta é que a teoria de Giddens, apresentada neste capítulo, é adequada para seguir esse objetivo. Os avanços que o autor permite fazer resumem-se principalmente a três pontos: (a) maior descrição sobre os processos da consciência, cujas implicações permitem descrever melhor as motivações dos indivíduos; (b) maior análise sobre as relações entre integração social e sistêmica, que permitem superar os problemas do “acoplamento frouxo” (“loose-coupling”) propostas por Goffman; (c) uma definição mais cuidadosa e mais sistemática sobre o poder que, a partir da sua relação com o conceito de “estrutura”, permite ligar o que é ausente e o que é presente na interação social, o que Giddens chama de dialética da presença e ausência. Cabe discorrer como esses três avanços são importantes para os objetivos desta dissertação.

As duas primeiras podem ser tratadas conjuntamente, especialmente no que diz respeito à relação entre motivação e rotina. Giddens (2009a, p. 81) defende que as análises de Goffman “pressupõem a existência de agentes motivados, em vez de investigar a motivação humana”, além da sua possível rejeição da ideia de inconsciente. Nesse sentido, a descrição do inconsciente e suas necessidades de confiança e segurança ontológica como motivação para manter a eficácia da consciência prática detalha com maior precisão os impulsos da evitação frente a uma situação qualquer. Isso permite relacionar a apresentação inadequada do self aos riscos interacionais que dela se originam e fornece maior profundidade ao conceito de evitação. Pode-se argumentar na direção de que, em Goffman, as motivações são irrelevantes, como Rawls (1987, p. 136) de fato faz. Uma implicação disso é que a importância não está na motivação por trás da apresentação do self e sim que existem restrições (“constraints”) impostas aos indivíduos a apresentar o self de determinada maneira. A citação a seguir aponta o problema demonstrado por Rawls dos “motivos mistos” na teoria de Goffman:

Essas duas explicações — contrato social e consenso social — levantam questões e dúvidas óbvias. Os motivos para aderir a um conjunto de acordos não precisam nos dizer nada sobre os efeitos de fazê-lo. Cooperação eficaz na manutenção de expectativas não sugere crença na legitimidade ou na justiça de conformar-se a um contrato de convenção em geral (qualquer que seja o contrato), nem crença pessoal no valor cabal nas normas particulares envolvidas. Os indivíduos aceitam os acordos vigentes da interação por uma ampla variedade de razões e não se pode interpretar a partir de um aparente apoio tácito a um acordo que eles iriam, por exemplo, ressentir ou resistir à mudança. Com muita frequência, por detrás da comunidade e do consenso estão jogos de motivos mistos (Goffman, 2019, p. 579-580).

Como visto, a conotação de “motivos” em Goffman nem sempre é clara. O autor aborda que os indivíduos têm “motivos mistos”, o que tornaria, para Rawls, a explicação pela motivação irrelevante. Mas a conotação de motivos aqui parece muito mais próxima a “razões”, como está claro no trecho acima destacado. Como já destacado, a motivação é o “potencial” inconsciente da ação e não uma descrição sobre como ou por quais razões uma ação foi feita: “embora atores competentes possam quase sempre informar discursivamente sobre suas intenções ao — e razões para — atuar do modo que atuam, podem não fazer necessariamente o mesmo tocante a seus motivos” (Giddens, 2009a, p. 7). Se o argumento de Rawls é em torno da centralidade da apresentação do self por conta de restrições da ordem da interação, isso significa que tal apresentação é menos motivada?

O que se pode inferir disso é que, para Giddens, a “motivação” em Goffman está latente, uma vez que descreve indivíduos motivados. Uma vez que a apresentação do self é uma condição da vida social, sua motivação é manter a previsibilidade dos eventos em relação à definição da situação e, dentro disso, evitar riscos interacionais que provocam ansiedade. Para Giddens (2009a, p. 82), isso pode ser visto sobretudo no interesse dos indivíduos em preservar a contiguidade social: “a ênfase sobre a prevalência do tato em encontros sociais, a reparação das tensões no tecido social e a manutenção da ‘confiança’ sugerem, sobretudo, uma preocupação predominante com a proteção da continuidade social, com os mecanismos íntimos da reprodução social”. Rawls (1987, p. 144), no entanto, argumenta que essas são as preocupações de Giddens e não de Goffman. Contudo, uma análise mais minuciosa sobre a interpretação de Giddens mostra haver mais proximidade do que Rawls assume.

O argumento de Giddens é que, dentro disso, a rotina cumpre um papel fundamental, uma vez que ela significa a manutenção da segurança ontológica e das fontes inconscientes de confiança (*ibid.*, p. 332). Isso corresponde à eficácia do estoque de conhecimento, uma vez que, se a segurança ontológica corresponde ao sentimento de que “os mundos natural e social são como parecem ser” (Giddens, 2009a, p. 444; Turner, 1988, p. 47-48), isso está ligado ao

conhecimento aplicado ao nível da prática cotidiana (rotineira). Embora não exista uma descrição minuciosa sobre os processos da consciência e do inconsciente, o que permitiria analisar melhor os processos referentes à segurança ontológica e à confiança, o significado desses temas é implícito em sua teoria geral. A relação entre definição da situação e projeção expressiva através das ações é totalmente dependente de uma eficácia do estoque de conhecimento ao nível prático da vida social, caso contrário (e isso Goffman descreve com bastante minúcia) podem ocorrer inúmeras impropriedades situacionais, cujo resultado pode ser resumido como o conflito ou o constrangimento.⁴¹ Em suma, Giddens quer mostrar que manter a rotina e a apresentação coerente do self são duas motivações interdependentes, pois é na medida em que se mantém a rotina que a apresentação coerente do self é possível, e esta, por sua vez, reforça a rotina, uma vez que se trata do estoque de conhecimento bem aplicado na prática das regras cotidianas (consciência prática).

A preocupação com a continuidade social está vinculada à manutenção da segurança ontológica e com o prosseguimento dos encontros, cuja sequencialidade forma as rotinas. Giddens entende que as pessoas querem manter o caráter antecipável da vida, e que, portanto, é força motriz das ações que essa continuidade seja preservada. Qualquer conotação de que a continuidade social, nesse caso, é relacionada à integração sistêmica (reprodução social espaço-temporalmente deslocada), não pode ser verdadeira. É preciso considerar que, em Giddens, a manutenção da rotina como um processo mais amplo (institucional) é uma consequência não intencional dos atos intencionais que formam os encontros sociais. A reprodução social, a constituição de instituições e, portanto, a própria “História”, são frutos de consequências não intencionais e, portanto, é contingente (Giddens, 2009a, p. 304-305). Nesse sentido, parece pouco provável que as motivações dos indivíduos, segundo Giddens, estejam intencionalmente relacionadas à reprodução institucional. Isso fica ainda mais evidente, quando, ao abordar o tema da motivação em Goffman, Giddens se refere à integração social e não à sistêmica:

Uma das mais gritantes lacunas nos escritos de Goffman é a ausência de uma descrição da motivação. Nas seções precedentes, procurei remediar isso sugerindo que a confiança e tato, como propriedades básicas que os participantes levam para os encontros, podem ser interpretadas em termos da relação entre um sistema de segurança básico, a manutenção (na práxis) de um senso de segurança ontológico, e a natureza rotineira da reprodução social que os agentes habilidosamente organizam. A monitoração do corpo, o controle e uso do rosto no *face work*, eis os fatores fundamentais para a integração social no tempo e no espaço (*ibid.*, p. 101).

⁴¹ Isso corresponde a praticamente todo o trabalho inicial de Goffman, mais precisamente o seu primeiro: “A Representação do Eu na Vida Cotidiana”. Em “Ritual de Interação”, o terceiro capítulo (“constrangimento e organização social”) tem particular importância nesse contexto. Cabe destacar que a centralidade dos sentimentos como uma forma de resposta à ação inadequada não diz respeito apenas ao constrangimento, mas também à culpa e à vergonha (Scheff, 2018).

Com isso, pode-se reforçar a ideia de que, para Giddens, as motivações teoricamente latentes nos textos de Goffman estão relacionadas às rotinas, e essas, por sua vez, estão intrinsecamente ligadas à apresentação do self. Não por acaso, Giddens destaca constantemente a importância do tato e, no caso acima, do *facework*. Cabe destacar que essa rotina pode ser abalada de formas distintas, com implicações mais ou menos substantivas. Uma possibilidade de conexão do “abalo” da rotina e da segurança ontológica nas teorias de Goffman e Giddens pode ser visto da seguinte maneira: como Goffman está mais preocupado com a ordem da interação e com consequências pouco duradouras, reclusas ao encontro em questão, os efeitos dos riscos interacionais são meros constrangimentos passageiros; como Giddens, por outro lado, está mais preocupado com as consequências substantivas que ligam o encontro às rotinas, que transcende e permeiam outros encontros, as consequências são mais profundas e afetam a personalidade dos indivíduos, o que foi amplamente discutido pelas situações críticas de campos de concentração. A proposta aqui é que tais processos são interpenetráveis.

Nesse contexto, a evitação mantém o caráter previsível da interação, uma vez que, por definição, trata-se da tentativa de impedir qualquer ruptura que esteja iminente de ocorrer, incluindo a isso a esquivar a um “foco de ruptura” que serve de potencial conflituoso ou constrangedor.⁴² Trata-se da utilização do conhecimento para definir corretamente a situação e projetar expressivamente no fluxo da ação. A evitação utiliza-se da consciência prática para manter “as coisas como estão” e não permitir que as expectativas de um risco iminente se cumpram. Nesse sentido, mesmo que no nível micro da interação, a evitação mantém o caráter rotinizado da interação presente, no sentido da “normalidade”. A evitação em Goffman diz respeito à situação social presente, mas Giddens permite pensar esse processo em uma escala espaço-temporalmente mais ampla com o conceito de rotinas, especialmente com as “situações críticas”.

Outro avanço que Giddens proporciona é com o conceito de “estrutura” (enquanto regras e recursos) e, por extensão, a dialética da presença e ausência. Isso está inteiramente vinculado aos processos de integração social, e ajuda a superar o problema do “acoplamento frouxo” (“loose-coupling”) em Goffman. Giddens (2013, p. 317) mostra que Goffman repudia “a ideia de que haveria muitas conexões diretas entre a ordem da interação e características mais amplas das instituições”. Da mesma forma que no caso do inconsciente, essa relação problemática entre ordem da interação e estrutura social (leia-se, instituições ou organização

⁴² Para um indivíduo constantemente rotulado como potencial contraventor, é natural evitar maiores contatos com a polícia militar. É esse o sentido de “foco de ruptura” atribuído aqui.

social) é uma escolha de Goffman com vista a destacar o domínio distinto da ordem da interação (*ibid.*, p. 319). Por conta disso, a maior parte da obra sobre a interação social tem uma “tonalidade homogênea” devido a exemplos de mesma relevância. Goffman não faz uma distinção “entre contextos de interação que afetam aqueles situados fora deles e contextos que não os afetam” (*ibid.*, p. 319). Ou seja, Goffman não pensa com maior cuidado a relação entre presença e ausência na interação. Para Giddens, “a ‘presença’ — aquilo que o indivíduo traz e emprega em qualquer situação da conduta, haja ou não pessoas na situação — é sempre mediada por aquilo que está ausente” (2013, p. 323). Embora Goffman reconheça a biografia e os conhecimentos culturais compartilhados como algo que os indivíduos carregam consigo de outras interações (*ibid.*, p. 316), não há uma sistematização sobre esse processo na teoria da ordem da interação, como pode ser visto na ausência de maior sistematização de relações institucionais de poder (*ibid.*, p. 319).

Goffman quer destacar o caráter imanente da ordem da interação e estabelecer uma autonomia em relação a processos institucionais para evitar um determinismo na ação dos indivíduos em interação. As preocupações com um determinismo estrutural são justificáveis, mas a distinção reproduz um dualismo que Giddens não aceita. Embora a ação dos indivíduos possa estar ligada à dimensão situacional, isso não significa que a situação social em questão não tenha ligações com uma gama de outros processos deslocados espaço-temporalmente, que ligam a uma série de instituições (Giddens, 2013, p. 322). Um exemplo sempre recorrente em Giddens é a linguagem e seu uso nas conversas cotidianas. Esse exemplo confirma a crítica de Giddens a Goffman de que uma interação social não pode ser completamente entendida sem a relação com outras interações que a servem de apoio contextual. Isso também se refere à relação de *feedback* entre consequências não intencionais e condições não reconhecidas da ação, realizada em encontros sociais ratificados:

Goffman é brilhante ao demonstrar que aqueles que parecem ser aspectos triviais e irrelevantes do comportamento cotidiano são na verdade repletos de implicações para a interação entre indivíduos copresentes. Porém, muitos desses aspectos têm muito mais relação com a reprodução de instituições do que Goffman admite. [...] Um dos exemplos mais óbvios é a própria linguagem. Goffman analisa mecanismos de conversa pelos quais a comunicação é levada a cabo entre falantes copresentes e pelos quais seus feitos são “concretizados”. Ora, a conversa não é apenas uma expressão situada de linguagem; é o principal meio pelo qual a linguagem, como forma geral, existe. As propriedades estruturais gerais da linguagem, isto é, as regras e os procedimentos generalizados do seu uso, não são propriedades de qualquer sujeito individual, mas de uma comunidade de linguagem que perduram por longas extensões de tempo e espaço. O conhecimento dessas propriedades é o meio pelo qual a conversa é produzida, enquanto os elementos situacionais usados para “fazer a conversa acontecer” reproduzem o que a linguagem é como forma estruturada (*ibid.*, p. 320-321).

No contexto da evitação, as ideias de Giddens sobre a presença e ausência são muito valiosas, e permitem superar as lacunas do “acoplamento frouxo” de Goffman. Isso pode ser visto a partir do exemplo de indivíduos “desacreditáveis”, que sofrem constantemente com rotulação e/ou estigmatização. São indivíduos que, por sua própria existência, têm obstruções ao gerenciamento de impressões⁴³ devido às expectativas normativas⁴⁴ estabilizadas sobre as categorias às quais pertencem.⁴⁵ A relação entre gerenciamento de impressão e expectativas normativas foram analisadas no capítulo passado, mas sobretudo o que está presente nas interações e não o que está ausente (mas cuja influência existe). A importância de Giddens é justamente por conseguir definir com maior precisão uma dialética de presença e ausência na interação, notadamente nos recursos. Parte dessas expectativas normativas são sustentadas pelos recursos manifestados pelos indivíduos ao agir, portanto, ao gerenciar as impressões. A aparência (roupas, por exemplo) é um exemplo básico de recursos que as pessoas usam para, no mínimo, apresentar o self coerentemente para a ocasião social e, com isso, ter o direito de que a sua esfera ideal seja respeitada (Goffman, 1985, p. 29-31). Ocorre que a utilização de certos tipos de roupas por certa identidade categórica pode representar expectativas normativas sobre essas pessoas. A conexão entre tais fatores pode sancionar uma série de abusos a essas pessoas.

Isso pode ser pensado a partir da pesquisa de Kathya Araujo sobre a experiência cidadã desigual frente às assimetrias de classe e aos abusos que delas decorrem. A autora faz uma série de descrições sobre a associação entre classe social (pobreza) e delinquência a partir da aparência (roupas) no contexto chileno. Para a autora, a aparência dos homens, especialmente os jovens, está ligada com a suspeita da associação entre pobreza e delinquência (Araujo, 2009, p. 60-61). A aparência é um elemento de cidadania e define o modo de ser tratado pelos outros, bem como o grau de violência que estarão expostos àqueles que representam as instâncias de controle social, como as polícias e os guardas de segurança privada (*ibid.*, p. 61). A autora ainda

⁴³ Influência, com maior ou menor grau de intencionalidade, sobre a definição da situação alheia (Goffman, 1985, p. 13). Esse conceito é melhor trabalhado no capítulo anterior.

⁴⁴ Conjunto de pré-concepções estereotipadas em relação ao comportamento ou caráter de alguém e que, por extensão, traça uma expectativa sobre o que o indivíduo *deve ser* (*id.*, 2008, p. 12, 61-62). Esse conceito é melhor trabalhado no capítulo anterior.

⁴⁵ O sentido aqui dado a essas obstruções é que elas dizem respeito à intencionalidade dos indivíduos que incidem sobre esse gerenciamento de impressão. Isso não significa que as impressões deixem de ser criadas, algo que é impossível para Goffman (1985). Como visto no capítulo passado, a expressividade é uma condição da ação social. As impressões alheias sempre são criadas, a despeito da intencionalidade do indivíduo. Isso faz parte de todo modelo da dialética da interação, em que os indivíduos precisam sustentar impressões do comportamento alheio para definir a própria situação.

completa que o tratamento diferenciado deriva das expectativas e associações em torno da pobreza, como a suspeita de delinquência (*ibid.*, p. 63-64).

Ao tratar a aparência, ou mais especificamente as roupas, no contexto da teoria da estruturação, pode-se observar uma relação interessante entre Giddens e Goffman sobre o conceito de evitação. O que o exemplo permite perceber é que as expectativas normativas, que, como mostrado no capítulo passado, servem como obstrução do gerenciamento de impressões, são relacionadas à distribuição desigual dos recursos (alocativos e autoritários) das estruturas de dominação. As roupas são categorias presentes, mas a distribuição desigual de recursos que incidem sobre a aquisição dessas roupas são categorias ausentes, mas que fazem total diferença na situação. No exemplo acima, certos tipos de roupas referem-se a determinada classe social e servem de identificadores dessa classe. Uma vez que esses indivíduos só têm recursos para utilizar essas roupas, são logo identificados como “pobres”, e seu gerenciamento de impressão (frente aos “carabineros”⁴⁶, por exemplo) torna-se desigual em relação àqueles que não têm as mesmas limitações de recursos e, portanto, não sofrem as mesmas expectativas normativas.

Essa relação entre expectativas normativas e gerenciamento de impressão está intrinsecamente vinculada ao conceito de evitação. Uma vez que os indivíduos compreendem a si mesmos como desacreditáveis perante os outros, podem assumir comportamentos de maneira a querer “evitar” os riscos iminentes. Se as expectativas normativas são “obstruções” ao gerenciamento de impressão quando são criadas pelos outros, elas também são “estabilizadores” do ponto de vista do indivíduo de referência. É o próprio estoque de conhecimento mobilizado para ponderar expectativas de causa e efeito sobre a ação do outro que serve para limitar a contingência e criar um horizonte antecipável. Em uma relação de subordinação, o subordinado pode ter expectativas normativas em relação ao subordinador e assim manipular o próprio self para esquivar-se da situação potencialmente conflituosa ou constrangedora. Nesse sentido, a evitação diz respeito às expectativas normativas ao nível da prática, cujo êxito ocorre mediante aos recursos mobilizados e ao conhecimento prático. Cabe destacar o outro lado da moeda mais uma vez: uma vez que esse indivíduo tem poucos recursos e sofre expectativas normativas bem rígidas por parte desse “outro”, seu gerenciamento de impressão (e, por extensão, e própria evitação) torna-se mais limitado, pelo menos em relação ao que poderia ser se essa expectativa normativa não existisse. Com isso, por mais que as propriedades internas da interação sejam importantes para incidir nas ações dos indivíduos, existem ausências que são igualmente relevantes e que criam as condições de existência das

⁴⁶ Referente à instituição policial no Chile.

propriedades presentes na interação social, como o caso das desigualdades de recursos fornecidas pelas estruturas de dominação.

Como visto, Giddens permite explicar as relações assimétricas de poder (explícitas em Goffman, em alguns exemplos) a partir de uma série de processos ausentes, não se limitando apenas ao que é presente. Mas é importante destacar que, fora isso, o poder em Giddens e Goffman tem semelhanças bastante significativas. Na verdade, mesmo Giddens reconhece a presença do poder em Goffman como uma categoria latente. Cabe destacar novamente o seu comentário sobre “deferência filial”, exemplo abordado por Goffman, em que há profunda assimetria de poder entre as gerações, manifestada nas relações entre pais e filhos (Giddens, 2009b, p. 293). Giddens vai além e chega a exemplificar uma relação de poder mediada pelos rituais de interação, um argumento central no capítulo passado e fortemente ecoado por Collins (2009, p. 191, 1980, p. 190). Giddens aborda o “fechamento convencional de envolvimento”, um conceito de Goffman que diz respeito a “uma ‘barreira’ normativamente sancionada [que] separa os envolvidos no encontro dos outros que estão co-presentes” (Giddens, 2009a, p. 87). Trata-se de um trabalho cooperativo, em que os indivíduos precisam manter uma “desatenção civil” às ações alheias. Esse fenômeno pode ter inúmeras complicações, como mostra Giddens a partir do exemplo do elevador. Precisamente nesse exemplo, Giddens (2009a, p. 88-89) mostra como os rituais de interação, relacionados tanto à desatenção civil quanto ao “fechamento convencional de envolvimento”, podem estar intimamente relacionados a assimetrias de poder:

Contextos de encontros podem expressar diretamente assimetrias de poder. Assim, se, digamos, dois indivíduos num elevador prosseguem em sua conversa, indiferentes ao ambiente de proximidade manifestamente estreita com outros passageiros, pode muito bem ser que eles assim demonstrem àqueles que são seus subordinados ou inferiores sua indiferença à manutenção de cortês inatenção num tal contexto. Entretanto, poderão, apesar de tudo, trair uma certa preocupação pelo desvio de uma norma que seria comumente observada e, por conseguinte, falar até mais alto do que o fariam em outras circunstâncias.

Foi argumentado ostensivamente no capítulo passado que a análise sistemática da interação feita por Goffman oferece possibilidades muito interessantes para analisar o poder. A relação entre gerenciamento de impressões, expectativa normativa e evitação é um exemplo muito importante. Em paralelo a isso, os rituais de interação também podem ser relacionados ao poder, em especial para pensar suas consequências na vida cotidiana. Giddens permite superar as lacunas de Goffman no que diz respeito à consciência e à integração, e também ao propor o conceito de “estrutura”, que permite ligar ambas as integrações na dialética da ausência e presença. No entanto, Giddens tem uma limitação importante para os objetivos aqui propostos.

No capítulo passado, foi argumentado que uma das “ausências” das relações de poder é a relação entre coletividades que transpassam as interações. Goffman não tem nenhuma preocupação em lidar com essa questão, mas cita um exemplo que permite pensar a evitação nessa direção. É necessário citar novamente as palavras de Goffman (2010, p. 99-100):

Para exemplos de tais sanções diretas contra adultos é preciso recorrer a sociedades despóticas onde olhar para o imperador ou seus agentes pode ser uma ofensa castigável, ou às regras bastante refinadas que valem em alguns estados do sul dos Estados Unidos tratando de até que ponto um negro pode olhar uma mulher branca, e a que distância, antes que esse olhar seja interpretado como um avanço sexual castigável.

O segundo exemplo, mais especificamente, mostra a relação entre duas coletividades, para além dos indivíduos que as representam na interação. Em qualquer situação, independentemente das pessoas, homens negros que interagem com mulheres brancas, no contexto destacado, estão sujeitos a tais sanções em caso dessa “descortesia”. Estar sujeito não significa que as sanções de fato acontecerão, mas que essa possibilidade é viável na medida em que tal ação é feita por um homem negro *quando interage* com uma mulher branca. O processo vai além da desigualdade entre coletividades, aqui manifestada como desigualdade racial. O argumento, descrito no capítulo passado, é que se trata de um processo de expansão da “esfera ideal” de certa coletividade ao se relacionar com outra coletividade em específico. O seu direito à reserva expande, a tolerância diminui, uma vez que as ações da outra coletividade lhe conferem maior impureza (para empregar os termos de Goffman). A relação com a evitação é evidente, mas a “ausência” aqui retrata a relação entre coletividades muito mais do que entre indivíduos.

No entanto, é impossível continuar com Giddens ao seguir por essa direção. O autor afirma que as coletividades não são atores, uma vez que não têm “existência corpórea”. Domingues argumenta que, embora as coletividades não tenham um corpo comparável aos seres humanos, isso não implica em uma imaterialidade, além do fato de que são dependentes do mundo “natural” para a sua própria existência (Domingues, 1995, p. 34). Relacionado a isso, também está o argumento de Giddens de que os sistemas sociais não têm propósitos, razões ou necessidades (aludindo ao seu modelo motivacional), algo relacionado apenas aos indivíduos (Giddens, 2018, p. 18).

Contudo, Domingues argumenta que Giddens trabalha marginalmente o tema das subjetividades coletivas ao falar de invasões, rotas comerciais, migrações, guerras e explorações, todos como movimentos grupais que traçam caminhos no espaço-tempo e, portanto, inserindo a diferença no mundo enquanto coletivo (Domingues, 1995, p. 36). Além

disso, Giddens atribui o poder às coletividades, o que, em seus princípios, deveria ser privilégio dos indivíduos (*id.*, 2004, p. 21). Como bem observa Domingues (1995, p. 37), apesar de enfatizar constantemente o papel das coletividades, Giddens nega enfaticamente o reconhecimento de tais entidades como subjetividades coletivas. Isso ocorre ao ser perguntado sobre o tema:

A reflexividade é essencial nos vários sentidos da ação humana, e esta é uma propriedade de indivíduos. [...] Há também circunstâncias nas quais grupos fazem coisas, mas é um erro tratar grupos como se fossem análogos a indivíduos, e por isso sempre fui hostil a essa perspectiva (Giddens, 1995, p. 294).

Além disso, quando perguntado, também nega a causalidade coletiva relacionada aos sistemas sociais, embora sua resposta seja ambígua:

Movimentos sociais e organizações são as duas grandes formas de sistema social que existem em condições modernas. De certo modo eles agem, mas esse modo é bem complicado. [...] Não há atores coletivos, exceto num sentido elíptico. [...] Jamais aceitei a noção parsoniana de atores coletivos para organizações e Estados, por exemplo (*ibid.*, p. 294-295).

Parte importante do capítulo seguinte é analisar o conceito *subjetividades coletivas* de José Maurício Domingues e, com isso, superar essa lacuna teórica de Giddens. A partir disso, será possível estabelecer uma teorização mais sistemática sobre as relações de evitação entre coletividades e o processo de “expansão” da esfera ideal que delas derivam. Outra parte importante será uma sistematização mais detalhada sobre o poder, a unir as perspectivas de Giddens e as de Goffman (como foi trabalhado no capítulo anterior).

2.4 Conclusão

Nesta seção foi falado sobre a relação entre a consciência e a ação do modelo da agência de Giddens. Esse modelo ilustra o conhecimento limitado dos indivíduos sobre as suas condutas: por um lado, estão imersos em condições nas quais não reconhecem e não sabem a sua origem, por outro, suas ações têm consequências não intencionais, por vezes, inclusive, com implicações desconhecidas. O modelo da agência permite que as suas propriedades estejam conectadas aos processos institucionais. Nesse ponto, tanto consciência quanto ação social estão vinculadas à rotina. Os indivíduos têm necessidades inconscientes de confiança e segurança ontológica que só podem ser respondidas pela rotina. Essa, por sua vez, implica eficácia da

consciência prática, em que o mundo continua como aparenta ser. Portanto, a rotina é pervasiva e não significa apenas interações repetidas no cotidiano, ao contrário, têm implicações na conduta e consciência dos indivíduos, transpondo-se em suas motivações e na reconstrução constante do estoque de conhecimento mobilizado pela consciência prática. A rotina é reproduzida em encontros sociais e, portanto, é dependente do caráter intencional da ação. A intencionalidade corresponde a formação de encontros, e estes, por sua vez, são fundamentais para a formação das instituições. No entanto, são as consequências não intencionais (das ações intencionais em encontros sociais) que reproduzem as instituições no tempo e no espaço. A reprodução social não corresponde à relação micro-macro, que podem ser descritas como a construção de instituições através da cadeia de encontros sociais. Ao contrário, trata-se reprodução de encontros sociais e processos institucionais simultaneamente pela ação social dos indivíduos, o que corresponde à relação interdependente entre as integrações social e sistêmica respectivamente, cuja formação em larga escala constitui sociedade.

A estrutura é fundamental nesse processo. São regras e recursos que surgem em interação (ganham existência material) mediante a ação dos indivíduos. Em larga escala espaço-temporal, ao formarem os componentes estruturais das instituições, elas são abstratas. Nesse sentido, as estruturas (assim como as ações) são tanto o meio quanto o fim da reprodução social. Com isso, a estrutura corresponde a um ponto central na relação entre os processos situados e institucionais; Giddens chama esse processo de dualidade da estrutura. Essa dualidade sustenta dois polos separados analiticamente: interação (ao qual pode-se analisar a conduta estratégica) e estrutura (ao qual pode-se analisar as instituições). O primeiro corresponde à comunicação, sanção e poder. O segundo corresponde à significação, legitimação e dominação. Entre os dois polos estão as modalidades de estruturação, que estabelecem o vínculo necessário para a reprodução social. Correspondem aos esquemas interpretativos, normas e “facilidades” (ou “facilitadores”), os próprios recursos alocativos e autoritários. Como visto, a relação entre poder e dominação também é mutuamente constitutiva e nasce na tentativa de Giddens em suprimir o dualismo do poder como capacidade e como propriedade coletiva (institucional). A dominação é a distribuição desigual de recursos que incide diretamente sobre o poder (“capacidade”) dos indivíduos em mobilizar tais recursos, reproduzindo as estruturas de dominação como um ciclo. É através desse processo, no qual os recursos são tanto meio quanto fim, que a integração social e sistêmica tornam-se interdependentes e mutuamente constituídas.

Foi destacado que a teoria da estruturação é importante para os objetivos desta dissertação, principalmente porque supre três lacunas teóricas de Goffman, em especial no que toca ao conceito de evitação. São elas: (a) um modelo motivacional que descreve processos da

consciência; (b) a solução do problema do “acoplamento frouxo” da ordem da interação e estrutura social (leia-se instituições) através da integração social e sistêmica; (c) uma sistematização mais profunda sobre o poder, com a localização de tal categoria em uma teoria sociológica mais sistemática. Todos os três são importantes para densificar a evitação e relacioná-la com processos que transcendem a interação presente na qual ela surge. Mais especificamente sobre o terceiro caso, uma sistematização mais profunda sobre o poder foi necessária, visto que no capítulo passado os rituais de interação (dos quais a evitação faz parte) foram relacionados ao poder. Pensar a evitação como um processo que sustenta propriedades presentes e ausentes na interação faz com que a ausência esteja vinculada a outros processos maiores, deslocados no espaço e no tempo. No entanto, embora aborde marginalmente (e talvez como uma consequência não intencional) o tema das subjetividades coletivas, Giddens a nega enfaticamente. Esse é um problema sério para os objetivos dessa dissertação e será melhor analisado no capítulo seguinte. Além disso, será destacado um espaço para uma sistematização sobre o poder, em que seja possível relacionar o que foi trabalhado com Goffman na seção passada e Giddens nesta seção.

CONCLUSÃO

Como foi destacado no final do capítulo passado, a ausência de atribuição de agência a coletividades é uma lacuna importante na obra de Giddens. Portanto, torna-se necessário incluir o conceito de subjetividade coletiva, de José Maurício Domingues. No entanto, antes disso, será feita uma recapitulação dos principais pontos abordados nos dois capítulos passados. Isso possibilita relacionar as obras de Goffman e Giddens mais estritamente ao problema central desta pesquisa: o processo de expansão da esfera ideal a partir da relação entre coletividades. A parte final dessa recapitulação desemboca na teoria das subjetividades coletivas. O conceito é importante para não passar a relação entre coletividades, bem como a sua capacidade de atuação, como algo residual e não discutido. Se fosse esse o caso, não teria como apontar, verdadeiramente, que a relação entre coletividades tem como consequência um processo de expansão da esfera ideal em um dos dois lados. Além disso, a concepção de Domingues da causalidade coletiva e da subjetividade coletiva como processos interativos é importante para situar a expansão da esfera ideal como um produto da relação entre coletividades.

Uma reiteração dos pontos principais

O processo de apresentação do self é feito mediante uma dialética básica da influência. Todos os indivíduos definem a sua situação baseados em meras impressões sobre a realidade, devido ao conhecimento limitado sobre a situação em que vivem. A partir de tal definição, projetam expressivamente as suas ações, que servem de informação aos outros, e, portanto, criam impressões que irão definir as suas respectivas situações. Uma vez que a definição da situação é construída por meras impressões, os indivíduos podem tentar gerenciá-las, modulando o próprio comportamento para determinado fim (Goffman, 1985, p. 11-13, 228-229). A definição da situação ganha uma dimensão coletiva na qual os indivíduos negociam entre si tacitamente uma “definição oficial” a seguir, o que implica em um “consenso cooperativo”. Está menos em jogo uma definição da realidade social e mais sobre o modo de conduta apropriado (*ibid.*, p. 18). Essa definição coletiva da situação incide normativamente no envolvimento dos indivíduos, o que implica em um gerenciamento da própria presença e das atividades desenvolvidas em consonância com a ocasião social (*id.*, 2010, p. 46, 54).

É natural que os indivíduos mantenham expectativas normativas sobre os outros participantes da situação, especialmente os desconhecidos. Nesse sentido, é parte de toda interação a mobilização de pré-concepções relativamente padronizadas e estereotipadas impostas a alguém, que definem não apenas o que o indivíduo deve ser, como também as ações que pode tomar (*id.*, 2008, p. 11-12, 61-63). Nasceram de “experiências anteriores com indivíduos parecidos”, cuja consequência pode ser reproduzir “estereótipos não comprovados” (*id.*, 1985, p. 11). Importante destacar que as expectativas normativas, por definição, dificultam o gerenciamento de impressão, o que pode ser ilustrado pela dificuldade de alguns indivíduos tidos como “desacreditáveis” manipular a sua condição na situação através do próprio comportamento frente às pré-concepções rígidas dos outros.

A ação social está ligada a diferentes fases da consciência. É possível pensá-las a partir da capacidade de recordação. No inconsciente estão as pulsões e as necessidades de confiança e segurança ontológica, mas há uma “barreira” que incapacita explicações verbais sobre tais impulsos (Giddens, 2009a, p. 52, 57; Turner, 1988, p. 48). A consciência discursiva diz respeito a processos aos quais os indivíduos têm acesso e podem verbalizá-los (Giddens, 2009a, p. 52, 56-57, 440, 2018, p. 16-17, 66-67, 81-82). A consciência prática são formas de recordação acessadas através da prática. Não há expressão verbal, mas também não há nenhuma barreira entre essa e a consciência discursiva, diferentemente do que ocorre com o inconsciente. Correspondem ao “entendimento teórico” da base das condutas humanas, a aplicação do estoque de conhecimento às regras de conduta (Giddens, 2009a, p. 56-57, 440, 2018, p. 16-17, 66-67, 81-82). É preciso destacar a influência de Goffman na consciência prática, uma vez que o autor descreve indivíduos competentes, com um entendimento profundo sobre a realidade em que vivem ao nível da prática (Giddens, 2009a, p. 105-106, 2018, p. 81). Isso pode ser visto a partir da centralidade do tato social (*id.*, 2009a, p. 74-75, 81, 88, 91-92).

O conhecimento dos indivíduos sobre a situação em que vivem é sempre limitado. Devido a isso, estão sempre sujeitos a riscos e mal-entendidos conforme interagem (Rawls, 1987, p. 140; Velho, 2008, p. 147-148). Por um lado, os indivíduos se encontram imersos em condições não reconhecidas da ação e o que utilizam para definir a sua situação são meras impressões, que não correspondem à totalidade dos fatos presentes na situação em questão. Por outro lado, os indivíduos são reféns de sua própria expressividade e das consequências não intencionais de suas ações que das impressões da sua ação derivam (Giddens, 2009a, 2018; Goffman, 2010, p. 47-48, 2019, p. 577). Uma vez concretizados, tais riscos correspondem a graus variados de ansiedade e insegurança ontológica.

As motivações dos indivíduos estão vinculadas às suas necessidades inconscientes de preservação da confiança e da segurança ontológica e, assim, conter os altos graus de ansiedade (Giddens, 2009a, p. 58, 66, 2018, p. 68). A segurança ontológica corresponde à eficácia da consciência prática. Trata-se do sentimento de que o estoque de conhecimento mobilizado nas práticas sociais ainda é válido e, portanto, as tentativas de antecipação das contingências e contenção dos riscos interacionais no processo de definição da situação foram feitas com êxito. Isso se relaciona intrinsecamente à rotina, pois essa corresponde ao caráter previsível dos encontros sociais.⁴⁷ Embora as rotinas sejam geralmente definidas como ações repetitivas deslocadas espaço-temporalmente, a relacionar o fluxo dos encontros sociais às instituições sociais (*id.*, 2009a, p. xxv, 444, 2013, p. 322), elas têm implicações sérias na consciência, pois resultam em uma manutenção de um “senso de normalidade” (ou segurança ontológica) e, por extensão, na continuidade da personalidade humana (Giddens, 2009a, p. 332, 444; Turner, 1988, p. 47-48). Isso fica bastante evidente quando Giddens aborda o que ele denomina como *situações críticas*, com forte insegurança ontológica em decorrência da quebra constante das rotinas (Giddens, 2009a, p. 70-75).

Qualquer relação com a reprodução de práticas repetitivas, cujo deslocamento espaço-temporal forma instituições, só pode ser uma consequência não intencional.⁴⁸ Tanto em Giddens quanto em Goffman, a rotina (enquanto o caráter previsível das situações sociais) implica possibilidade de antecipação das contingências e eficácia do estoque de conhecimento ao nível da prática e, com isso, significa que a definição da situação será feita coerentemente e que os riscos são minimizados.⁴⁹ Disso deriva o argumento de que a rotina fornece segurança ontológica para os indivíduos (*ibid.*, p. 332). Disso também deriva o argumento de que a motivação por trás da apresentação do self e da utilização de rituais está intimamente relacionada à rotina, à manutenção de previsibilidade do comportamento e do fluxo dos acontecimentos.

Para evitar os riscos interacionais e manter a segurança ontológica, torna-se necessário a criação de convenções que facilitem a interação. Em Goffman, os rituais desempenham um papel fundamental nesse processo. Mesmo em Giddens, os rituais cumprem um papel

⁴⁷ Turner (1988, p. 48), ao falar sobre as relações sociais rotinizadas, as refere como “tornadas previsíveis” (“made predictable”).

⁴⁸ Esse argumento deriva do entendimento de que a constituição de instituições, a reprodução social e a História são frutos de consequências não intencionais, o que significa que se trata de um processo contingente (Giddens, 2009a, p. 304-305). De todo modo, a crítica de Giddens ao evolucionismo histórico de cunho marxista (teleológico e unilinear) pode servir também para confirmar essa interpretação.

⁴⁹ Como argumentado no capítulo passado, essa é a interpretação de Giddens (2009a, p. 82), que ganha eco nesta dissertação.

importante na manutenção das rotinas (Turner, 1988, p. 147). Os rituais são esses facilitadores que possibilitam às pessoas iniciar, prosseguir e terminar a interação com o menor grau de ambiguidade possível (*ibid.*, p. 92). Mas não apenas potencializam como também restringem a ação, induzem os indivíduos a agir de determinada forma em certo contexto. São propriedades da vida social que permitem a apresentação do self (Rawls, 1987, p. 140) e, por conta disso, transpassam cada aspecto dos encontros sociais (Collins, 2009, p. 189; Turner, 1988, p. 147). São comumente descritos como uma forma de fornecer “pequenas venerações” ou manifestações de reconhecimento ao outro, em geral, sinalizando não haver problemas e nem razões para desconfiança (Burns, 1992, p. 42; Collins, 2009, p. 243; Summers-Effler, 2006, p. 152). Os rituais estão vinculados às prescrições básicas da vida social: a preservação da própria face, da face do outro e, de modo mais amplo, da própria interação (Goffman, 2011, p. 18-22). A preservação da face alheia corresponde, no mínimo, ao respeito à “esfera ideal” alheia. Ferir a esfera ideal alheia implica riscos à própria esfera ideal (*id.*, 2010, p. 159). Em última instância, está ligada às motivações anteriormente citadas. Importante destacar que os rituais podem ser recursos. Por exemplo, para gerenciar as impressões alheias ou constranger alguém (Collins, 2009, p. 190).

Uma vez que os rituais de modo geral ajudam a manter o caráter previsível da interação e, portanto, estão ligados à rotina e à segurança ontológica, pode-se dizer que isso corresponde igualmente à evitação. No entanto, o ritual de evitação cumpre um papel mais específico: é ele que determina o senso de distanciamento em relação ao outro, seja para manter a esfera ideal do outro ou a própria. Saber até onde se deve ir sem desrespeitar a esfera ideal alheia tem como consequência a preservação da própria esfera ideal (Goffman, 2010, p. 159). Ela trata de impedir a concretização de uma ruptura qualquer da interação. É, portanto, um processo de antecipação das contingências, e implica eficácia do estoque de conhecimento para definir corretamente a situação. Um argumento central aqui é que a evitação em Goffman cumpre um caráter excessivamente situado, e a teoria da estruturação de Giddens permite relacionar a evitação à rotina. Assim, a evitação pode ser pensada em uma escala espaço-temporalmente mais ampla, especialmente com situações críticas. Cabe destacar que a evitação pode ser tratada como um recurso de identificação. Alguns indivíduos costumeiramente identificados, que têm a sua esfera ideal constantemente violada, podem identificar seus malfeitores e, com isso, evitá-los. Nesse sentido, a evitação não estaria necessariamente ligada ao encontro propriamente dito, mas possivelmente a expectativas normativas, cujas crenças e pré-concepções servem de “estereótipos não comprovados” a partir de experiências anteriores com indivíduos supostamente parecidos (*id.*, 1985, p. 11, 2008, p. 11-12, 61-63). A proposta é que isso pode se

aplicar não apenas na relação entre indivíduos, mas também na relação entre coletividades, como será mostrado adiante.

Goffman descreve a ordem da interação como um processo relativamente autônomo, cuja relação com dimensões institucionais é “frouxa”, pois os processos internos à interação “se aproximam e se encaixam entre si mais do que com os externos” (*id.*, 2019, p. 574). O objetivo do autor era limitar a influência dos macroprocessos institucionais aos acontecimentos da interação. Assim, um ritual qualquer não está vinculado a nenhuma instituição em especial, embora possa estar a ela relacionado a depender do contexto (Goffman, 2019, p. 590-591; Giddens, 2013, p. 317). Com isso, Goffman rejeita a ideia de que os processos imanentes à ordem da interação possam estar vinculados a características mais amplas das instituições (Giddens, 2013, p. 317).

Isso tem implicações sérias no conceito de evitação. Se o modo como Goffman relaciona ordem da interação a processos institucionais for considerado, a evitação é um fenômeno referente apenas ao que é presente na interação. No entanto, a evitação pode ser referente a processos rotinizados que não dizem respeito especificamente sobre o encontro social em questão. Além disso, há sempre a possibilidade de a evitação ser fruto de relações estabelecidas entre coletividades. Isso está implícito mesmo em Goffman (2010, p. 99-100) ao abordar as limitações de contato visual de homens negros a mulheres brancas, algo que, evidentemente, transpassa várias interações e não diz respeito a uma em específico.

Uma consequência problemática é que Goffman não distingue os “contextos de interação que afetam aqueles situados fora deles e contextos que não os afetam” (Giddens, 2013, p. 319). Visto de outra forma, não há consideração sobre o “background de rotina” que incide sobre a situação presente, ou seja, a teia de interdependência que há com outras interações (*ibid.*, p. 319, 322). Essa rotina implica ligação de uma interação com outras, dotando-as de sentido. O caráter repetitivo da vida social implica um deslocamento espaço-temporal das condutas (*id.*, 2009a, p. xxv, 444). Com isso, é preciso considerar não apenas o que é presente na interação como também o que é ausente, pois tudo o que um indivíduo carrega consigo e emprega em sua conduta (sua presença) “é sempre mediado por aquilo que está ausente” (*id.*, 2013, p. 323).

Giddens resolve esse problema com a relação entre integração social e sistêmica. O autor nega o dualismo “micro” e “macro”, como se fossem instâncias separadas. Os processos institucionais não são construídos a partir de agregado de encontros sociais, como se fossem categorias mais “substanciais” (*id.*, 2009a, p. xxviii-xxix). Ao contrário, encontros sociais e instituições são reproduzidos simultaneamente através da ação social, e a aparente fixidez das formas institucionais existe implicitamente nos encontros (*id.*, 2009a, p. 81, 84, 2018, p. 86). A

relação entre processos situacionais e institucionais não se dá pelo “efeito” que um exerce sobre o outro. Na verdade, trata-se da constituição e reprodução mútua a partir das ações sociais dos indivíduos (*id.*, 2013, 320-321). É a partir da rotinização que os encontros fugazes vinculam-se à reprodução social e, portanto, à “fixidez” das instituições (*id.*, 2009a, p. 84). Giddens descreve esse processo como integração social e sistêmica. Ambas exibem “sistemicidade”, o que corresponde ao grau de interdependência e reciprocidade das práticas envolvidas na reprodução do sistema (*id.*, 2018, p. 85). Isso permite que o autor reconheça contrastes entre diferentes níveis de articulação da interação (*ibid.*, p. 82). A integração social corresponde à reciprocidade de práticas entre atores em contexto de copresença. A integração sistêmica corresponde à reciprocidade de práticas entre atores ou coletividades fora do contexto de copresença, através do tempo e do espaço (*id.*, 2009a, p. 33, 442).

Os encontros sociais e as instituições reproduzem-se simultaneamente a partir das estruturas mobilizadas nas ações sociais dos indivíduos. Essa é a importância central do conceito de dualidade da estrutura. As estruturas são regras e recursos implicados repetidamente na reprodução dos sistemas sociais (*id.*, 2009a, p. 20, 29, 199, 218, 442, 2018, p. 73). São caracteristicamente abstratas, e ganham materialidade apenas temporária através das ações sociais. A estrutura formal da linguagem, por exemplo, ganha “materialidade” através da fala (*id.*, 1995, p. 294). Na dimensão institucional, há uma ausência espaço-temporal cuja existência se dá apenas virtualmente, em “traços de memória” e “complexos organizacionais” (Cohen, 1999, p. 435; Domingues, 1995, p. 28; Giddens, 1995, p. 294, 2009a, p. 20, 2018, p. 73). A estrutura é o meio e o fim da conduta humana; constitui e por ela é constituída (Giddens, 2009a, p. 30). Nesse sentido, ela corresponde à relação entre momento e totalidade na reprodução social (*id.*, 2018, p. 79).

A dualidade da estrutura é central para a compreensão do poder em Giddens. Ela assume dois polos: o primeiro é voltado à conduta estratégica desempenhada em encontros sociais; o segundo é voltado à análise das estruturas institucionais (*ibid.*, p. 90). É precisamente nessa divisão que o poder ganha as suas “duas faces”: a primeira diz respeito à capacidade dos indivíduos em obter resultados; a segunda diz respeito a uma propriedade coletiva, institucionalizada (*ibid.*, p. 96). É através dessas definições que Giddens atribui as noções de poder e dominação (uma variação institucional do poder) na dualidade da estrutura. As modalidades são as interseções que permitem que a reprodução dos encontros sociais e das instituições sejam simultâneas, isto é, permite relacionar a integração social à sistêmica. No caso da relação entre poder e dominação, as modalidades são os recursos alocativos e autoritários. Os recursos são os meios de exercer o poder e de reproduzir as estruturas de

dominação (*ibid.*, p. 99). Se o poder reforça a dominação através dos recursos mobilizados nas ações sociais, a dominação, por sua vez, reforça as relações desiguais de poder ao distribuir assimetricamente os recursos (*id.*, 2009a, p. 304, 2018, p. 99-100, 149).

Como argumentado no primeiro capítulo, o poder é uma categoria implícita no trabalho de Goffman, o que não impossibilita um desenvolvimento mais analítico. Pode-se argumentar que o poder aparece mais explicitamente nas relações assimétricas em instituições totais, como ocorre entre enfermeiras e médicos (Fontainha, 2015, p. 1066-1067). Mas é preciso considerar que, de todo modo, os rituais de interação (dos quais a deferência faz parte) são mobilizados não apenas em instituições totais. Embora Goffman de fato não desenvolva uma análise mais cuidadosa sobre isso, Collins (2009, p. 191) e Giddens (2009b, p. 293) destacam como rituais podem estar vinculados a relações de poder. Além disso, a própria definição coletiva da situação implica em possibilidades desiguais de negociação sobre como se deve agir, como argumentam Gastaldo (2008, p. 150) e Rogers (1977, p. 91). As relações desiguais de influência, no caso da segunda, são particularmente importantes, e como mostra Caballero (1998, p. 137), podem resultar em imposição.

Goffman pode ser útil a Giddens no que diz respeito a recursos autoritários (comando e controle sobre pessoas) (Giddens, 2009a, p. xxxv, 39, 443, 2018, p. 107). Isso porque os rituais podem ser relacionados ao poder e, como aponta Collins (2009, p. 190), podem ser equiparados a recursos sobre os quais os indivíduos agem. Mesmo Giddens trata eventualmente a relação entre o poder e o ritual de interação, mais especificamente pela desatenção civil, embora não a desenvolva (Giddens, 2009a, p. 88-89). Além disso, a relação entre expectativas normativas e gerenciamento de impressões pode implicar em uma assimetria das capacidades dos indivíduos em “obter os seus resultados”, algo análogo à relação entre poder e agência em Giddens (2009a, p. 17). Dada a sua definição, as expectativas normativas podem limitar a capacidade de gerenciamento de impressões quando esses têm por objetivo apresentar um self adequado. Isso significa que as expectativas normativas tornam as capacidades de influência dos indivíduos desiguais, o que torna igualmente desiguais, nesse aspecto, a capacidade de inserir a diferença no mundo.

Por outro lado, a análise mais sistemática de Giddens potencializa o que fora proposto em Goffman ao resolver algumas lacunas teóricas do autor. Isso é feito principalmente pelo seu conceito de dualidade da estrutura e a relação entre integração social e sistêmica, como demonstrado acima. A superação da relação problemática entre a ordem da interação e a estrutura social (instituições ou organizações sociais) permite inserir a dialética da presença e da ausência e, portanto, propriedades ausentes (institucionais) também incidem sobre a

interação (*id.*, 2013, p. 319, 322-323). Isso é pensado a partir de duas afirmações basilares: o encontro social não pode ser deslocado do seu background de rotina, que o dota de sentido para além de suas propriedades imanentes; a ação social não apenas reproduz as instituições, mas as propriedades mobilizadas na ação social (recursos) são constituídas por formas institucionais deslocadas no espaço e no tempo.

Ao unir as perspectivas de ambos, a pergunta que surge é: como os rituais, pensados como recursos, são distribuídos desigualmente pelas estruturas de dominação? Essa distribuição desigual pode assumir duas formas, analiticamente distinguíveis. Quantitativamente: a mesma coletividade precisa lançar mão dos mesmos rituais por um motivo específico ou os mesmos rituais não são concedidos às mesmas coletividades⁵⁰. Qualitativamente: os mesmos recursos mobilizados por indivíduos diferentes em situações análogas podem ser mais ou menos válidos a depender de quem os utiliza⁵¹. Por exemplo, especificamente sobre as obrigações de manifestar os mesmos rituais como uma atribuição à mesma coletividade, Goffman descreve a deferência tacitamente obrigatória das enfermeiras aos médicos, embora o contrário não ocorra (Fontainha, 2015, p. 1066-1067). As enfermeiras, então, estão sempre mobilizando os mesmos rituais como recursos para reafirmar a própria posição e a posição dos médicos. Por outro lado, isso significa que existem expectativas normativas (principalmente por parte dos médicos) sobre a atuação das enfermeiras e a importância da deferência. Qualquer atuação diferente disso pode ser vista como desrespeitosa. Torna-se necessário citar, novamente, este trecho de Goffman que diz muito sobre a relação entre enfermeiras e médicos no que diz respeito à deferência.

Quando um suposto receptor não recebe atos de deferência previstos, ou quando um ator deixa claro que está prestando homenagens de má vontade, o receptor pode sentir que o estado de coisas que ele considerava evidente se tornou instável, e que o ator pode realizar um esforço de insubordinação para realocar tarefas, relações e poder. Trazer à tona um ato de deferência estabelecido, mesmo que antes seja preciso lembrar o ator de suas obrigações e das consequências da descortesia, é prova de que se a rebelião vier, virá dissimuladamente; recusar abertamente um ato de deferência esperado muitas vezes é uma forma de afirmar que a insurreição aberta começou (Goffman, 2011, p. 63).

⁵⁰ Sobre rituais não concedidos, um argumento anteriormente citado foi o da não concessão de desatenção civil e a conseqüente “encarada”. Goffman (2010, p. 95) descreve exemplos como o olhar de ódio concedido gratuitamente por um branco do sul dos Estados Unidos a negros que passam por ele.

⁵¹ Um dos argumentos da introdução e do primeiro capítulo é que indivíduos “desacreditáveis” podem não conseguir gerenciar as impressões da mesma forma que outros indivíduos, que não têm a mesma atribuição, por conta das expectativas normativas mantidas sobre eles. Parte importante do argumento é que a explicação pode estar ligada por serem membros de subjetividades coletivas específicas.

A deferência não é uma obrigatoriedade ontológica por parte das enfermeiras, tampouco uma expectativa constitutiva dos médicos. Também não pode ser atribuído apenas às assimetrias de poder e às posições de prestígio na instituição social em questão. Isso pode ser relevante, mas é uma explicação incompleta. Para entender a deferência na relação entre enfermeiras e médicos, é preciso considerar a relação entre essas coletividades como algo singular. Médicos relacionam-se com outras coletividades sem a necessidade de deferência, da mesma forma que as obrigações de deferência das enfermeiras não se aplicam a outras coletividades. Na relação entre médicos e enfermeiras, há um processo de expansão da esfera ideal de tal maneira que a falta da deferência (vale lembrar, uma cortesia) é vista como profundamente desrespeitosa e, até mesmo, denotando problemas de hierarquia, como mostrado no trecho citado. Convém lembrar que a esfera ideal diz respeito ao direito à reserva, mas denota sobretudo as limitações de proximidade (em vários sentidos) que os outros podem chegar. Basicamente, diz respeito à tolerância dos indivíduos aos outros. Isso é trivial ao pensar nas relações de intimidade entre indivíduos e sua variação (Goffman, 2011, p. 66; Simmel, 1950, p. 322). A intimidade varia conforme a proximidade dos indivíduos e, junto disso, o que é tolerável. O tolerável, nesse caso, é a atribuição feita pelo indivíduo do que invade ou não a sua esfera ideal, a sua reserva, honra, dignidade e personalidade. A proposta, portanto, é que isso pode ser pensado a partir da relação entre coletividades.

Para isso, faz-se necessário o uso do conceito de subjetividades coletivas, de José Maurício Domingues. Embora Giddens avance com o problema de Goffman do “acoplamento frouxo” entre propriedades interacionais, como os rituais, e as instituições, somando-se a isso a reflexão sobre a dialética de presença e ausência, junto ao seu modelo de integração social e sistêmica via dualidade da estrutura, o autor ignora completamente a relação entre coletividades. Seguir apenas com a sua teoria da estruturação dificulta a afirmação de que há um processo novo como derivado da relação entre coletividades.

Para Giddens, os sistemas sociais não têm causalidade própria e, portanto, não têm capacidade de atuação. Convém lembrar que os sistemas sociais são práticas recorrentes e interdependentes entre atores ou coletividades reproduzidas através do tempo e do espaço em cenários de interação (Giddens, 2009a, p. 29, 32, 97, 444, 2018, p. 75, 82, 85). Giddens ainda destaca a importância do tempo e suas interseções com o espaço na definição dos sistemas sociais (*id.*, 2018, p. 14-15, 71-72). Apesar de abordar o tema das subjetividades coletivas marginalmente (Domingues, 1995, p. 36, 2004, p. 21), Giddens nega a atuação de coletividades pela falta de “existência corpórea” (*id.*, 1995, p. 34) e de reflexividade, além de não possuírem nenhum propósito, razão ou necessidade, algo reservado apenas aos indivíduos (Domingues,

1995, p. 34; Giddens, 2018, p. 18, 1995, p. 294). Parte importante deste capítulo, que se seguirá agora, é analisar a teoria das subjetividades coletivas de José Maurício Domingues com o fim de superar a lacuna teórica de Giddens. Os argumentos do autor mostram que a ausência da atuação de coletividades em Giddens, bem como a sua concepção mais geral sobre o tema, tornam a teoria da estruturação insuficiente.

A teoria das subjetividades coletivas

A tradição filosófica moderna propõe dois tipos de causalidade. A primeira é a “causalidade ativa”, atribuída aos indivíduos. Trata-se da “faculdade de causar permanência ou mudança na vida social através da ação”, isto é, “capacidade de atuar no mundo e de imprimir sua marca nele, através da qual os indivíduos são concebidos como portadores de poderes que lhes permitem lutar para realizar seus desejos e levar à frente seus projetos” (Domingues, 2004, p. 12). A segunda é a “causalidade condicionante”, atribuída ao Estado ou à sociedade civil, e mais tarde aos conceitos de “sistema” e “estrutura”. Ela é, em geral, uma causalidade passiva e diz respeito às “forças sociais que condicionam o comportamento individual”, sejam elas anteriores ou não aos indivíduos (*ibid.*, p. 13-14).

A teoria das subjetividades coletivas opõe-se não apenas a essa concepção clássica e algumas de suas consequências teóricas mais centrais. É contrário à concepção cartesiana-hobbesiana de constituição autônoma e autocentrada dos indivíduos, que como consequência imputa só a eles a capacidade transformadora da realidade, bem como a reflexividade (*ibid.*, p. 12), com o acréscimo de que os indivíduos são descritos com transparente autoconsciência (*ibid.*, p. 25). Além disso, como é de se esperar, não entende dimensões maiores (como a sociedade civil) apenas dotadas de uma causalidade condicionante, que, mesmo em diferentes concepções, é sempre passiva (*ibid.*, p. 14). A relação entre as duas causalidades é a oposição clássica entre indivíduo e sociedade. Para superar tais problemas teóricos, Domingues propõe o conceito de causalidade coletiva e, para isso, parte de dois autores principais: Karl Marx e Talcott Parsons.

A influência de Marx se dá, inicialmente, pela importância das teses sobre Feuerbach, a destacar não apenas a anterioridade das condições da ação, mas pela “concepção dos indivíduos e da sociedade como em perene transformação mútua” (*ibid.*, p. 16). Essa transformação perene se dá a partir da atuação das classes, seja pela burguesia “na vigência do modo de produção

capitalista”, seja pelo “papel revolucionário que o marxismo atribui ao proletariado” (*ibid.*, p. 18). O autor divide as classes entre “classe em si” e “classe para si”, sendo a primeira correspondente às classes que não tinham consciência da própria existência enquanto classe e a segunda aquela que tinha essa consciência. A primeira, portanto, é amorfa e inerte, ao passo que a segunda é desenvolvida sociopoliticamente e tem capacidade de atuação, uma vez que a sua clareza a respeito de si mesma e da sociedade na qual está inserida torna a sua ação direcionada em derrotar a burguesia e construir o socialismo. A “classe para si” corresponde ao retorno à concepção cartesiana-hobbesiana, porém em uma dimensão coletiva, em que não apenas indivíduos, mas também coletividades têm capacidade de atuação e reflexividade (*ibid.*, p. 17).

Parsons avança com a proposição de Marx ao conceituar os sistemas sociais como atores coletivos. Mas ainda há influência excessiva dos atores individuais da concepção cartesiana-hobbesiana. É uma condição para a existência dos atores coletivos a integração e a exibição de fronteiras e centros de decisão claros. Além disso, ele diluiu a causalidade coletiva em meros agregados da causalidade intencional dos indivíduos. Isso toma proporções ainda mais profundas a partir da introdução do esquema AGIL, em sua terceira e última fase. Os atores coletivos seriam apenas aqueles “capazes de ‘ação concentrada’, de ‘mobilização de recursos’ e que possuíssem ‘centros decisórios’”, e seu protótipo seria a organização formal (*ibid.*, p. 20).

Outros dois autores são importantes para a oposição à concepção de indivíduo cartesiano-hobbesiano: Freud e Mead. Ambos os autores permitem negar essa definição de indivíduo como excessivamente autoconsciente e autônomo em sua própria constituição. A despeito de seu individualismo, Freud desenvolve uma concepção da mente na qual o indivíduo não é transparente a si mesmo. A mente humana, então, seria fragmentada e contingente. Relacionado a isso está a divisão da mente entre “eu”, “supereu” e “isso” (*ibid.*, p. 25). Mead, por outro lado, fornece uma teoria do processo social em que a constituição e continuidade dos indivíduos é dependente de interações sociais (*ibid.*, p. 26). É no processo social que ocorre a gênese do self. Há um movimento de assimilação de papéis e regras⁵² e, posteriormente, a capacidade de generalização e unificação do que é alheio⁵³ em um *outro generalizado*. A relação com o outro generalizado é o que traz unidade⁵⁴, estabilidade e desenvolve o self. Além

⁵² Estão relacionados, respectivamente, ao ato de brincar e jogar (Mead, 2022, p. 152-153, 312-313).

⁵³ A utilização da palavra “alheio” vem do fato de que não só humanos fazem parte dessa generalização. Animais e objetos físicos também podem fazer parte (*ibid.*, p. 157: Nota 7).

⁵⁴ Sobre a unidade, Mead diz que “a comunidade organizada, ou o grupo social que dá ao indivíduo a sua unidade, pode ser chamado de ‘o outro generalizado’. A atitude do outro generalizado é a atitude da comunidade inteira.” (*ibid.*, p. 155).

disso, é nessa forma que o processo social influencia o comportamento dos indivíduos (Mead, 2022, p. 156). Em Mead, esse processo se dá através da relação entre “eu” e “mim”, sendo o primeiro a capacidade criativa dos agentes, através principalmente de seus desejos e pulsões, e o segundo, o processo de ajustamento da ação ao “outro generalizado”, internalizado subjetivamente. Para Domingues (2004, p. 26), Freud e Mead apresentam “os dois aspectos do descentramento do sujeito a se considerar para o conceito de subjetividade coletiva”.

A partir do avanço dos autores supracitados, Domingues (1999, p. 20-21, 2004, p. 27) formula uma nova causalidade, diferente da “ativa” e “condicionante”, a causalidade coletiva dos sistemas sociais. Há um ponto inicial que se deve destacar de antemão: a causalidade coletiva não deve ser reduzida a seus componentes individuais, como está sugerido em Parsons, e tampouco tratada como “coisa”, em sentido durkheimiano. Ela existe mediante a causalidade de seus elementos, mas não pode ser reduzida a isso. A causalidade coletiva é exercida na interseção, pontos de contato ou mediação entre coletividades. Isso destaca o caráter interativo e a influência tanto de Marx quanto de Mead no conceito (*id.*, 1999, p. 16-17, 25). Domingues ilustra a causalidade coletiva a partir de Lefebvre e a concepção de “fim” como uma “margem” e, portanto, uma “transição”. O trecho a seguir destaca fundamentalmente a importância da interação (entre coletividades) na causalidade coletiva.

As coisas são, portanto, causas umas das outras, atuam umas sobre as outras, reciprocamente. Seu exemplo é sugestivo: a “margem” é onde termina o mar; é também onde termina o continente: uma zona de incerta transição — a praia, o penhasco. O mar corrói o continente, que resiste, se eleva ou se rebaixa. Da interação entre ambos surge a margem (*ibid.*, p. 19).

Embora a causalidade coletiva aconteça com humanos e não humanos, é apenas com os humanos que ela é associada à subjetividade, emergindo, a partir disso, a subjetividade coletiva (*ibid.*, p. 17-18, 23). A razão principal é da atribuição de reflexividade apenas aos humanos, o que corresponde novamente à influência de Mead a Domingues. Os gestos e atitudes produzidas não produzem apenas respostas ao receptor, como também ao próprio emissor, mobilizando-o de determinada forma. Esse processo está associado à reflexão sobre as próprias ações e permite uma constante adequação conforme as respostas do outro, o que está associado, a um plano mais elevado, à emergência do outro generalizado. Uma vez que a subjetividade é apenas associada aos seres humanos devido à reflexividade, a sua relação com a causalidade coletiva incide na emergência das subjetividades coletivas (*ibid.*, p. 23-24). A partir da influência de Mead, Domingues conclui que a emergência da subjetividade coletiva e da subjetividade individual coincidem. Para o autor, Mead:

Percebe que é na condição de membros de coletividades parciais (classes, grupos e categorias) que os indivíduos constituem o seu “eu”. Ele traça, contudo, uma distinção demasiado rígida entre dois tipos de coletividade, um centrado e outro descentrado, enquanto mais correto seria perceber um *continuum* entre eles. Nesse sentido, pode-se afirmar que essas coletividades exercem um impacto causal umas sobre as outras, a começar pela constituição do “eu” de seus próprios membros. De forma mais geral e ampla, pois, é necessário sublinhar a emergência da subjetividade coletiva simultaneamente à emergência da subjetividade individual (*ibid.*, p. 25).

A teoria das subjetividades coletivas tem algumas proposições intimamente ligadas ao “indivíduo” cartesiano-hobbesiano. A autoconsciência e a delimitação clara não são necessárias para a atuação coletiva. Como visto, Freud pensa a mente humana como fragmentada e contingente, de modo que o indivíduo não seja transparente para si mesmo (*id.*, 2004, p. 25). Domingues (2004, p. 29) aplica isso a sua teoria das subjetividades coletivas ao afirmar que um sistema pode ou não ter consciência (“portar-se com ciência”) de si mesmo e, além disso, há sempre possibilidade de fragmentação. Complementarmente, Domingues (1999, p. 28) afirma que não se deve supor uma delimitação clara entre as diferentes subjetividades coletivas, pois suas “margens” podem ser imprecisas. Além disso, o impacto causal de uma coletividade independe do nível de consciência, podendo ser ela discursiva ou prática. Há sempre a possibilidade de consequências não intencionais e não reconhecidas da ação e, além disso, estão imersos em condições não reconhecidas da ação, nas quais “as propriedades de um sistema social [permanecem] despercebidas para seus membros”, o que implica em uma causalidade coletiva apenas parcialmente percebida e, por vezes, absolutamente desconhecida (*id.*, 2004, p. 27-28). As consequências não intencionais da ação, vale destacar, podem ocorrer “mesmo quando os indivíduos ou outras coletividades que as compõem caminham todos de forma coordenada” (*id.*, 1999, p. 28). Além disso, a intencionalidade ou direção precisa e centrada de seu impacto causal não é um imperativo para as subjetividades coletivas. Domingues (1999, p. 28) argumenta que os seus membros podem atuar de tal maneira que o resultado pode ser a completa dispersão da eficiência da coletividade.

Neste ponto, já é possível definir as subjetividades coletivas a partir de três características principais, sobre as quais se discorreu até agora: (a) causalidade coletiva; (b) constituição relacional ou interativa; (c) grau variado e contingente de centramento (*id.*, 2004, p. 26). É preciso, no entanto, dar um passo além no que diz respeito à variação de centramento. Domingues (2004, p. 29) introduz a noção de “níveis de centramento” das subjetividades coletivas, cuja variação ocorre como um *continuum*. O autor aponta que o centramento é contingente porque é alcançado (ou não) a depender de inúmeros fatores. Para Domingues (2004, p. 30), uma subjetividade coletiva altamente centrada precisa ter: (a) boa delimitação e

definição; (b) identidade clara; (c) dirigida por centros decisórios. O conjunto de elementos que contribui para o nível de centramento mais elevado pode ser: símbolos, normas e regras, relações de poder e força, interesses, disposições e emoções. Domingues oferece um modelo causal que relaciona o aumento da organização e identidade aos níveis de centramento e, por extensão, de intencionalidade. A identidade corresponde à autopercepção e consciência, bem como a sua demarcação/distinção em relação aos outros sistemas sociais. A organização corresponde aos variados níveis de articulação dos sistemas sociais, com maior ou menor espontaneidade e níveis de poder dos centros decisórios.

Portanto, uma subjetividade coletiva com autopercepção e autoconsciência e delimitação sobre suas fronteiras, bem como alto índice de articulação, implica em um aumento de centramento e, por extensão, de intencionalidade (*ibid.*, p. 31). Isso não significa que subjetividades coletivas centradas tenham um grau de atuação com maior impacto. Isso é verdadeiro apenas no curto prazo, pois no longo prazo as subjetividades coletivas descentradas “garantem a continuidade de padrões de relacionamento social ou operam transformações que outras coletividades mais centradas teriam dificuldade em realizar” (*ibid.*, p. 30-31).

O ritual de evitação e o processo de expansão coletiva da esfera ideal

O objetivo desta dissertação era responder ao seguinte problema de pesquisa: o processo de “expansão” da esfera ideal a partir da relação entre coletividades específicas. Foi proposto que o conceito “ritual de evitação” seria o “fio condutor” da análise de tal problema, pois toda relação entre coletividades em que um dos lados repetidamente recorre ao ritual de evitação resulta no processo de expansão da esfera ideal, independentemente da direção vetorial (quem evita ou quem é evitado) do outro lado. Essa afirmação tem relação com a definição de cada um dos dois conceitos, que serão abordados a seguir. Contudo, é importante destacar de antemão que, embora seja verdade que a evitação é um processo praticamente contínuo, inerente à apresentação do self, uma vez que o reconhecimento da esfera ideal é sempre necessário, há casos em que ela se torna mais importante para a ação, o que justifica um conceito específico para momentos como esse. De todo modo, Goffman fornece exemplos de situações em que a evitação torna-se central.

O ritual de evitação são os limites autoimpostos para preservar a esfera ideal, seja a própria, seja a de outros (Goffman, 2011, p. 65). É um tipo de regra cerimonial por deferência,

cujo distanciamento necessário está relacionado à atribuição de pureza (sacralidade boa) ou impureza (sacralidade má) ao outro (*ibid.*, p. 72: nota 17). A diferença entre ambos diz respeito à reverência à esfera ideal do outro ou o ímpeto pela preservação da própria esfera ideal, respectivamente. Esses limites dizem respeito a espaço, intimidade, informações ocultas e potencialmente constrangedoras (*ibid.*, p. 65-68). Mesmo mentiras são aceitas ao perceber que elas se justificam pela preservação da própria esfera ideal, como a evasão de uma situação constrangedora.⁵⁵

A esfera ideal, cabe destacar novamente, é basicamente o direito à reserva que as pessoas têm em todas as circunstâncias, mas que é de suma importância na ordem pública (e a análise de Goffman baseia-se principalmente nisso) (Burns, 1992, p. 39; Joseph, 32-33). Para Simmel, uma vez penetrada, o valor da personalidade do indivíduo é destruído. Isso sugere que a preservação da esfera ideal implica em reconhecimento da dignidade e da honra alheia, e que a sua reputação será mantida (Simmel, 1950, p. 321). Para Simmel, não apenas a propriedade material é uma extensão do indivíduo, como também a propriedade privada intelectual: “a discrição nada mais é do que a sensação de que existe um direito em relação à esfera dos conteúdos imediatos da vida”⁵⁶ (*ibid.*, p. 322). Entretanto, é preciso pensar no que está ausente na teorização da esfera ideal. Por um lado, “chegar perto demais” é um insulto, mas, por outro lado, trata-se também da tolerância em relação a quem se interage. Isso porque a esfera ideal é bastante variável, como bem mostra Simmel (1950, p. 322)⁵⁷, o que implica em uma flutuação da evitação, com maior ou menor grau, a depender da relação. Goffman mostra que as relações de maior familiaridade implicam em um “encolhimento” da esfera ideal.

Quando um ator não precisa mostrar preocupação em penetrar a reserva pessoal normal do receptor, e não precisa ter medo de contaminá-lo através de qualquer penetração de sua privacidade, dizemos que o ator está em termos de familiaridade com o receptor. (A mãe que se sente livre para limpar o nariz de seu filho é um exemplo extremo.) Quando o ator precisa demonstrar circunspeção em sua abordagem do receptor, falamos de não familiaridade ou respeito. As regras que governam a conduta entre dois indivíduos podem, mas não precisam, ser simétricas em relação à familiaridade ou ao respeito (Goffman, 2011, p. 66).

⁵⁵ Sobre isso, Goffman (2011, p. 68) nos conta que “quando uma paciente pobre se recusou a participar de uma excursão dizendo ser indiferente, sua racionalização para não sair foi aceita e sua ficção foi respeitada, ainda que os outros soubessem que ela queria ir, mas tinha vergonha por não possuir um casaco apropriado”.

⁵⁶ “Discretion is nothing but the feeling that there exists a right in regard to the sphere of the immediate life contents”.

⁵⁷ Sobre isso, Simmel diz: “a discrição, é claro, difere em sua extensão com diferentes personalidades, assim como as posições de honra e de propriedade têm raios diferentes com relação a indivíduos ‘próximos’ e a estranhos e pessoas indiferentes”. [“Discretion, of course, differs in its extension with different personalities, just as the positions of honor and of property have different radii with respect to “close” individuals, and to strangers and indifferent persons”].

Contudo, é um erro atribuir apenas ao nível de intimidade esse processo de variação da esfera ideal. Relações de poder podem ser igualmente potentes para isso. Além disso, é igualmente incorreto atribuir a variação da esfera ideal apenas à relação entre indivíduos. Goffman mostra como a relação desigual de poder entre psiquiatras e pacientes implica em uma variação (aqui, uma expansão) da esfera ideal por parte dos psiquiatras enquanto uma coletividade.

Talvez a forma mais clara disto seja encontrada na relação entre psiquiatra e paciente, onde o psiquiatra tem o direito de tocar em aspectos da vida do paciente que o próprio paciente não se permite tocar, enquanto obviamente este privilégio não é retribuído. (Há alguns psicanalistas que acreditam ser desejável “analisar a contratransferência com o paciente”, mas esta, ou qualquer outra familiaridade da parte do paciente, é fortemente condenada pelos órgãos psicanalíticos oficiais.) Os pacientes, especialmente os psiquiátricos, podem não ter sequer o direito de questionar seu médico quanto à opinião dele sobre os seus próprios casos; entre outras coisas, isto os colocaria num contato íntimo demais com uma área do conhecimento em que os médicos investem sua separação especial do público leigo que eles servem (*ibid.*, p. 66).

Nesse sentido, não apenas há variação de esfera ideal na relação entre indivíduos como também entre coletividades. Uma vez que a evitação é também o reconhecimento sobre o distanciamento em relação à esfera ideal do outro, um cuidado excessivo pode denotar não apenas uma relação assimétrica de poder, mas, como consequência disso, um processo de expansão da esfera ideal daqueles hierarquicamente acima. É preciso destacar novamente, neste caso, na relação entre coletividades, o que significa esse processo de expansão da esfera ideal. Significa que a honra de quem detém a esfera é mais facilmente atingida a depender de qual coletividade se interage. Isso tem como consequência a diminuição da tolerância em relação a essa coletividade específica. Significa dizer que as mesmas ações podem ou não incidir em uma penetração da esfera ideal a depender da relação entre coletividades, independentemente de quais indivíduos específicos se trata.

No entanto, é preciso destacar algo central na abordagem desse problema de pesquisa: o processo de expansão da esfera ideal não acontece apenas se uma coletividade é sistematicamente evitada, mas o oposto também ocorre. Ou seja, a evitação sistematicamente aplicada na relação entre coletividades incide em um processo de expansão da esfera ideal independentemente do vetor ao qual ela se dá (do lado evitado ou do lado de quem evita). No exemplo anterior, psiquiatras têm a sua esfera ideal expandida pela relação específica com os pacientes, e estes, por sua vez, precisam considerar com muito mais cuidado o distanciamento da esfera ideal dos psiquiatras para não invadi-las. Por outro lado, quem evita sistematicamente também pode ter a sua esfera ideal expandida. Torna-se necessário citar novamente este trecho

de Goffman que mostra com precisão esse processo, embora não elabore mais sistematicamente a respeito:

Assim como um indivíduo pode evitar um objeto para não poluí-lo ou profaná-lo, ele pode evitar um objeto para não ser poluído ou profanado por ele. Por exemplo, na Enfermaria B, quando a Sra. Baum estava num estado paranoico, ela se recusava a permitir que sua filha aceitasse um fósforo de um assistente negro, parecendo sentir que o contato com um membro de um grupo contra o qual ela tinha preconceitos seria poluidor; da mesma forma, quando ela beijava os médicos e enfermeiras num bom humor de aniversário, ela dava a impressão de que tentava, mas não conseguia se forçar a beijar esse assistente. Parece que, de modo geral, evitamos uma pessoa de alta posição devido à deferência a ela, e evitamos uma pessoa de posição inferior devido a uma preocupação autoprotetora. Talvez a distância social às vezes cuidadosamente mantida entre iguais implique ambos os tipos de evitação por ambas as partes. De qualquer forma, a semelhança dos dois tipos de evitação não é profunda. Uma enfermeira que se mantém longe de um paciente por causa de uma compreensão simpática de que ele quer ficar sozinho tem uma certa expressão em seu rosto e corpo; quando ela mantém a mesma distância física de um paciente porque ele é incontinente e cheira mal, ela provavelmente terá uma expressão diferente. Além disso, as distâncias que um ator mantém por deferência a outros diminuem quando sua posição sobe, mas as distâncias autoprotetoras aumentam (*ibid.*, p. 71-72).

Com isso, é possível concluir que o processo de “expansão” da esfera ideal, embora não condicionado a isso, pode ser verificado a partir do ritual de evitação. Sempre que o ritual de evitação for persistentemente repetido, independentemente da direção vetorial (quem evita ou quem é evitado), haverá um processo de expansão da esfera ideal de uma das subjetividades coletivas. Isso é residual em Goffman ao pensar em alguns exemplos, como as relações já citadas entre enfermeiras e médicos (Fontainha, 2015, p. 1066-1067; Goffman, 2011, p. 63), entre psiquiatras e pacientes (Goffman, 2011, p. 66), entre homens negros e mulheres brancas (*id.*, 2010, p. 99-100), e mesmo a condição de pessoas negras no sul dos Estados Unidos, seja na relação com pessoas brancas quaisquer (*ibid.*, p. 95), seja na relação com policiais (Williams, 1964, p. 80 *apud* Goffman, 2011, p. 250-251). Um dos argumentos defendidos na introdução é a possibilidade de analisar problemas de violência urbana, como ocorre no Rio de Janeiro. A introdução teve por objetivo postular essa possibilidade, mas não era parte dos objetivos desta dissertação, a qual reserva-se apenas a elaboração teórica desse processo, como aqui foi feita.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Kathya. **Habitar lo social: Usos y abusos en la vida cotidiana en el Chile actual**. Lom Ediciones, 2009.
- BIRMAN, Patrícia. Favela é comunidade? In: In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 99-114.
- BURNS, Tom. **Erving Goffman**. Routledge, 1992.
- CABALLERO, Juan José. La interacción social en Goffman. **Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas**. p. 121-149, 1998.
- CAMPOS, Marcos Vinicius Lopes. **Sobre o corre da arte: uma etnografia dos futuros vividos e do ganhar a vida na cidade do Rio de Janeiro**. 2022. 311 f. Tese (Doutorado em Sociologia) — Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999, p. 393-446.
- COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- COLLINS, Randall. Erving Goffman and the development of modern social theory. In: DITTON, Jason. **The view from Goffman**. London: Palgrave Macmillan UK, 1980. p. 170-209.
- DOMINGUES, José Maurício. **Sociological theory and collective subjectivity**. Basingstoke: Macmillan Press, 1995.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e a Modernidade Brasileira Contemporânea**. 1.ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- DOMINGUES, José Maurício. **Ensaio de Sociologia**. 2º Edição. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2004.
- DURKHEIM, Émile. **Formas Elementares da Vida Religiosa**. 1 ed. São Paulo. Martin Fontes, 1996.
- FONTAINHA, Fernando de Castro. Interação estratégica e concursos públicos: uma etnografia do concurso da Magistratura Francesa. *Dados*, v. 58, p. 1057-1098, 2015.
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, vol IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2014.
- FREHSE, Fraya. Erving Goffman, sociólogo do espaço. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 155-166, 2008.

GASTALDO, E. L. . Erving Goffman e as relações de poder na vida cotidiana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , v. 23, p. 149-153, 2008.

GIDDENS, Anthony. “A reply to my critics”. In: HELD, David; THOMPSON, John B. (Ed.). **Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics**. Cambridge University Press, 1989.

GIDDENS, Anthony. Entrevista com Anthony Giddens. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 16, p. 291-306, 1995.

GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. 3 ed. São Paulo. Martin Fontes, 2009a.

GIDDENS, Anthony. On rereading the presentation of self: Some reflections. **Social Psychology Quarterly**, v. 72, n. 4, p. 290-295, 2009b.

GIDDENS, Anthony. “Goffman: um teórico social sistemático”. In: COELHO, Maria Cláudia. **Estudos sobre interação: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GIDDENS, Anthony. **Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2018.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 10º Edição. Petrópolis-RJ. Vozes, 1985.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos**. Vozes, 2010.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de Interação**. Petrópolis-RJ. Vozes, 2011.

GOFFMAN, Erving. A ordem da interação: Discurso presidencial da American Sociological Association, 1982. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 12, n. 3, p. 571-603, 2019.

GOULDNER, Alvin W. **The Coming Crisis of Western Sociology**. Basic Books, 1970, pp. 378–90.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Emotion work, feeling rules, and social structure. **American journal of sociology**, v. 85, n. 3, p. 551-575, 1979.

JENKINS, Richard. Erving Goffman: A major theorist of power? **Journal of Power**, v. 1, n. 2, p. 157-168, 2008.

JOAS, Hans; KNÖBL, Wolfgang. **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

JOSEPH, Isaac. **Erving Goffman e a microssociologia**. FGV, 2000.

MAGALHÃES, Alexandre. A guerra como modo de governo em favelas do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 36, 2020.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.

MEAD, George Herbert. **Mente, Self e Sociedade: edição definitiva**. 1 ed. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2022.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 15-38, 2010.

PARSONS, Talcott. **The Social System**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1979. cap. 1.

RAWLS, Anne Warfield. The interaction order sui generis: Goffman's contribution to social theory. **Sociological theory**, p. 136-149, 1987.

ROGERS, Mary F. Goffman on power. **The American Sociologist**, p. 88-95, 1977.

SCHEFF, Thomas J. **Goffman unbound! A new paradigm for social science**. Routledge, 2015.

SCHEFF, Thomas J. Selves autoespelhados: uma conjectura sobre Cooley/Goffman. **RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 17, n. 49, p. 13-27, abril de 2018.

SIMMEL, Georg. "Types of social relationships by degrees of reciprocal knowledge of their participants". In: SIMMEL, Georg. **The Sociology of Georg Simmel**. Simon and Schuster, 1950.

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida mental", in Velho, Otávio (org.), **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. O conflito como sociação. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, p. 568-573, 2011.

SUMMERS-EFFLER, Erika. Ritual theory. In: TURNER, Jonathan H; STETS, Jan E. (Ed.). **Handbook of the Sociology of Emotions**. Boston, MA: Springer, 2006, p. 135-154.

TURNER, Jonathan H. **A theory of social interaction**. Stanford University Press, 1988.

VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 145-147, 2008.